

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE MESTRADO EM LETRAS

CIDADANIA E MEIO RURAL: DISCURSOS DE UMA AUSÊNCIA

Marcos de Oliveira Treptow

PELOTAS

2003

MARCOS DE OLIVEIRA TREPTOW

CIDADANIA E MEIO RURAL: DISCURSOS DE UMA AUSÊNCIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre, Área de Concentração – Análise do Discurso, sob Orientação da Profa. Dra. Aracy Ernst-Pereira.

PELOTAS

2003

Dedico esta dissertação a pessoas excepcionais, co-autoras deste estudo:

Aos meus pais EURICO e ROSA

que me presentaram a VIDA, a oportunidade de VOLTAR

A VIVER e de acreditar em um NOVO AMANHECER.

A minha companheira CRISTINA

com quem divido a cumplicidade do AMOR no resgate

da PAZ e da FELICIDADE em meu VIVER.

Ao jovem MARCOS EICHOLZ

pequeno agricultor, que um dia tentou, embora sem

sucesso, ensinar-me a TIRAR LEITE DE VACA.

A minha filha VANESSA

jovem adolescente, a quem um dia pretendo, no resgate

do convívio diário, ensinar a TIRAR LEITE DE VACA.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Profa. Dra. Aracy Ernst-Pereira, pelo estímulo, encorajamento e, particularmente, pela conhecimento demonstrado na orientação deste estudo.

Aos professores do Curso de Mestrado em Letras da UCPel, pelo profissionalismo, seriedade e comprometimento com que realizam suas tarefas, em particular à Profa. Dra. Carmen Lúcia Barreto Matzenauer, pela diligente atuação junto à Coordenação do Curso.

Aos colegas da Turma VIII do Curso de Mestrado em Letras, Cristina, Nara, Rafael, Magliane, Denise, Cibele, Neli, Marinês, Veronice, Ana Lúcia e Sandra, pelo prazer do convívio, das brincadeiras e da troca de experiências.

Ao amigo Carloci Diforena, que na condição de Delegado da Receita Federal em Pelotas, oportunizou meu licenciamento temporário para a conclusão de meus estudos.

Aos amigos Willi e Terezinha Eicholz, pequenos produtores de leite na comunidade rural do Posto Branco, Canguçu, RS, por me apresentarem a real problemática do leite.

À amiga Nórís Eunice Pureza Duarte, pelo exemplo de vida – como mãe, professora e estudante -, e pelo carinho na correção lingüística deste trabalho.

Ao amigo Edson Galiza, pela companhia, estímulo, palavra e emoção partilhados em um convívio que, nascedouro do acaso, consubstanciou-se em exemplo de vida.

Aos profissionais que forneceram subsídios teóricos e práticos para a elaboração deste trabalho, dentre outros: Raquel Machado dos Santos (Cosulati), Regina V. Santos (Embrapa Clima Temperado), Nilson Binda (MPA), Celestino R. Persch (Cooperoeste), e, em especial, aos funcionários da Biblioteca da UCPel.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, pela concessão de Bolsa Emergencial de Mestrado (BMT) no período de 01/07/2002 a 28/02/2003, aporte financeiro fundamental para a conclusão deste estudo.

SUMÁRIO

RESUMO	i
SUMMARY	ii
INTRODUÇÃO	1
1. CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS	6
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD)	16
2.1. A AD: Gênese e Quadro Epistemológico	16
2.2. Língua, Linguagem e Ideologia	18
2.2.1. Língua e Linguagem	18
2.2.2. Ideologia	19
2.3. Sujeito, Sentido e Historicidade	21
2.3.1. Sujeito	21
2.3.2. Sentido	24
2.3.3. Historicidade	26
2.4. Texto e Discurso	27
2.4.1. Texto	27
2.4.2. Discurso	30
2.5. O Trabalho Discursivo	32
2.5.1. Sujeito-Autor	32
2.5.2. O trabalho discursivo de textualização	32
2.5.3. Sujeito-Leitor	33
2.5.4. Processos Parafrástico e Polissêmico	34
2.6. O Procedimento de Análise em AD	36
2.6.1. Princípios metodológicos em AD	36
2.6.2. A postura do analista	38
2.6.3. “Viu!?! É o nosso MPA!”	39
3. A PROBLEMÁTICA DO LEITE	42
3.1. A CADEIA PRODUTORA DO LEITE	42
3.1.1. O agronegócio do leite: evolução, mercado e consumo	42
3.1.2. O leite Longa Vida (UHT) e a Tetra Pak	45
3.1.3. As associações de agentes na cadeia produtora	47
3.1.4. Concentração de mercado e exclusão do produtor	49
3.1.5. Importação e exportação	50
3.1.6. O Plano Nacional de Melhoria Qualidade do Leite e medidas adotadas	52

3.1.7. A Rede Leite e os critérios de qualidade	54
3.1.8. A formação do preço: escala de produção, extracota e investimentos	56
3.1.9. Exemplos de cooperativismo	58
3.2. OS AGENTES EM CONFLITO	61
3.2.1. A Via Campesina e o MPA	61
3.2.1.1. Características da Via Campesina	61
3.2.1.2. Soberania Alimentar e Comércio Internacional	62
3.2.1.3. O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA	64
3.2.1.4. O Projeto de desenvolvimento da agricultura proposto pelo MPA	66
3.2.1.5. Uma justificativa metodológica.	70
3.2.2. A Multinacional Parmalat	71
3.2.2.1. A empresa no mundo e no Brasil	71
3.2.2.2. O controle de qualidade	74
3.2.2.3. Ação social da empresa	75
3.2.2.4. A Parmalat no Rio Grande do Sul	75
3.3. AS AÇÕES POLÍTICAS	77
3.3.1. A CPI do Leite da Assembléia Legislativa	77
3.3.2. Os acontecimentos de março de 2002	80
4. OS CORPORA E O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	83
4.1. A Cartilha da Via Campesina	83
4.2. O Apedido da Parmalat	85
4.3. As Seqüências Discursivas de Referência	85
4.4. O Referencial Teórico da Indeterminação	92
5. A ANÁLISE DOS DISCURSOS	96
5.1. A análise da cartilha da Via Campesina	96
5.2. A análise do apedido da Parmalat	108
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES	117
CONCLUSÃO	131
BIBLIOGRAFIA	134
ANEXOS	139

RESUMO

A cartilha *O problema do leite e a luta dos(as) pequenos(as) agricultores(as)*, editada pela Via Campesina Brasil em dezembro de 2001, foi um dos instrumentos de convocação dos pequenos produtores de leite às ações políticas de reivindicação, efetuadas por um coletivo de movimentos no mês de março de 2002, como a ocupação da indústria Parmalat na cidade gaúcha de Carazinho.

Como resposta, a multinacional Parmalat publicou um apedido, no jornal Zero Hora do dia seguinte à ocupação, intitulado *Invasão de fábricas prejudica economia do Rio Grande do Sul*, manifestando a inconformidade da empresa com os atos praticados e o prejuízo que atitudes como aquela trazem à economia do Estado.

A partir do contexto histórico vivido pelo pequeno produtor de leite, é que se insere a pertinência da análise de ambos os discursos. Se o que os vincula são as questões do mercado e a realidade da exclusão dos produtores, há, no entanto, que examinar as condições da cidadania possível, frente aos condicionamentos histórico-sociais concretos.

Assim, definido o problema de pesquisa – *Em que medida os discursos relacionados aos movimentos sociais do campo instituem (ou não) a cidadania no meio rural* foi realizada a revisão de literatura de três campos do saber: Cidadania e Movimentos Sociais; Análise de Discurso de linha francesa e A Problemática do Leite.

Tomada a indeterminação lingüístico-discursiva como procedimento de análise, busca-se verificar a ausência da cidadania no meio rural, marcada no modo de dizer indeterminado de seus agentes.

SUMMARY

The primer *O problema do leite e a luta dos(as) pequenos(as) agricultores(as)* (*The milk problematics and the struggle of the small farmers*), published by Via Campesina Brasil, in December of 2001, was one of the instruments to summon the small milk producers to political vindication actions, effected by an array of movements, in March of 2002, such as the occupation of the Parmalat industry in the city of Carazinho, RS.

As a response, the multinational Parmalat published a letter to the editor in the Zero Hora newspaper the day after that occupation, entitled “Plunder of factories harms the economy of Rio Grande do Sul”, showing the enterprise’s non-conformity towards the practice of those acts, as well as the harm that such attitudes can bring to the State economy.

From the historical context lived by the small milk producer, the pertinency of analysis for both discourses is inserted. If what links them are the questions of marketing and the reality of producers exclusion, the conditions of possible citizenship, in face of the concrete sócio-historical conditionings, are to be examined.

Thus, once the research problem is defined – To what extent the discourses related to field social movements institute (or not) citizenship in the rural environment, the literary review was performed on the three áreas of knowledge: Citizenship and Social Movements; Discourse Analysis, under the French point of view; and the Milk Problematics.

Once the linguistic discursive indeterminacy was taken as an analysis procedure, one tries to verify the absence of citizenship in the rural environment, marked in the indeterminate way of saying of its agents

INTRODUÇÃO

O convívio semanal com uma família de pequenos produtores de leite na comunidade do Posto Branco, município de Canguçu (RS), possibilitou o acesso ao documento *O problema do leite e a luta dos(as) pequenos(as) agricultores(as)*, uma cartilha de divulgação das idéias de um coletivo de movimentos sociais que atua no meio rural. A ação do coletivo de movimentos, prevista na cartilha, foi deflagrada em 19 de março de 2002.

A partir da ocupação de indústrias leiteiras, o coletivo dos movimentos conseguiu parte do que buscava: a atenção da opinião pública para a difícil situação dos pequenos produtores de leite e a revisão dos preços pagos ao produtor pelas indústrias de laticínios. Conseguiu, também, produzir uma interessante reação: o discurso da multinacional Parmalat, publicado em um apedido no jornal Zero Hora do dia 20 de março de 2002.

Como se não bastassem a curiosidade inicial do pesquisador - suscitada pelo texto da cartilha -, a ação do coletivo de movimentos e a reação da indústria multinacional, foi um enunciado que instituiu, de forma derradeira, o objeto da presente pesquisa:

- Viu !? É o nosso MPA!

O desabafo da pequena produtora rural – registrado no enunciado acima - significava, para ela, a vitória de um grupo de mulheres inserido dentro do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Já o analista, interessado no “como” o discurso institui um significado, rememorava os estudos de PÊCHEUX e sua análise do enunciado “*On a gagné*” (“Ganhamos”) (1997b, p.17).

O enunciado, proferido pela professora aposentada, camponesa, companheira na administração dos parques divididos da produção leiteira da família, retrata o desejo de

inserção do indivíduo em um grupo social, manifesta o desabafo da necessidade de se sentir participante, constituinte de um processo de mudança social. Em suma, de ser cidadã. Mas, o que é ser cidadão? O pequeno produtor rural é cidadão? Ele quer ser cidadão?

Quando falamos em cidadania estamos nos referindo, a priori, a uma qualificação da condição de existência dos homens. Trata-se de uma qualidade de nosso modo de existir histórico. Assim, quando cogitamos a idéia de categorizar o pequeno produtor de leite como cidadão, estamos atribuindo a ele um conjunto de qualidades que deveriam constituí-lo. Cabe, no entanto, examinar as condições da cidadania possível, frente aos condicionamentos sociais proporcionados pelo contexto histórico concreto.

Neste cenário, a partir do contexto histórico vivido pelo pequeno produtor de leite, suas dificuldades e sua vontade política por mudanças, é que se insere a pertinência da análise do discurso de dois dos novos sujeitos sociais presentificados na realidade da cadeia produtora do leite: a Via Campesina e a multinacional Parmalat.

A organização internacional Via Campesina é uma articulação de movimentos sociais que atua na conscientização dos pequenos agricultores para a sua realidade social. Em sua atuação no Brasil, ela congrega movimentos sociais específicos, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), e as Pastorais da Juventude Rural (PJR) e da Terra (CPT).

A partir da divulgação da cartilha *O problema do leite e a luta dos(as) pequeno(as) agricultores(as)*, as idéias do coletivo de movimentos foram sendo difundidas nos núcleos de pequenos produtores de leite do Estado, organizados, na maior parte dos casos, de forma associativa pelas pequenas cooperativas de produtores locais.

A cartilha, editada pela Via Campesina Brasil em dezembro de 2001, foi um dos principais instrumentos de convocação dos produtores às ações políticas de reivindicação, efetuadas pelo coletivo de movimentos no mês de março de 2002, como a ocupação, dentre outras três unidades produtivas, da indústria Parmalat na cidade gaúcha de Carazinho. Por sua vez, o apedido, publicado pela multinacional Parmalat, manifesta a inconformidade da empresa com os atos praticados pelos ocupantes e o prejuízo que atitudes como aquela trazem à economia do Estado.

Ambos os manifestos versam sobre as questões que envolvem a cadeia produtora do leite. Ambos, em seu aspecto formal, enquanto cartilha e apedido, foram objetos de circulação e consumo imediato, com propósitos específicos. Os textos, no entanto, são mais que textos. Constituem-se discursos de sujeitos inseridos em um contexto histórico-social, visões ideológicas e conflitivas e, portanto, gestos de interpretação, passíveis de análise.

Na obra que assinala a terceira fase da Análise de Discurso de linha francesa (*Discurso: estrutura ou acontecimento*), PÊCHEUX propõe que a abordagem do discurso se faça pela via do *acontecimento*, *ponto de encontro de uma atualidade e uma memória* (1997b, p.17). Assim, como o autor utiliza-se do enunciado “*On a gagné*” (proferido por parte do eleitorado francês no dia 10 de maio de 1981) e, retomando o enunciado “*Viu!? É o nosso MPA!*” proferido pela camponesa, é na perspectiva da atualidade, do momento vivido pelos pequenos produtores de leite, que a questão cidadania no meio rural será objeto de análise nos discursos da Via Campesina e da Parmalat.

Com vistas a responder ao problema – *Em que medida os discursos relacionados aos movimentos sociais do campo instituem (ou não) a cidadania no meio rural* - foram definidos como objetivos de pesquisa:

- Investigar sobre que relações sociais estão hoje assentados os pressupostos da cidadania no meio rural (em particular a dos pequenos produtores de leite).
- Examinar como se constitui a prática social do discurso da Via Campesina na realidade econômica do meio rural (em particular da cadeia produtora do leite).
- Avaliar como o discurso da multinacional Parmalat responde à ação de reivindicação da Via Campesina em função da realidade do mercado do leite.

O pequeno produtor de leite, para fins deste trabalho, é definido como aquele que realiza a produção do leite em sistema familiar, ligado ou não a alguma cooperativa. É fato que a produção e a comercialização do leite por famílias de pequenos produtores têm fundamental importância na economia familiar, destacando-se o rendimento mensal que a atividade garante e a facilidade de comercialização do produto, mesmo que no mercado informal.

Há um processo de profunda transformação na realidade de vida do pequeno produtor de leite. Este processo apresenta-se na mídia, de uma forma geral, como uma dificuldade conjuntural, de ordem econômica, relacionada ao baixo preço pago aos produtores pelos laticínios - empresas ou cooperativas - pelo litro de leite recebido para industrialização. No entanto, uma análise mais aprofundada permite questionar as razões estruturais dessa transformação e, principalmente, até que ponto o pequeno produtor de leite é consciente de sua participação nessa realidade.

Finalmente, o que vincula o discurso da Via Campesina ao discurso da multinacional Parmalat é a questão do mercado, a realidade de exclusão dos pequenos produtores de leite. É nesse cenário que se insere a perspectiva de análise dos dois discursos: através do estabelecimento de uma relação entre cidadania, movimentos sociais e mercado.

Para a realização desta pesquisa, foi efetuada a revisão de literatura de três campos do saber: a) Cidadania e Movimentos Sociais; b) Análise de Discurso de linha francesa e c) A Problemática do Leite, compreendendo a Cadeia Produtora do Leite, Os Agentes em Conflito e As Ações Políticas.

No primeiro capítulo foram trabalhados os saberes relativos às questões de cidadania, conflito social, novos movimentos sociais, movimentos sociais camponeses, organizações não-governamentais, globalização e redes de movimentos.

No segundo capítulo, foram trabalhados alguns pressupostos teóricos básicos da Análise de Discurso de linha francesa, destacando-se: língua, linguagem e ideologia; sujeito, sentido e historicidade; e texto e discurso, dentre outros.

As questões relativas à problemática do leite foram trabalhadas no terceiro capítulo. Em *Cadeia Produtora do Leite* há a contextualização da realidade de produção, mercado e consumo de leite; *Os Agentes em Conflito* detalha as características dos dois agentes responsáveis pelos discursos objeto de análise; finalmente, *As Ações Políticas* aborda os acontecimentos da CPI do Leite da Assembleia Legislativa e a ocupação das fábricas de laticínios em março de 2002.

Os *corpora* e o procedimento de análise definidos são detalhados no quarto capítulo. Nesse capítulo são apresentados os núcleos de interesse, instrumental metodológico que servirá de suporte para a discussão posterior à análise dos discursos. De igual forma, nesse capítulo, é apresentado o referencial teórico próprio da indeterminação, categoria lingüístico-discursiva que norteará o trabalho de análise.

Finalmente, o quinto e o sexto capítulos documentam os procedimentos de análise propriamente dita e a discussão dos resultados obtidos a partir dos referenciais teóricos da Análise de Discurso e da indeterminação discursiva.

1. CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

O termo cidadania, em suas origens primitivas, está vinculado ao surgimento da cidade, o espaço organizador da vida humana em duas dimensões relacionadas: a pública, que abrange o que é comum a todas as pessoas, e a dimensão do privado, que se refere ao que é particular. Cidadão é o natural ou morador de uma cidade, aquele que, sujeito de direitos políticos, exerce a cidadania, ou seja, a qualidade de cidadão.

MANZINI-COVRE, na obra “O que é cidadania”, nos apresenta as questões: *Mas de que cidadania fala cada um desses grupos sociais, personagens que ocupam posições tão diferentes na sociedade? (...) O que é cidadania para uns e o que é para outros?* (1991, p.8). Na busca de respostas a essas questões, a autora propõe detalhar cidadania, para facilitar a compreensão, em termos de direitos civis, políticos e sociais.

Os direitos civis são aqueles que dizem respeito, basicamente, ao direito de dispor do próprio corpo, à locomoção, à segurança etc. Os direitos sociais, por sua vez, são aqueles que dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas: *São todos aqueles que devem repor a força de trabalho, sustentando o corpo humano – alimentação, habitação, saúde, educação etc.* (1991, p.14). Finalmente, os direitos políticos são aqueles que dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida, ao direito de ter livre expressão de pensamento e prática política, religiosa, etc.

A partir de uma revisão histórica do processo de constituição da cidadania, embasada pelas posições de Locke, Rousseau e Marx, bem como retratando a ideologia capitalista e a do Estado do Bem-Estar, a autora apregoa que *a bandeira de luta da cidadania plena deve ser transformar o cotidiano do trabalhador em algo bom, satisfatório, sob condições que respeitem a própria vida, dando chance também à questão do desejo – a identidade do indivíduo com as atividades que realiza* (1991, p.73).

Assim, concebe-se cidadania como um processo de conquistas: uma práxis de reflexão e ação que, comprometida com a realidade em que se encontra a sociedade, contribua para a sua transformação. O gozo dos direitos civis, políticos e sociais é uma expressão concreta do exercício da cidadania, mas não é a única.

Cabe examinar as condições da cidadania possível, de um lado, em face dos condicionamentos sociais proporcionados pelo contexto histórico concreto e, de outro, a partir dos interesses e da vontade política dos sujeitos sociais. Instaure-se, daí, a reflexão sobre as desigualdades sociais advindas das relações de produção do sistema capitalista e suas conseqüências mais visíveis: a exploração e o surgimento das classes sociais e de suas formas de reivindicação, como os movimentos sociais.

CHAUÍ, prefaciando a obra de Eder Sader, assinala a maior contribuição do autor para o estudo dos movimentos sociais: a criação, a partir da revisão dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80, de um novo sujeito social: *O novo sujeito é social, são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e a agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas* (SADER, 1988, p.10).

A essa altura, já é possível antever a possibilidade de desconstruir a velha concepção de cidadania. Ser cidadão não é só gozar plenamente direitos civis, sociais e políticos. Ser cidadão não é só ter direitos e deveres. Cidadania significa não apenas identidade adquirida por nascimento ou por naturalização. Cidadania implica participação, implica o engajamento em um processo cotidiano de lutas e conquistas.

Para GOHN, está-se construindo uma nova concepção de cidadania, coletiva e ampliada. Coletiva quanto às fronteiras e campos de atuação, ultrapassando os limites

jurídicos e formais; ampliada quanto à abrangência das categorias sociais que abarca, dos catadores de papel aos membros das elites. (1997, p.17).

Uma concepção de cidadania coletiva só é possível, entretanto, a partir de um horizonte de superação. DEMO nos adverte de que há *um horizonte fundamental de análise e atuação, que podemos denominar de 'pobreza política'. Ao lado das circunstâncias materiais, temos a precariedade da cidadania. Uma falta, não de quantidade, mas de qualidade* (1999, p.16).

O autor nos indica o caminho da participação como prática de ação contra essa pobreza política. Para ele, faz parte do projeto de cidadania a noção de participação como *autopromoção, autodefinição, ou seja, o conteúdo central da política social, entendida como realização da sociedade participativamente desejada* (1999, p.52).

Se cidadania implica participação, a participação, por sua vez, não combina com ingenuidade. Uma pessoa ingênua (ou ignorante) é facilmente enganada pelos detedores do poder; vivencia uma realidade de crenças e opiniões, sem conseguir discernir o real foco de sua dominação, subestimando a importância de seu papel no jogo político da sociedade.

Esse indivíduo acaba por abrir mão de participar na solução dos conflitos, não desenvolvendo a sua prática democrática, praticando uma resistência passiva, sufocando sua insatisfação e descontentamento. No tecido social, há uma espécie de morte coletiva.

Nesse sentido, desponta a importância da educação como condição para desabrochar a cidadania. A educação efetiva-se como mediação para a construção dessa condição de cidadania em oposição à pobreza política, à morte coletiva. Ela contribui substancialmente para a integração dos homens no tríptico universo do trabalho, da simbolização subjetiva e das relações políticas.

Dessa forma, compreendendo cidadania como um projeto de reflexão, de ação, de autodefinição, de engajamento do indivíduo em um processo coletivo de superação da pobreza política, temos o solo fértil para a concepção de cidadania a partir da ação de novos agentes sociais: os movimentos sociais.

SCHERER-WARREN nos mostra que não há um conceito de movimento social: *Para alguns, toda ação coletiva com caráter reivindicatório ou de protesto é movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta (...) No outro extremo, encontra-se o enfoque que considera movimento social apenas um número muito limitado de ações coletivas de conflito: aquelas que atuam na produção da sociedade ou seguem orientações globais tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro* (1996, p.18).

Segundo a autora, a produção teórica mais expressiva na linha de reflexão do segundo enfoque é a de Alain Touraine, para quem *movimentos sociais seriam aqueles que atuam no interior de um tipo de sociedade, lutando pela direção de seu modelo de investimento, de conhecimento ou cultural* (SCHERER-WARREN, 1996, p.18).

No presente momento, interessa retratar aquilo que vai caracterizar o aparecimento dos chamados “Novos Movimentos Sociais”, ou seja, dos movimentos sociais surgidos após o final da década de 80 em resposta à carência dos agentes mediadores tradicionais – Igreja, sindicatos e partidos políticos – em subsidiar ações de reação ao sentimento de exclusão relativa ou à consciência da carência relativa de grande parte da população.

Para GOHN, o plano das análises dos movimentos sociais, a partir dos anos 90 enfatiza duas categorias básicas: a cidadania coletiva e a exclusão social: *A primeira, já presente na década anterior, apresenta como novidade pensar o exercício da cidadania em termos coletivos, de grupos e instituições que se legitimam juridicamente a partir*

de 1988, e que têm de desenvolver um novo aprendizado, pois não se trata apenas de reivindicar, de pressionar ou demandar. Trata-se agora de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada já que o lugar da participação está inscrito em leis, é uma realidade virtual. A segunda, relativa à exclusão, decorre das condições socioeconômicas que passam a ser imperativas, causadoras de restrições (1997, p.38-9).

Nesse sentido, tendo como pano de fundo a questão da exclusão social, emerge fortemente a problemática do conflito social. O conflito social moderno diz respeito ao ataque às desigualdades que restringem a participação efetiva do cidadão por meios políticos, econômicos ou sociais. Para TELLES, *é através do conflito que os excluídos, os não-iguais, impõem seu reconhecimento como indivíduos e interlocutores legítimos, dissolvendo as hierarquias nas quais estavam subsumidos numa diferença sem equivalência possível (2001, p.30).*

Neste ponto, cabe retomar as questões da luta de classes marxista, compreendidas como as relações de oposição, antagonismo, exploração e complementaridade entre os que vendem sua força de trabalho, os trabalhadores, e os que detêm os meios de produção, os proprietários. Na realidade do conflito que historicamente vemos instaurado no meio rural, entre aqueles que detêm a terra e os meios de produção, e os não-iguais, os desterrados, expropriados, surgem, de tempos em tempos, formas novas de luta, de participação contra a pobreza política e a subordinação alienadora.

Não é objetivo do presente estudo realizar uma extensa revisão sobre os processos históricos de constituição dos movimentos sociais camponeses. Cabe, no entanto, a citação dos aportes teóricos de Odacir Luiz Coradini, Octávio Ianni e Zander Navarro, referências indispensáveis no estudo dos movimentos sociais camponeses no Sul do Brasil.

CORADINI, já em setembro de 1982, durante o III Seminário de Estudos Latino-Americanos, alertava para dois resultados sociais que estavam dando nova configuração aos movimentos sociais no campo: *a absorção de parte do antigo campesinato como 'produtor integrado' ou como 'produtor moderno' ligado ao cooperativismo 'empresarial' e à agroindústria em geral; e a exclusão potencial (progressiva e tensa) da maior parte do antigo campesinato que não consegue atingir os novos patamares tecnoprodutivos.* (1985, p.139).

A integração ou subordinação do antigo campesinato a uma nova realidade surgida com a proliferação da agroindústria e do cooperativismo empresarial, demanda a instauração de novas relações sociais: o agricultor não é mais produtor de uma policultura de subsistência com a comercialização de parques excedentes; o novo, o “moderno”, é o produto, o mercado, o preço, enfim, as relações do produtor com agentes econômicos.

IANNI, a partir de uma revisão dos principais movimentos e revoluções latino-americanas ocorridas no século XX, como as revoluções mexicana (1910), boliviana (1952), cubana (1959), chilena (1970) e nicaragüense (1979), identifica a constante presença dos camponeses, ao lado das populações dos núcleos urbanos, nestes movimentos, caracterizando-se, algumas, como revoluções essencialmente camponesas.

Na perspectiva do autor, *é a partir da luta pela terra, pela preservação ou reconquista de sua cultura, contra as relações mercantis e de exploração chegadas com o mercado, a mercadoria e o dinheiro, que muitos trabalhadores rurais levantam o seu protesto. Sob forma pacífica ou violenta, resignada ou armada, o movimento camponês põe em causa o problema da cidadania* (1985, p.32).

Em uma perspectiva histórica ampla, o camponês encontra-se, geralmente, na condição de classe subalterna, condição advinda de um processo onde se mesclam

elementos sociais, econômicos, políticos e culturais diversos. Desses elementos, o fator econômico é o que se revela predominante nas decisões de engajamento em um processo de luta, de resistência à dominação.

Entretanto, é a consciência dos elementos sociais e culturais do viver camponês, que instiga, efetivamente, à participação: *Para o camponês, a terra é muito mais do que objeto e meio de produção. Para o camponês a terra é o lugar natural, de sempre, antigo. Terra e trabalho mesclam-se em seu modo de ser, viver, multiplicar-se, continuar pelas gerações futuras, reviver os antepassados próximos e remotos. (...) Todos são membros da mesma comunidade de laços e prestações, favores e obrigações. Apoiados na terra e trabalho, todos participam de um mesmo e único nós* (IANNI, 1985, p.28).

Como resultado das novas exigências sociais advindas com as revoluções mercantis no meio rural - o negócio, o dinheiro, o mercado, o contrato, o lucro -, o camponês vai, aos poucos, perdendo sua cultura: *A terra muda de figura, lugar. A família, os parentes, os vizinhos, todos estranham-se. O interesse, o dinheiro, a ganância mudam o jeito de alguns e todos. Pouco a pouco, ou de repente, todo mundo passa a ser influenciado pelo que vem de fora: novidades, coisas, idéias, esquisitices. De repente a terra fica estranha* (IANNI, 1985, p.29).

A partir da luta pela terra, pela preservação ou reconquista de sua cultura, contra as relações mercantis e de exploração advindas com o mercado, muitos trabalhadores rurais levantam o seu protesto. Sob a tutela da Igreja, de organizações sindicais, partidos políticos, associações, movimentos sociais e organizações não-governamentais, o trabalhador rural vai se constituindo um novo agente social, em muito parecido ao operário da cidade.

Em um trabalho apresentado no “International Congress of Americanists”, em julho de 1991, na Universidade de Tulane (Lousiana, EUA), NAVARRO (1996) traça uma

radiografia dos movimentos sociais rurais no Rio Grande do Sul no período entre 1978 e 1990, destacando a atuação de alguns movimentos, como o dos Atingidos por Barragens, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

O texto é uma referência para a compreensão de questões-chave ligadas aos movimentos sociais camponeses no Rio Grande do Sul, destacando-se:

- a) a importância da Igreja no processo de conscientização do campesinato, particularmente através da Comissão Pastoral da Terra (fundada em 1975) e da Pastoral da Juventude;
- b) a oposição dos agricultores, originalmente daqueles atingidos pela construção de barragens, às lideranças dos tradicionais sindicatos rurais – filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG/RS), fomentando o aparecimento do “novo sindicalismo”, que viria a se vincular a uma Central Sindical (Departamento Rural CUT/RS);
- c) a história das lutas dos trabalhadores rurais sem-terra, particularmente os primeiros movimentos: os acampamentos de Encruzilhada Natalino (1981) e a ocupação da Fazenda Anoni (1985);
- d) os encontros estaduais de mulheres trabalhadoras rurais, originalmente sob o patrocínio da FETAG, que fomentaram a participação das mulheres em outros movimentos como o MST e nas oposições sindicais, culminando com a criação em 1989 do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Pelo exposto, pode-se compreender que o estudo dos movimentos sociais camponeses não é uma tarefa que se possa realizar deslocada de um contexto maior. Desde as Ligas Camponesas iniciadas em Pernambuco na década de 50, com Francisco Julião, os

camponeses brasileiros vêm lutando por melhoria das condições de trabalho e remuneração, por terra e condições para cultivo. A revisão histórica permite verificar que tem sido a base dos próprios movimentos camponeses o pequeno agricultor, aliado à Igreja ou dissidências sindicais, quem reconstrói, de tempos em tempos, sua representatividade política.

Como processo natural de surgimento de novas representações e falência de antigas lideranças, os movimentos sociais camponeses vão construindo suas alianças, favorecendo uma maior conscientização do camponês da necessidade de sua efetiva participação. Esse processo de alianças entre movimentos sociais foi intensificado a partir do início da década de 90, com o fenômeno da globalização.

A globalização constitui-se como um jogo de relações de dominação e apropriação, integração e subordinação, soberania e hegemonia. É um fenômeno que envolve a economia, a política, a geografia, a história, a cultura, a religião, a língua etc. dos povos, dos indivíduos. A globalização é responsável por alterar as relações econômicas e afetar, acentuadamente, as culturas nacionais. SCHERER-WARREN define quatro cenários básicos da globalização: *homogeneização da cultura; fragmentação da vida societária; reações fundamentalistas; hibridização cultural e identitária (ou sincretismo, simbiose, transculturação)* (1999, p.12).

A partir dessa nova realidade mundial, para o encaminhamento de soluções das demandas dos indivíduos de uma comunidade, o movimento social que, efetivamente, visa a um projeto de mudança, busca articular-se, em várias escalas, das mais locais às mais globais. Como produtos dessas articulações, inicialmente restritas aos interesses das populações do meio urbano, surgiram as Organizações Não-Governamentais (ONG). A expressão ONG foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 40

para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social junto a comunidades.

Atualmente, o conceito de ONG não passa mais pela dicotomia público-privado. São organizações privadas com fins públicos e sem fins lucrativos. Objetivam realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica e apoio material e logístico para comunidades específicas, visando a expandir o poder de participação da comunidade no intuito de desencadear transformações sociais locais ou mundiais.

Assim, as ONG, geralmente de abrangência nacional ou internacional, têm-se revelado agentes sociais fundamentais na articulação das práticas sociais dos movimentos sociais locais. A partir de meados da década de 90, as ONGs passaram a constituir-se com base em novos formatos organizativos e interativos: as redes.

As redes configuram-se como processos eficazes de articulação entre as ONGs (e movimentos sociais) na medida em que se revestem de um caráter de desterritorialização e conseqüente globalização das demandas. Para SCHERER-WARREN, *os conflitos se globalizaram, assim, por meio das redes de informações, das redes interorganizacionais, das redes de movimentos, de tal forma que o local, os problemas particulares, se universalizam, e o universal, a ética ecológica-planetária, se particulariza* (1999, p.68).

Assim, em um cenário de grandes mudanças, como a falência das tradicionais lideranças religiosas, sindicais e políticas, e o surgimento de novos movimentos sociais com base na localidade mas articulados internacionalmente, como a Via Campesina, é que se retoma o norte do estudo: até que ponto o pequeno produtor de leite efetivamente participa no processo de construção de sua cidadania, ou seja, qualifica sua existência como sujeito histórico?

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD)

A partir da revisão de algumas obras básicas da Análise de Discurso de linha francesa (doravante AD), serão apresentados a seguir alguns saberes, próprios deste campo de estudo, que serão mobilizados no trabalho de análise que se seguirá. Optou-se por realizar esta revisão teórica dividindo o conjunto de saberes em seis grandes grupos: A AD: Gênese e Quadro Epistemológico; Língua, Linguagem e Ideologia; Sujeito, Sentido e Historicidade; Texto e Discurso; O trabalho discursivo; O procedimento de análise em AD.

Como exemplificação do emprego de alguns dos saberes mobilizados, far-se-á, ao final, a vinculação dos conteúdos teóricos abordados com a enunciação “*Viu!? É o nosso MPA!*” proferida pela campestina pequena produtora de leite na comunidade rural de Canguçu, RS, como referido na introdução a este estudo.

2.1. A AD: GÊNESE E QUADRO EPISTEMOLÓGICO

A escola francesa de Análise de Discurso surgiu na França, nos anos 60, tendo como pioneiro Michel Pêcheux (1938-1983), filósofo com preocupações lingüísticas que tinha como propósito construir um método de compreensão dos objetos da linguagem. Pêcheux apresentou a Análise de Discurso num lugar particular entre a disciplina Lingüística e as ciências das formações sociais.

A AD problematiza fundamentalmente, para as ciências humanas e sociais, a natureza da concepção de sujeito e de linguagem sobre as quais essas ciências se organizam. Em seu quadro epistemológico, configura-se a articulação de três regiões do conhecimento científico (PÊCHEUX e FUCHS, [1975], 1993, p.163-164):

O Materialismo Histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias.

O Materialismo Histórico foi inicialmente concebido por Marx e Engels, em 1845-1846, e formulado em sua obra *A ideologia alemã* (1984). À concepção idealista da História, os autores contrapõem uma história materialista construída a partir das relações de trabalho e de produção estabelecidas pelos homens, as quais determinam, por sua vez, relações sociais e políticas. Nessa concepção, a estrutura social e o Estado decorrem do processo de vida dos indivíduos.

A Lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação.

O discurso manifesta-se materialmente através de textos que são expressos em língua natural. Analisando sua base lingüística, é possível verificar seu funcionamento lingüístico e discursivo. A AD busca detectar um conjunto de elementos estruturados para verificar o modo de organização do discurso, pois pensa-se que as construções sintáticas têm uma significação que é preciso salientar (PÊCHEUX E FUCHS, [1975], 1993, p.176).

A Teoria do Discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

É a teoria do discurso, finalmente, que irá produzir o corpo teórico necessário para que a AD possa se instaurar e operar sobre esse objeto heterogêneo que é o discurso.

Essas três regiões, ainda segundo os autores, devem ser atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, que não reflita meramente a ilusão do sujeito em sua onipotência.

2.2. LÍNGUA, LINGUAGEM E IDEOLOGIA

2.2.1. Língua e Linguagem

Na perspectiva da Análise de Discurso, a língua deixa de ser vista como um sistema ideologicamente neutro, estável, para ser entendida na realidade do discurso, ou seja, da materialidade atravessada por posições subjetivas e sociais. Há uma relação entre linguagem e exterioridade que é constitutiva: os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais.

As palavras não significam em si. O que quer dizer “movimento social”, “cidadania” ou “multinacional”? As palavras nos chegam carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram. No entanto, diante de qualquer palavra há um convite à interpretação e, ao mesmo tempo, uma ilusão do que o objeto simbólico efetivamente signifique. A partir daí, produz-se a ilusão referencial, um efeito de evidência.

A AD procura tratar dos processos de constituição do fenômeno lingüístico – compreendidos como processos histórico-sociais - e não meramente do seu produto. A linguagem, assim, não é vista apenas como suporte de pensamento, nem somente como instrumento de comunicação, mas sim, como trabalho, isto é, como mediação necessária, relação constitutiva e transformadora - entre o homem e a realidade natural e social.

A linguagem, enquanto discurso, é interação, é um modo de produção social. Ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto

ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, desvinculada de suas condições de produção.

A AD trabalha fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva. Faz, portanto, aparecer uma abordagem crítica da noção de ideologia, possível de explicitação a partir da noção de Discurso que não separa linguagem e sociedade na história. Nessa perspectiva, entende-se que no processo discursivo estão presentes a língua e a história em suas materialidades e o sujeito descentrado e interpelado pela ideologia.

2.2.2. Ideologia

A AD reflete sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua. Para a AD, a ideologia não é ocultação e nem dissimulação, mas sim, relação necessária entre a linguagem e o mundo, interpretação do sentido. Assim, a AD ressignifica a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem como explicitação do funcionamento do discurso em suas determinações históricas.

ORLANDI apresenta o conceito de ideologia na perspectiva do discurso: *há uma injunção à interpretação, já que o homem, na sua relação com a realidade natural e social, não pode não significar; condenado a significar, essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre regida por condições de sentidos específicos e determinados na história da sociedade. O processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a uma interpretação que se apresenta sempre como a interpretação. Esse é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso* (1990, p.36).

O funcionamento da ideologia aparece, nesse processo, como injunção a uma interpretação que se apresenta sempre como *a interpretação*. O sujeito se encontra na necessidade de dar sentido, isto é, de construir uma significação, de tornar possíveis gestos de interpretação. *Gestos de interpretação* são definidos por PÊCHEUX como *atos no nível do simbólico* ([1969], 1993, p.78). Assim, quando falamos em gestos de interpretação consideramos a interpretação como uma prática discursiva que intervém no mundo, no real do sentido.

Um dos efeitos ideológicos da interpretação está justamente no fato de que, no momento mesmo em que se dá, ela se nega como tal. Quando o sujeito fala, ele está interpretando, pois está atribuindo sentido às suas próprias palavras em condições específicas. Mas ele o faz como se os sentidos estivessem nas palavras: apagam-se suas condições de produção, desaparece o modo pelo qual a exterioridade o constitui. E a interpretação aparece como transparência, como o sentido já-lá.

É isso que caracteriza o trabalho ideológico como um trabalho da memória e do esquecimento pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade. É justamente quando esquecemos quem disse, por exemplo, “invasão”, quando, onde e porquê, que o sentido dessa palavra produz seus efeitos.

É a ideologia, então, que recruta sujeitos entre os indivíduos e faz com que recebam como evidentes o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem, enquanto sujeitos-falantes.

2.3. SUJEITO, SENTIDO E HISTORICIDADE

2.3.1. Sujeito

O preceito que embasa a AD é de que o sujeito não é a fonte do dizer. Ao contrário disso, entende que esse sujeito é assujeitado por algo que não lhe é inerente, mas que “vem de fora”, isto é, refere-se a um sujeito assujeitado a um “exterior”, concebido aqui como a ideologia.

Pêcheux retoma de Althusser, autor de “Aparelhos Ideológicos de Estado” (AIE), a noção de assujeitamento, explicando mais claramente essa relação sujeito/ideologia. ALTHUSSER vislumbra a ideologia como práticas de sujeitos em relação com os AIE e pensa a ideologia como uma *relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência* (1985, p.88). O autor sugere que a ideologia “age” ou funciona de tal forma que ela recruta sujeitos entre os indivíduos (ela recruta a todos) ou transforma os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos), através da interpelação.

O *assujeitamento* é, assim, o movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito do seu discurso ao, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha a ilusão de autonomia.

A partir da descoberta do inconsciente por Freud, o conceito de sujeito sofre uma alteração substancial, pois seu estatuto de entidade homogênea passa a ser questionado diante da concepção freudiana de sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente. Estabelece-se, assim, uma relação entre inconsciente (no sentido freudiano) e a ideologia (no sentido marxista). A ideologia (relação com o poder) e o inconsciente

(relação com o desejo) estão materialmente ligados, funcionando de forma análoga na constituição do sujeito e do sentido. O sujeito falante é determinado pelo inconsciente e pela ideologia.

Assim, através da ampliação da noção de interpelação althusseriana, Pêcheux faz corresponder conceitos de Althusser, Freud e Lacan para explicar o que vem a ser sujeito do discurso. O sujeito, explicado pela aproximação do “Outro” (que confirma a alienação do sujeito à Ordem) de Lacan ao Sujeito (enquanto absoluto e universal e que está sempre “já aí” para manter todos os seus lugares designados nas sociedades de classe) de Althusser” é assujeitado e, para agir, tem a ilusão de ser livre, mesmo quando se submete.

Nesse sentido, a AD é crítica em relação ao conceito de subjetividade na linguagem como defendido por Benveniste. Segundo a AD, a teoria da enunciação benvenistiana reflete, ao invés de criticar, a ilusão do sujeito de ser a fonte dos sentidos do que diz. Em Benveniste, o locutor, no exercício do discurso, apropria-se das formas de linguagem e a elas refere a sua pessoa, definindo-se a si mesmo (eu) e a seu parceiro (tu). Para a AD, essa apropriação não é individual, mas social e constitutiva: há uma forma de apropriação da linguagem em que está inscrita a ilusão do sujeito, a sua interpelação feita pela ideologia. A AD visa, em seus procedimentos, a atingir o lugar dessa ilusão.

A AD, ao propor uma teoria não-subjetiva do sujeito, descentra a noção de sujeito e reflete criticamente sobre sua ilusão: a de ser a fonte do sentido e da realidade de seu pensamento. No primeiro caso ele aparece como criador onipotente de seu discurso, e no segundo, aquilo que é representação para ele, se apresenta como reflexo do seu conhecimento objetivo, da realidade.

Assim, para ter a ilusão de ser o dono do seu discurso, o sujeito, segundo Pêcheux, cria dois tipos de realidades discursivas ilusórias, os Esquecimentos. O *Esquecimento n.2*

consiste nas opções que o sujeito faz ao falar, na rede de sintagmas e paradigmas pelos quais opta inconscientemente, produzindo enunciados que parecem únicos, originais. É a chamada ilusão referencial, que se constitui num esquecimento parcial, semi-consciente. E o *Esquecimento n.1*, denominado esquecimento ideológico, que se situa no inconsciente, sendo de natureza ideológica. Nesse esquecimento, o sujeito acredita-se fonte de seu discurso e não mero receptor de idéias e sentidos preexistentes. Assim, o sujeito ludibria-se, imaginando-se o criador absoluto do seu discurso.

Enquanto a ideologia fornece evidências para que palavras e/ou enunciados queiram dizer o que realmente dizem, e para que mascarem, sob a transparência da linguagem, o caráter material do sentido, a *Formação Ideológica* apresenta-se como elemento capaz de aí intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica de uma *Formação Social* em um dado momento.

Por *Formações Ideológicas* compreende-se o conjunto de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que reportam mais ou menos diretamente às posições de classe em conflito umas com as outras (PÊCHEUX e FUCHS, [1975], 1993, p.166). As Formações Ideológicas comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias Formações Discursivas interligadas.

Por *Formação Social* compreende-se o espaço a partir do qual se pode prever os efeitos de sentido a serem produzidos. Para a AD, as posições que os sujeitos ocupam em uma dada formação social condicionam as condições de produção discursivas, definindo o lugar por eles ocupado no discurso. Ao funcionamento das formações sociais está articulado o funcionamento da ideologia, relacionado à luta de classes e às suas motivações econômicas

A expressão *Formação Discursiva* (FD) é original de Foucault (1969). Retomada por Pêcheux, uma FD é definida como *aquilo que, numa formação ideológica dada – ou seja – a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito* (PÊCHEUX e FUCHS, [1975], 1993, p.166). Uma formação discursiva é constituída pela contradição, apresentando fronteiras fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em sua relação com outras formações discursivas.

As formações discursivas determinam uma posição mas não a preenchem de sentido. São um princípio de organização para o analista e são parte de constituição dos discursos e dos sujeitos. Elas não são definidas a priori como evidências ou lugares estabilizados, mas como regiões de confrontos.

Uma FD não consiste, assim, em um limite traçado uma vez por todas, separando um interior de um exterior do saber. Uma FD se inscreve entre diversas FDs, e suas fronteiras se deslocam em função dos jogos da luta ideológica. Assim, o domínio de saber, próprio de cada FD, realiza o seu fechamento, delimitando o seu interior (o conjunto dos elementos de saber) de seu exterior (o conjunto dos elementos não pertencentes ao saber da FD). Este fechamento, entretanto, é essencialmente instável.

PÊCHEUX denomina “*forma-sujeito*” a *identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina* (1997, p. 163). Isto é, a forma-sujeito constitui-se no sujeito afetado pela interpelação ideológica ou o sujeito comprometido pela ideologia. A designação forma-sujeito abrange o sujeito enunciator (sujeito do discurso ou sujeito ideológico) e o sujeito universal (ou sujeito do saber) na articulação entre o interdiscurso e o intradiscurso de uma Formação Discursiva.

2.3.2. Sentido

O sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Assim, os sentidos não são predeterminados por propriedades da língua, dependendo das relações constituídas pelas formações discursivas.

Segundo PÊCHEUX, se uma mesma palavra, expressão ou proposição podem receber sentidos diferentes, conforme refiram-se a esta ou àquela formação discursiva, é porque *uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria próprio, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva* (1997a, p.161).

Assim, o lugar social dos interlocutores, compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações. Tecnicamente, é o que se chama *relações de forças* no discurso. Pelas relações de força, podemos dizer que o lugar social dos interlocutores (aqueles do qual falam e lêem) é parte constitutiva do processo de significação. Assim, o(s) sentido(s) de um texto está(ão) determinado(s) pela posição que ocupam aqueles que o produzem (os que o emitem e o lêem).

Conforme acentua Pêcheux, a instabilidade do sentido reside na própria língua e na sua condição de uso pelos sujeitos que, ao significar, põem em relação as categorias de estrutura e acontecimento. Enquanto a estrutura se refere àquilo que já se encontra dado como mais ou menos estabilizado, o acontecimento, por sua vez, reflete as diferentes interpretações de um mesmo enunciado, feitas por diferentes sujeitos, cujas historicidades indicam posições diversas.

2.3.3. Historicidade

A história, para o analista de discurso, liga-se à prática e não ao tempo em si. Organiza-se, de acordo com o pensamento de ORLANDI, *tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)* (1990, p.35-36).

O histórico, para a AD é constituído de fatos que reclamam sentidos, cuja materialidade não é possível de ser apreendida em si, mas no discurso, por pistas não auto-evidentes que se correlacionam no mesmo e em diferentes textos. O histórico é, pois, significância, trama, modo como são produzidos os sentidos, sempre em relação a uma dada formação discursiva.

Assim, não se parte da história para o texto, toma-se o texto como materialidade histórica. A historicidade é a historicidade do texto, ou seja, a sua discursividade (sua determinação histórica) que não é apenas reflexo do fora, mas se constitui já na própria tessitura da materialidade lingüística. A relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de um confronto de sentidos.

Por sua vez, a sedimentação de processos de significação também se faz historicamente, produzindo a institucionalização do sentido dominante. Dessa institucionalização decorre a legitimidade, e o sentido legitimado fixa-se então como centro: o sentido oficial, literal.

São, pois, os meandros do texto, o seu acontecimento como discurso, ou como podemos dizer, o trabalho dos sentidos nele, que chamamos historicidade. Não se trata

assim de trabalhar a historicidade (refletida) no texto mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos.

A compreensão é a apreensão das várias possibilidades de um texto. Para compreender, o leitor deve se relacionar com os diferentes processos de significação que acontecem no texto. Estes processos, por sua vez, são função da historicidade, ou seja, da história do sujeito e do sentido do texto, enquanto discurso. Na multiplicidade de sentidos possíveis atribuíveis a um texto, há uma determinação histórica que faz com que só alguns sentidos sejam “lidos” e outros não.

2.4. TEXTO E DISCURSO

2.4.1. Texto

As palavras não significam em si. É o texto que significa. Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa.

Texto é o objeto a ser lido, que representa a materialidade lingüística através da qual se tem acesso ao discurso. O texto é, pois, uma unidade de análise, afetada pelas condições de sua produção, a partir da qual se estabelecerá a prática de leitura. Enquanto unidade pragmática, que se constitui na interlocução, não importa a extensão do texto: pode ser uma palavra, um sintagma, um conjunto de frases (escrito ou oral). O que importa é que funcione como unidade de significação em relação à situação.

Para a Análise do Discurso, a organização lingüística interna ao texto é o que menos interessa. O que está em jogo para a AD é, segundo INDURSKY, *o modo como o texto organiza sua relação com a discursividade, vale dizer, com a exterioridade e o modo como*

organiza internamente esses elementos provenientes da exterioridade para que produzam o efeito de um texto homogêneo (2001, p.28).

Enquanto um texto, do ponto de vista de sua apresentação empírica, é um objeto com começo, meio e fim, ou seja, uma unidade fechada, do ponto de vista da AD, é possível pensar o texto como um espaço simbólico, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações com o contexto, com outros textos e com outros discursos. A AD não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. Assim, o discurso é o objeto teórico da AD, enquanto o texto é seu objeto empírico (de análise).

Um texto não se restringe a si próprio. Faz parte de sua constituição uma série de outros fatores, tais como (INDURSKY, 2001, p.29):

Relações contextuais – remetem o texto para o contexto socioeconômico, político, cultural e histórico em que é produzido, determinando as suas *condições de produção*.

As condições de produção são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação necessária, constituindo com o ela o sentido do texto. As condições de produção fazem parte da exterioridade linguística e podem ser agrupadas em condições de produção em sentido estrito (circunstâncias da enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico).

Relações textuais – relacionam um texto com outros textos. É o que se costuma chamar de intertextualidade.

Por intertextualidade entende-se a releitura que um texto faz de outro texto, dele apropriando-se para transformá-lo e/ou assimilá-lo. O processo de intertextualidade lança o

texto a uma origem possível. Para a AD, a intertextualidade aponta não apenas para uma possível origem, mas para outros textos que se inscrevem na mesma matriz de sentidos.

Relações interdiscursivas – aproximam o texto de outros discursos, remetendo-o a redes de formulações tais que já não é possível distinguir o que foi produzido no texto e o que é proveniente do interdiscurso.

O interdiscurso, que pode ser entendido como a memória do dizer, remete a redes discursivas tais que já não é mais possível identificar com precisão, como no caso da intertextualidade, a origem de um texto, visto que o discurso está disperso em uma profusão descontínua e dispersa de textos, relacionando-se com diversas formações discursivas.

Assim, o texto, nessa perspectiva, possui sua materialidade lingüística, mas não se reduz a ela. A exterioridade (contexto, intertextualidade e interdiscurso) presente no texto, embora não seja transparente, é sua parte constitutiva. Não é mais possível pensar o texto como uma instância enunciativa homogênea. Um texto com tais características, em que diferentes textos, diferentes discursos e diferentes subjetividades se fazem presentes e se fazem ouvir, só pode ser pensado como um *espaço discursivo heterogêneo*.

Outro aspecto a se considerar em relação à incompletude do texto, além da já citada multiplicidade de sentidos possíveis, é que, constituído na interação, o sentido do texto não se aloja em cada um dos interlocutores separadamente, mas está no espaço discursivo criado pelos interlocutores.

O texto é o lugar de jogo de sentidos, onde se pode ver o trabalho da linguagem funcionando na sua discursividade. Os textos, neste sentido, funcionam como pontos de ligação entre discursos. Compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, é compreendê-lo enquanto objeto lingüístico-histórico, é explicitar como ele realiza a discursividade que o constitui.

2.4.2. Discurso

Discurso é entendido como um objeto teórico definido, segundo Pêcheux, como *efeito de sentido entre interlocutores* e como prática discursiva (não individual), nem universal, mas particular, identificada com um domínio de saber, ou seja, com uma FD.

O discurso, portanto, não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção. O discurso apresenta determinações de natureza histórica, social, lingüística e ideológica. O trabalho discursivo mobiliza, pois, um discurso que é, em sua própria constituição, heterogêneo: conjunto de enunciados que derivam da mesma formação discursiva. Ou seja, ele é constituído por um certo número de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência.

A natureza do discurso é a da instabilidade. Instável, aqui, não significa desordenado ou caótico, mas o que muda, não se fixando em nenhum lugar, seja no aspecto fonológico, morfológico, sintático ou semântico. Essas mudanças ocorrem pelo trabalho discursivo que põe a língua em movimento.

Nesse trabalho discursivo há que se compreender dois movimentos correlacionados: o *interdiscurso* (ou *memória discursiva*, *memória do dizer*) e o *intradiscurso*. O interdiscurso constitui o exterior específico de uma FD. É, segundo PÊCHEUX, *o todo complexo com dominante de formações discursivas* (1997a, p.162). Já o intradiscurso diz respeito ao nível da formulação, ou seja, é o lugar da enunciação por um sujeito.

O intradiscurso é apresentado por PÊCHEUX como *o funcionamento do discurso com relação a si mesmo* (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que

direi depois; portanto, o conjunto dos elementos de co-referência que garantem aquilo que se pode chamar o 'fio do discurso' enquanto discurso de um sujeito) (1997a, p.166).

Quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando. E o que não está dito pode ser de várias naturezas: o que não está dito mas que, de certa forma, sustenta o que está dito; o que está suposto para que se entenda o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe; outras maneiras diferentes de se dizer o que se disse e que significa nuances distintas, etc.

Sob novas palavras, ressoam palavras-outras, palavras de outros sujeitos, pois o discurso é da ordem do repetível e essa repetição não remete apenas àquilo que foi dito anteriormente pelo sujeito do discurso, no presente ou no passado. O repetível é da ordem de um já-dito, mais amplo e disperso, que remete para o dizer de outros sujeitos, em outros discursos, em outros espaços e em tempos diversos, que tanto podem estar inscritos na mesma FD do sujeito que enuncia quanto em outra, seja ela “amigável” ou antagônica.

O interdiscurso indica, pois, a heterogeneidade, ligando o mesmo do discurso (marcas que se repetem e que são próprias de uma formação discursiva) com o seu outro (marcas de outros discursos, usadas e ressignificadas no seu interior). É o que se costuma chamar de ligação do discurso com o seu exterior e que permite mudanças, mostrando a história com marcas nem sempre explícitas.

É na relação com a memória do dizer, concebida enquanto espaço de recorrência das formulações na relação com a ideologia, que os objetos do discurso adquirem sua estabilidade referencial. A memória discursiva decorre, assim, de uma relação dialética entre a repetição de um enunciado discursivo e a regularização de seu sentido, de tal modo que a “regularização” apóia-se necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido.

2.5. O TRABALHO DISCURSIVO

2.5.1. Sujeito-Autor

Um texto pensado como um *espaço discursivo heterogêneo* é produzido por um sujeito interpelado ideologicamente e identificado com uma posição-sujeito inscrita em uma Formação Discursiva, ou seja, o sujeito produz seu texto a partir de um lugar social e, ao fazê-lo, exerce a função enunciativa de autor: o sujeito-autor.

O sujeito-autor, em seu trabalho, mobiliza vários e diversificados recortes textuais relacionados a diferentes redes discursivas e diferentes subjetividades. Tal fazer o conduz a estabelecer uma trama entre diferentes recortes discursivos, provenientes de diferentes textos afetados por diversas Formações Discursivas e diferentes posições-sujeito.

Ao produzir seu texto, o sujeito-autor produz significados. Ou seja, o sujeito-autor, ao reunir e organizar os recortes heterogêneos e dispersos provenientes do exterior, produz a textualização desses elementos que, ao serem aí recontextualizados, se naturalizam, “apagando” as marcas de sua procedência, de sua exterioridade/heterogeneidade/dispersão. É o trabalho discursivo de textualização.

2.5.2. Trabalho discursivo de textualização

O trabalho discursivo de textualização realizado pelo sujeito-autor é o responsável pelo efeito de textualidade. O efeito de textualidade é uma qualidade discursiva que deriva

da inserção e textualização de recursos discursivos provenientes de outros textos, de outros discursos, enfim, do interdiscurso.

No momento em que os recortes discursivos são textualizados no texto, eles parecem ali ter sido produzidos e ali encontram-se de forma tão natural que produzem o efeito de homogeneidade. Essa homogeneidade textual é uma ilusão discursiva resultante do trabalho discursivo de textualização. As palavras já-ditas em outro lugar, ao serem apropriadas pelo sujeito-autor, precisam ser atravessadas pela modalidade do esquecimento para que possam ressoar como novas no interior do texto que está sendo produzido.

Além de apresentar-se como se fosse um texto que está na origem de seu autor, apagando os vestígios de sua interdiscursividade e demarcando-se de todos os outros textos, esse *efeito-texto* (Espaço discursivo simbólico, dotado da ilusão de homogeneidade, completude, fechamento e transparência) traz consigo outra característica. Ele se apresenta como *uma peça de linguagem* (ORLANDI, 1995, p.109) dotada de completude. Ou seja, o efeito-texto resulta da ilusão de que tudo o que devia ser dito foi dito, nada faltando ou sobrando. Ele é dotado de *começo, meio e fim*.

2.5.3. Sujeito-Leitor

O leitor também é um sujeito interpelado ideologicamente e identificado com uma Formação Discursiva. Isso implica dizer que o sujeito-leitor vai ocupar uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-autor, com ela identificando-se ou não. Ou seja, o sujeito-leitor vai produzir sua leitura desde seu lugar social, à luz de seu contexto sócio-histórico, cultural, político e econômico, e este pode ou não coincidir com o lugar social a partir do qual o sujeito-autor produziu o texto.

O sujeito-leitor passa a interagir com o efeito-texto, este espaço discursivo simbolicamente fechado, acabado e completo, com ele discutindo, debatendo, argumentando. Essa postura crítica do sujeito-leitor vai promovendo a “desconstrução” do efeito-texto, ou seja, o sujeito-leitor, através da produção da leitura, vai desestabilizando aquela superfície que parecia tão bem estruturada e homogênea, aí reconhecendo e/ou introduzindo elementos que lhe são externos.

Esse é o resultado do trabalho discursivo da produção de leitura: desestabilizar sentidos que parecem estabilizados, podendo mesmo levá-los ao deslocamento, à deriva, à ruptura. Assim, submetido ao efeito de produção de leitura, o conceito de efeito-texto, antes dado como uma heterogeneidade estruturada é relativizado, passando a se falar em uma heterogeneidade provisoriamente estruturada.

Mas a produção discursiva da leitura não se limita a desconstruir o efeito-texto produzido pela função-autor. Para que ela cumpra seu ciclo, impõe-se que o texto seja recomposto. Ao preencher as brechas produzidas por sua prática discursiva de leitura, o sujeito-leitor reconstrói o texto, dá-lhe uma nova estruturação, igualmente homogênea e provisória. Desse trabalho discursivo de reestruturação do texto produzido pelo trabalho discursivo da leitura, o texto é ressignificado, dele resultando a reconstrução de um novo efeito-texto.

O sujeito-leitor emerge deste processo como um sujeito-autor, pois ele passa agora, por sua vez, a organizar as diferentes vozes anônimas da interdiscursividade que atravessam e dão sustentação à sua prática de leitura, assumindo a responsabilidade pela produção de um novo efeito-texto, re-significado por sua produção de leitura, tão heterogêneo e provisório quanto aquele que lhe deu origem.

2.5.4. Processos Parafrástico e Polissêmico

Nessa prática de construção e desconstrução do texto em que atuam o sujeito-autor e o sujeito-leitor em seus trabalhos discursivos faz-se necessária uma referência aos processos parafrástico e polissêmico.

PÊCHEUX afirma que *a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar a matriz do sentido* (PÊCHEUX e FUCHS, [1975], 1993, p.169). Assim, é no interior da família parafrástica, dos recursos lingüísticos selecionados pelo sujeito a partir de seu contexto social, que se constitui o efeito de sentido.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer, à estabilização. O processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas.

Já o processo polissêmico é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos. A polissemia é o conceito que permite a tematização do deslocamento daquilo que na linguagem representa o garantido, o sedimentado.

Essa tensão entre o mesmo e o diferente é o que constitui as várias instâncias da linguagem. Expressa-se o conflito entre o garantido, o institucionalizado, o legitimado, e aquilo que, no domínio do múltiplo, tem de se garantir, se legitimar, se institucionalizar. Essa tensão, vista na perspectiva do discurso, é a que existe entre o texto e o contexto histórico-social: porque a linguagem é sócio-historicamente constituída, ela muda; pela mesma razão, ela se mantém a mesma. Essa é a sua ambigüidade.

Uma conseqüência da distinção entre os processos parafrástico e polissêmico é a diferença entre criatividade e produtividade. A produtividade se dá pela obtenção de elementos variados através de operações que são sempre as mesmas, que incidem recorrentemente e que, dessa forma, procuram manter o dizível no mesmo espaço do que já está instituído (o legítimo, a paráfrase).

A criatividade instaura o diferente na linguagem na medida em que o uso pode romper com o processo de produção dominante de sentidos e, na tensão da relação com o contexto histórico-social, pode criar novas formas, novos sentidos. Pode realizar uma ruptura, um deslocamento em relação ao dizível.

Para a AD, a criatividade implica a ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Para haver criatividade é preciso um trabalho que ponha em conflito o já produzido e o que se vai instituir.

2.6. O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE EM AD

2.6.1. Princípios Metodológicos em AD

Em AD, não existe um modelo que se aplique automática e indiferenciadamente a todo e qualquer discurso. A definição da metodologia a ser utilizada na análise de um discurso específico implica mais uma vez a análise. Há, no entanto, um conjunto de princípios metodológicos em AD que são característicos, como os descritos a seguir.

Universal Discursivo – Diz respeito ao conjunto de todas formações discursivas que estão presentes e dialogam numa dada conjuntura. Serve para definir o horizonte a partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de serem estudados, os campos discursivos.

Campo Discursivo – O campo discursivo de referência é constituído por um tipo específico de discurso, como por exemplo, o discurso político, o discurso religioso. Ele é constituído por um conjunto de formações discursivas que se encontram em uma região determinada do universo discursivo e que podem ter relações de aliança, de antagonismo ou de neutralidade.

Espaço Discursivo – Subcampo do campo discursivo que o analista isola para efeitos de análise tendo em vista os seus propósitos. Para isso é necessário um conhecimento e um saber histórico que permitirão levantar hipóteses que poderão ou não ser confirmadas ao longo da pesquisa.

Corpus Discursivo – O corpus discursivo é formado pelo conjunto de seqüências discursivas extraídas de um todo maior que é o *corpus* empírico. O *Corpus Discursivo* em AD é instável e provisório.

Seqüência Discursiva – Através de uma série sucessiva de restrições que homogeneizam o material lingüístico, chega-se às seqüências discursivas de referência, ou seja, àquelas que serão submetidas à análise. A escolha das seqüências discursivas de referência deve estar em consonância com a proposta e os objetivos do analista.

O primeiro movimento analítico de construção do corpus discursivo inicia na delimitação das seqüências discursivas, as quais precisam ser organizadas no interior do corpus discursivo. É o *recorte discursivo* quem funciona como elemento organizador.

O recorte é uma unidade discursiva que compreende fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação, ou seja, da própria situação discursiva. O recorte, entretanto, resulta de teoria, sendo uma construção do analista. Não é automático, nem predeterminado.

O analista, ao tomar o texto como unidade de discurso, passa da operação de segmentação, que vê as unidades dispostas linearmente, para a operação de recorte. Passa da distribuição de segmentos para a relação das partes com o todo, procurando estabelecer, através dos recortes, as unidades discursivas.

O princípio segundo o qual o recorte se efetua, varia conforme os diferentes tipos de discurso, a configuração das condições de produção e se faz de acordo com o objetivo da análise. Através dos recortes se chega à representação das relações textuais referidas às condições em que foram produzidas. Dessa forma, procura-se não perder de vista a relação com a totalidade do discurso, sua unidade.

Ao analisar um funcionamento discursivo não basta ao analista determinar as suas marcas formais. Por isso há uma distinção entre marcas e propriedades do discurso. É nesse sentido que ORLANDI opõe *marcas lingüísticas e propriedades do discurso* (2001, P.90). As marcas dizem respeito à organização interna do discurso e a propriedade tem a ver com a consideração do discurso como um todo em relação à exterioridade, com a situação, com as instituições, com o contexto sócio-histórico, com a cultura, com a ideologia. As marcas não são suficientes para caracterizar um funcionamento discursivo. Para tal é preciso remetê-las à propriedade.

2.6.2. A postura do analista

É preciso que o analista não se reconheça na interpretação (não se identifique a ela) mas conheça, isso sim, o momento da interpretação inscrita em seu material simbólico. É a

possibilidade de contemplar esse movimento de interpretação que caracteriza a *posição compreensiva* do analista.

O analista procura determinar que gestos de interpretação trabalham a discursividade que é objeto de sua análise. Ele procura distinguir que gestos de interpretação constituem os sentidos (os sujeitos e suas posições) de um texto. Com isso se evita a referência, tão freqüente na pragmática, às intenções do sujeito (autor) e também não se considera o texto em si. Trata-se do sujeito – afetado pela língua e pela história – que se constitui (e aos sentidos) na interpretação.

Em seu trabalho, cabe ao analista:

- Expor o olhar do leitor à opacidade do texto, para compreender como essa impressão é produzida e quais seus efeitos.

- Remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito, observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória.

- Compreender como o político e o lingüístico se interrelacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados.

Assim, o analista, enquanto sujeito que age, apropria-se de um referencial teórico, (re)elabora-o em função do objeto de análise e, orientado pelos objetivos e pelas hipóteses, produz (objetiva) novos conhecimentos que vão se juntar àqueles que lhe serviram de apoio inicial no trabalho.

2.6.3. “Viu!? É o nosso MPA!”

A partir do enunciado “*Viu!? É o nosso MPA!*” serão feitas considerações sobre alguns dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso acima expostos, com o objetivo de contextualizá-los.

Considerando que a AD procura tratar dos processos de constituição do fenômeno lingüístico como processos histórico-sociais, há que se examinar a situação de enunciação. O enunciado foi proferido pela senhora camponesa quando, mesmo estando em outra peça da casa, revelou-se atenta ao diálogo estabelecido entre seu esposo e o pesquisador. O objeto da conversação era o acontecimento da ocupação de fábricas de laticínios.

A situação de enunciação identifica, assim, um indivíduo que, mesmo não sendo partícipe da situação original de emprego da linguagem, interage, compromete-se, manifesta sua posição ideológica através da linguagem, utilizando-a como mediação entre os fatos e sua própria realidade. É a ideologia da camponesa que se revela, não como ocultação de algo ou dissimulação da realidade, mas como injunção a uma interpretação.

Ao proferir o enunciado “*Viu!? É o nosso MPA!*”, a camponesa é recrutada como sujeito entre os indivíduos, pelo processo ideológico em que vive, é assujeitada por essa ideologia, e sente a necessidade de dar sentido, de construir uma significação para as práticas discursivas em que interage. Acreditando-se livre, vivencia, no entanto, a ilusão de ser fonte (esquecimento n.1) e dona de seu dizer (esquecimento n.2).

Nesse processo, há a identificação da camponesa com sua posição de classe: os pequenos agricultores, o proletariado. Os sentidos passam a ser administrados a partir de uma Formação Ideológica do Proletariado. O conflito, a luta de classes é retomada no conjunto da Formação Social em que interagem o pequeno produtor e a empresa. A posição antagonica é a de uma Formação Ideológica Capitalista.

A injunção à interpretação, o enunciado proferido pela camponesa, revela, também, a presença, dentro da própria Formação Ideológica do Proletariado, de várias Formações Discursivas. O que pode e deve ser dito é a identificação da camponesa com a Formação Discursiva dominante – a forma-sujeito que a institui como integrante do Movimento. O que não é transparente são as FD outras, ocultas, resgatáveis a partir do trabalho de análise.

O conjunto de relações de força estabelecido pelo lugar social da camponesa, determinado pelo seu contexto histórico-social – afazeres domésticos e ordenha – característico de um lugar privado, dá lugar a uma Formação Discursiva Movimentalista, instaurada em um outro lugar social, público, representativo da participação da camponesa, junto com outras mulheres, nas reuniões do núcleo de produtores de leite da localidade.

Dessa forma, o texto do enunciado revela a historicidade dos sentidos e do sujeito. Os elementos internos ao texto (intradiscurso) - como a ênfase na enunciação do verbo (marcada pelo emprego da pontuação) e o emprego do pronome possessivo - fornecem pistas que devem ser relacionadas com as condições de produção do discurso, o contexto sócio-histórico-ideológico – como, no caso, o conhecimento do que seja o MPA.

Ainda assim, a compreensão do sentido do discurso só se dará na medida em que se refletir sobre as redes discursivas que compõem o interdiscurso, ou seja, os diferentes discursos que podem ser remetidos às diversas FDs. No caso em questão, compreender o sentido da Formação Discursiva Movimentalista remete à historicidade: os movimentos camponeses, a Pastoral da Terra e a representação sindical rural.

É nesse cenário que o enunciado *Viu!? É o nosso MPA!* revela-se estrutura e acontecimento, como trabalhado por Pêcheux. Revela-se processo polissêmico, criativo, enquanto compreensão do sujeito-autor do enunciado: a camponesa integrante do Movimento; constitui-se, no entanto, processo parafrástico, reprodutivo, enquanto

compreensão da real Formação Discursiva dominante – a do proletariado. No esforço de compreender o discurso da camponesa como prática, tensão entre estrutura e acontecimento, é que se faz necessária a revisão de saberes sobre a problemática do leite.

3. A PROBLEMÁTICA DO LEITE

Com o objetivo de traçar um panorama que facilite o exercício de análise a ser desenvolvido *a posteriori*, serão desenvolvidos alguns saberes necessários para a compreensão da temática em estudo. Esse conjunto de saberes serve como pano de fundo político, social e econômico para a compreensão das motivações de dois fatos históricos que ocorreram no ano de 2002 mas que têm suas raízes ao longo da década de 90: a CPI do Preço do Leite e o acontecimento da ocupação de fábricas de laticínios por integrantes de movimentos sociais camponeses.

3.1. A CADEIA PRODUTORA DO LEITE

3.1.1. O Agronegócio do Leite: evolução, mercado e consumo

A realidade do agronegócio do leite no Brasil tem raízes históricas bem antigas. Um exemplo que ilustra as diversas mudanças nas relações de produção e comercialização de lácteos no Estado do Rio Grande do Sul é o da CORLAC.

Em 1970 foi criada a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), uma empresa mista, controlada pelo governo do Estado. Esta empresa propiciou importantes mudanças no setor lácteo e criou uma infra-estrutura industrial invejável no Estado. Na década de 90, por problemas políticos estruturais foi extinta, causando sérios transtornos aos produtores e demais segmentos a ela vinculados.

De fato, a partir dos anos 90 ocorreram grandes transformações no segmento agroindustrial do País. A economia leiteira que sofrera intervenção governamental no período compreendido entre abril de 1945 e setembro de 1991, com tabelamento de preços e a definição das margens de comercialização nos diversos elos de sua cadeia produtora, é

totalmente desregulamentada e passa a se desenvolver num mercado globalizado, onde a livre concorrência é a tônica da atividade.

Destacam-se, além da desregulamentação do mercado do leite, a maior abertura do comércio internacional de lácteos, em particular com a criação do Mercosul, e a estabilização econômica, em função do Plano Real, como os principais fatores que contribuíram para essas mudanças.

Após o plano de estabilização da moeda, implementando no Brasil em 1994, ocorreram sensíveis mudanças nos hábitos de compra do consumidor. Houve um aumento generalizado no consumo de leite, tanto sob a forma fluida quanto sob a forma de derivados de maior valor agregado (como o queijo), ocasionado principalmente com o aumento da renda da parte da população mais carente.

Essa mudança no perfil de consumo é evidenciada pela busca do consumidor por produtos práticos. No caso do leite UHT (embalagem cartonada), o consumidor tem valorizado a alta durabilidade, a facilidade de estocagem (permite conservação fora da geladeira) e o manuseio (fica em pé).

A incontestável importância econômico-social da produção leiteira atraiu significativos investimentos de capitais internacionais, com concentrações industriais e comerciais, alterando substancialmente as relações de poder entre os diferentes segmentos da cadeia produtora, sinalizando uma tendente desvantagem ao setor produtivo ou produtor.

Em relação à agropecuária, o leite ocupa o quarto lugar entre os dez principais produtos pelo seu valor bruto de produção (R\$ 6,67 bilhões em 2000), só perdendo para a carne bovina, soja e milho. Importante gerador de emprego, de renda e de tributos, é um dos três principais sistemas agroindustriais brasileiros, movimentando em 1996 mais de 17,34 bilhões de reais.

Pode-se conceituar mercado como o mecanismo socialmente articulado para transações de bens e serviços de agentes econômicos entre si e com consumidores finais. Refere-se também a espaços concretos ou virtuais, onde esses mecanismos ocorrem em dado tempo. Nesse sentido, o conceito abrange desde as transações operadas em feiras livres ou mercearias, por exemplo, até as que ocorrem em bolsas de valores, comércio eletrônico, balcões de negócios, cooperativas e empresas virtuais e outros tipos mais complexos.

Uma indústria de lácteos que seja monopolista do mercado comprador em dada região impõe preços e, portanto, coage seus fornecedores a aceitá-los; grandes redes de supermercados ditam preços aos laticínios, com exigências que podem por eles ser consideradas abusivas. Da mesma forma, indústrias de insumos podem formar cartéis, de forma velada, e estabelecer preços mais elevados do que seria esperado, com conseqüente perda de poder de compra do produtor.

O fator determinante para o processo de modernização da cadeia produtora do leite será, sem dúvida, o comportamento do consumidor final. Numa economia de mercado é ele o elemento-chave de todo o sistema. É a partir dos seus hábitos de consumo, seu nível de exigência, sua percepção do que é qualidade e especialmente do quanto pode e está disposto a pagar, ou seja, da sua percepção de preço justo, aliada às suas possibilidades orçamentárias e que serão determinadas as regras e condições, sob as quais os agentes da cadeia produtora vão competir.

Nesse cenário, o expressivo crescimento do Leite Longa Vida é outro ponto de destaque nas transformações da cadeia do agronegócio do leite. Tal crescimento provocou um deslocamento a favor do supermercado, como sendo o principal ponto de venda no varejo. Em razão da grande força econômica do supermercado, houve aumento nas

margens de comercialização do varejo, o que pressionou as margens dos demais elos da cadeia do agronegócio.

O supermercado é hoje o principal canal de vendas de leite e seus derivados. Ao longo da cadeia produtora, ele representa um dos segmentos que mais tem lucrado com a comercialização de lácteos. As facilidades criadas pelo leite UHT tiveram, com certeza, papel fundamental nessa expansão. Tornaram possível, num dado centro consumidor, a oferta de leite fluido de diferentes regiões. O que era de consumo local, tornou-se nacional.

Um ponto muito importante com relação às grandes redes de supermercados é o conceito de “parceria” que, entre outras exigências, envolve a divulgação do produto e auxílio financeiro na realização de promoções de venda. O fabricante deve ajudar a rede de supermercados a vender o seu produto. Em outras palavras, deve fazer propaganda, que é algo que nem todas as empresas têm condições de cumprir, especialmente, em escala nacional.

Some-se a isso a realidade, apurada em CPIs de diversos Estados, da prática de cobrança de taxas pelas grandes redes de supermercados. Só a CPI da Assembléia Legislativa do Paraná apurou a existência de 33 tipos diferentes de taxas cobradas pelas redes varejistas Sonae, Carrefour, Wal-mart e Extra. Dentre elas, o conhecido rapel que é uma comissão estipulada pelos supermercados em troca da colocação de determinadas marcas nas prateleiras.

3.1.2. O leite Longa Vida (UHT) e a Tetra Pak

O que é o leite Longa Vida? O leite Longa Vida, ultrapasteurizado ou UHT (de Ultra High Temperature) é o leite líquido homogeneizado, que foi submetido, durante 2 a 4 segundos, a uma temperatura entre 130 e 150°C, mediante um processo térmico de fluxo

contínuo; imediatamente resfriado a uma temperatura inferior a 32°C, e envasado assepticamente.

O emprego de altas temperaturas na segurança ou conservação do leite está fundamentado nos efeitos nocivos do calor sobre os microorganismos. Foi através das pesquisas feitas, após 1860, por Louis Pasteur (daí a origem do termo “pasteurização”), que se estabeleceu o conceito de que a deterioração dos alimentos é resultado de ação microbiana.

Assim, é preciso submeter o leite a um processo que garanta sua segurança para o consumo. Destes processos, os mais comumente aplicados ao leite de consumo são: a pasteurização, a ultrapasteurização e a esterilização.

Segundo dados da Associação Brasileira de Leite Longa Vida (ABLV), em 1990 o leite Longa Vida (UHT) representava apenas 4% do mercado de leite fluido no Brasil, passando para 73,3% (3.960 milhões de litros) em 2001. Esse crescimento fez com que o Longa Vida se transformasse no balizador do mercado de lácteos, de modo geral.

O crescimento do leite Longa Vida aparece como uma mudança muito importante, graças a uma característica principal: ampliar imensamente a área geográfica de comercialização de derivados de leite em larga escala. Antes do crescimento das vendas do produto, os mercados da maioria dos derivados lácteos eram regionalizados, com pouca ou nenhuma influência de preços entre as diferentes bacias produtoras.

A Tetra Pak é uma empresa de origem sueca que atua em mais de 165 países. Fundada em 1951 pelo sueco Dr. Ruben Rausing, a Tetra Pak surgiu de um invento que, década após década, revolucionaria o setor de embalagens. Dr. Rausing associou dois processos, a ultrapasteurização e a embalagem asséptica por ele criada.

Presente no Brasil há 43 anos, a empresa é líder no fornecimento de equipamentos de processo, envase e distribuição de alimentos líquidos e viscosos. Possui uma unidade industrial instalada em 1978 na cidade de Monte Mor (SP). Em junho de 1999 inaugurou sua segunda fábrica no Brasil, em Ponta Grossa (PR).

A embalagem Tetra Brik, um dos produtos da empresa no Brasil, é a embalagem utilizada para o leite Longa Vida, sendo composta de 6 camadas. As duas primeiras camadas mais internas são de polietileno, um plástico inerte, que evita o contato do alimento com as demais camadas da embalagem. A terceira camada é de alumínio, cuja função é evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos. Após esta, segue mais uma camada de polietileno que faz a adesão da camada de alumínio com a quinta camada, de papel, que confere a resistência à embalagem. Finalmente, a última camada também é de polietileno.

Em audiência da CPI do Leite, o representante da Tetra Pak Ltda, Sr. Paulo Rochet, declarou que a empresa domina 98% do segmento de embalagens de Leite Longa Vida no Brasil. O emprego da embalagem cartonada propicia a economia de energia elétrica pela indústria, pois não precisa de refrigeração durante a estocagem e a distribuição do produto.

3.1.3. As associações de agentes na cadeia produtora

A **Associação Brasileira de Leite Longa Vida** – ABLV – é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em 9 de setembro de 1994 por cinco importantes empresas de laticínios: Parmalat, Leite Paulista, Itambé, Batavo e Elegê. A iniciativa contou com o apoio da Tetra Pak Ltda, tradicional fornecedora de equipamentos e embalagens para essas empresas.

Segundo dados de 2002, a associação congrega 22 associados fabricantes de leite Longa Vida, que representam mais de 70% das vendas do produto no Brasil. A ABLV tem como objetivos:

- Congregar, defender e coordenar os interesses dos seus associados no âmbito do poder público ou no âmbito da iniciativa privada, promovendo o estudo e solução dos problemas do setor lácteo, especificamente quanto ao leite Longa Vida.

- Defender os interesses do Leite Longa Vida no sentido de se evitar a discriminação fiscal, a criação de tributos que o prejudiquem, bem como no de remover ou impedir a criação de restrições tarifárias, não-tarifárias ou quaisquer outros tipos de barreiras ou entraves que inibam e dificultem o desenvolvimento das vendas do produto no mercado interno ou externo.

- Promover e divulgar o leite Longa Vida de forma institucional.

A **Láctea Brasil** ou Associação Para o Progresso do Agronegócio Lácteo Nacional é uma entidade de defesa dos interesses convergentes do setor de lácteos e que congrega representantes de todos os elos desse segmento, abrangendo desde os fornecedores de insumos, produtores, indústria, varejo, instituições de pesquisa, setor público, consumidores finais, etc.

Criada em 2000, a Láctea Brasil tem como principal objetivo a realização do Marketing Institucional da cadeia leiteira no Brasil, como, por exemplo, os projetos educacionais desenvolvidos junto a 12.000 estudantes na rede escolar das cidades paulistas de Itupeva e Lorena, visando a incrementar a demanda por produtos lácteos.

A Láctea Brasil segue o modelo da organização Dairy Management Inc (DMI), instituição norte-americana criada em 1995, aglutinadora de vários segmentos da cadeia

produtora do leite nos Estados Unidos, que objetiva coordenar ações visando ao incremento na demanda interna de produtos lácteos.

3.1.4. Concentração de mercado e exclusão do produtor

A produção de leite tem se mostrado uma das poucas alternativas de produção para os pequenos agricultores, que, em função de disporem de pouca terra, só conseguem subsistir desenvolvendo atividades razoavelmente intensivas em termos de rendimento econômico por unidade de área, apesar do esforço maior que essas atividades normalmente exigem.

O acompanhamento dos dados estatísticos da produção brasileira permite verificar que está reduzindo, tanto em termos relativos quanto absolutos, o número de pequenos produtores e aumentando, também em termos relativos e absolutos, o número de grandes produtores. Essa conclusão diz respeito ao mercado formal, porque muitos dos pequenos que estão sendo expulsos do mercado formal estão indo para o informal, daí o crescimento desse mercado.

No Brasil, de fato, existem dois tipos de mercado de lácteos, ambos de grande expressão econômica, conhecidos como formal e informal. A diferença básica entre eles é a presença, ou não, da inspeção sanitária do governo. O mercado formal está sob inspeção, enquanto o informal não está.

A comercialização do mercado formal é feita por meio de cooperativas ou indústrias particulares que, em geral, são fiscalizadas, quanto ao controle de qualidade e ao recolhimento de impostos. Calcula-se que, do total de leite produzido no Brasil, cerca de 20,6 bilhões de litros/ano (estimativa de 1999), 46,9%, sejam de origem informal.

A constatação, através da pesquisa “Oligopolização no setor industrial lácteo no Brasil”, de que *as quatro maiores empresas do mercado captam 34,99% do volume formal e 22,18% do volume total de leite produzido no Brasil* (BARROS,2001, p.157) apóia a hipótese de que a estrutura do mercado no segmento industrial da cadeia do leite é um oligopólio de concentração moderada, formado por um pequeno grupo de grandes empresas liderando um grande conjunto de pequenas e médias empresas.

Nesse cenário, se forem levados em conta os dados apurados pela CPI do Leite gaúcha, considerando-se somente os dados fornecidos pela empresa Elegê Alimentos S. A, de que 70% dos seus fornecedores podem ser classificados como pequena agricultura familiar, na medida que fornecem, cada um, no máximo 50 litros de leite/dia, o que representa apenas 30% da matéria prima que a empresa adquire, se tem uma noção clara da fragilidade dos pequenos produtores e de que eles são facilmente descartáveis e substituíveis por outros produtores maiores.

A exclusão dos pequenos produtores da atividade leiteira é um processo em curso, mostrando-se mais grave a cada levantamento censitário. Esse fenômeno, na verdade, é mundial. Na França, por exemplo, enquanto em 1983 existiam 384.945 estabelecimentos rurais, em 1998 existiam apenas 157.800. Nos Estados Unidos, segundo dados do Departamento de Agricultura, o número de propriedades leiteiras caiu de 1,74 milhão em 1980 para apenas 450 mil em 2000.

3.1.5. Importação e exportação

O Brasil é o sexto maior produtor de leite no mundo e, nos últimos dez anos, houve um aumento considerável da produção. A produção nacional é, praticamente, o dobro da

produção da Nova Zelândia e mais do que o dobro da produção da Argentina, que são países considerados referências na produção mundial.

De outra sorte, nosso país é o grande mercado consumidor de lácteos do mundo. Com a constante e crescente redução do consumo de produtos lácteos nos países ricos, cada vez mais as multinacionais estão centrando suas atenções nos países em desenvolvimento, promovendo exportações subsidiadas.

No que diz respeito às importações de lácteos, vale destacar a mudança do perfil dos importadores. Antes, as importações eram feitas apenas pelo governo, com vistas a regularizar o abastecimento interno e atender aos programas sociais. Depois, elas também passaram a ser feitas por indústrias laticinistas, porém, a preocupação principal era completar o abastecimento do mercado. Agora, as importações são realizadas pela indústria laticinista e por empresários que nada têm a ver com a atividade leiteira, são os chamados “sem-fábrica”. Por não estarem ligados nem à produção nem à indústria laticinista, os sem-fábricas priorizam apenas o lucro com suas importações, mesmo que isso possa tumultuar o mercado doméstico.

Tendo em vista a inserção do Brasil no Mercosul e a conseqüente liberalização do comércio entre os países-membros (ausência de imposto de importação), o Brasil tornou-se o grande importador do bloco: embora tenha o maior rebanho, apresenta a menor produtividade comparativamente com os outros integrantes do Mercosul.

Em outubro de 2002 foi criada a “Aliança Láctea Global”, associação governamental formada pelo Brasil, Argentina, Austrália, Chile, Uruguai e Nova Zelândia, com a finalidade de criar maiores oportunidades comerciais no mercado mundial de lácteos. Seu objetivo principal é o de promover uma reforma substancial do comércio internacional de produtos lácteos na rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio – OMC.

A Aliança busca sensibilizar os governos dos países membros para fortalecer a posição dos negociadores oficiais em defesa da eliminação das proteções existentes no mercado mundial de lácteos. Os maiores compradores dos excedentes de produção do leite brasileiro são o norte da África, o Oriente Médio, a Argélia e o México.

A Nova Zelândia, um pequeno país da Oceania, produz 12 bilhões de litros de leite por ano. É geralmente citada como exemplo mundial na produção e comercialização de lácteos. Lá existem 14,6 mil propriedades especializadas na produção de leite, com uma média de 86 hectares por fazenda e 208 vacas em lactação, fornecendo uma média de 2,08 mil litros de leite em cada propriedade por dia.

A Nova Zelândia montou políticas públicas para atuar no mercado externo, pois menos de 5% da produção nacional é consumida internamente. Naquele país existem quatro cooperativas de leite que congregam toda a produção nacional, das quais duas são responsáveis por 96% de todo o leite processado. As cooperativas se reuniram e criaram a New Zealand Dairy Board que, por força de lei, é a única exportadora de produtos lácteos da Nova Zelândia. Isso significa que qualquer exportação precisa ser autorizada por aquele órgão privado.

Diante de sua importância para a economia daquele país, e por se tratar de um produto eminentemente de mercado externo, o Estado concedeu ao setor privado a possibilidade de autogestão. Não há, portanto, conflitos entre grupos de pressão contraditórios a serem dirimidos, o que facilita esta outorga pelo Estado.

3.1.6. O Plano Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite e as medidas adotadas

A modernização do setor produtivo brasileiro de leite e derivados é um fator irreversível, e o estabelecimento dos principais padrões de identidade e qualidade do leite

tornou-se absolutamente inadiável para a tomada de decisões, que possam alterar o perfil qualitativo do setor produtivo, de modo a dificultar, através do aumento da competitividade, as importações de lácteos de outros países.

A modernização desse setor iniciou-se, na verdade, a partir das primeiras regulamentações técnicas emanadas do MERCOSUL (1992) que fixaram padrões de identidade e qualidade dos produtos lácteos, de maior interesse comercial nesse mercado, e teve culminância, na Portaria 56 de 7/12/99, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que instituiu o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite.

O Plano Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, conhecido como PNQL, foi uma iniciativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, por intermédio do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA que tem como missão exigir que o produto alimentício de origem animal seja sadio, seguro e confiável para o consumidor.

O PNQL teve início no final de 1996, na Embrapa Gado de Leite, em Juiz de Fora – MG. Os debates, a princípio restritos ao grupo de técnicos da Embrapa e das Universidades Federais de Lavras e Viçosa, foram ampliados com a participação de outras universidades, centros de pesquisa em laticínios e entidades representativas de produtores rurais, industriais, consumidores, vigilância sanitária e outras instituições públicas e privadas.

A partir do diagnóstico da pecuária leiteira brasileira, foi nomeado, pelo Ministro da Agricultura, um Grupo de Trabalho, constituído por representantes de diversas entidades públicas e privadas, que apresentou, em março de 1998, as sugestões para modificações na legislação brasileira.

O DIPOA elaborou e remeteu para consulta pública em dezembro de 1999 os regulamentos técnicos básicos de Identidade e Qualidade do Leite. A consulta Pública

encerrou em 8 de março de 2000. Era apenas o início de mais um longo processo de discussões que, ainda em curso, produziu a legislação mais atual: a Instrução Normativa 51.

Pode-se dizer que a Instrução Normativa 51 nasceu em 30 de abril de 2002, em uma Audiência Pública promovida pelo Governo Federal junto a todos os agentes da cadeia produtora do leite, a partir da constatação da impossibilidade de adoção de todas as medidas previstas na Portaria 56 no prazo de tempo anteriormente estipulado.

Assim foi publicada, no Diário Oficial, a Instrução Normativa n.51, de 18/09/2002, em substituição à Portaria 56, que trata dos tipos de leite, coleta e transporte, estocagem, coleta e amostra de análises e procedimentos. Os produtores passaram a ter novo prazo para se adequar à legislação sanitária federal sobre produção de leite: até 01/07/2005 na Região Sul do país.

As principais definições foram: das condições higiênico-sanitárias para obtenção do leite: procedimentos, lavagens dos tetos e desinfecção antes e após a ordenha, filtragem e conservação do leite; dos padrões para a qualidade do leite cru (células somáticas, contagem total, temperatura máxima); e dos tipos de equipamentos e materiais que podem ser usados.

Passou a não ser mais exigido o resfriador de expansão, podendo ser usado o de imersão (tarros), desde que o leite atinja a temperatura de 7°C em três horas. Quanto ao transporte e coleta de amostras, a IN define que o tempo entre a ordenha inicial e o recebimento na indústria deve ser de, no máximo, 48 horas, sendo, o ideal, de até 24 horas.

3.1.7. A Rede Leite e os critérios de qualidade

Nos últimos anos, o setor leiteiro no Brasil vem descobrindo que não basta produzir, é preciso fazer isso com qualidade. Programas de pagamento diferenciado para quem entrega um leite melhor para a indústria estão crescendo no país e estimulando os produtores a investirem cada vez mais no melhoramento da propriedade e da produção.

Os critérios de qualidade aplicados ao leite cru na maioria dos países refletem, em primeiro lugar, a necessidade de atender a exigências de segurança alimentar que servem para proteger e promover a saúde dos consumidores. E, em segundo lugar, as demandas da indústria, que tem, entre outros objetivos, atender às necessidades dos consumidores em relação às propriedades sensoriais (especialmente sabor) e de conforto (maior vida de prateleira/maior prazo de validade).

Um dos critérios de qualidade é a Contagem de Células Somáticas (CCS) que determina a contagem das células presentes no leite, sendo um importante instrumento para identificar casos de mamite no rebanho. A Contagem de células somáticas é feita por um aparelho eletrônico a partir de uma amostra do leite coletada pelo transportador do produto. À amostra é adicionado um comprimido de dicromato de potássio que tem a função de preservar e colorir o leite. A amostra deve ser enviada para análise em até 7 dias.

Para atender a demanda de exigência de qualidade do leite entregue à indústria, o Governo Federal instituiu a Rede Nacional de Laboratórios Centralizados - Rede Leite, uma rede de laboratórios responsáveis pela avaliação e certificação da qualidade do leite produzido no país. Em julho de 2002 já havia cinco laboratórios em funcionamento: Universidade de Passo Fundo (RS), Associação de Criadores de Bovinos da Raça

Holandesa (PR), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (SP), Embrapa Gado de Leite (MG) e Universidade Federal de Goiás (GO).

Dentre várias sugestões apresentadas e acolhidas pela CPI do Leite da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, destaca-se a *agilização no processo de instalação de laboratórios de qualidade de leite e seus derivados, em especial o da Estação de Clima Temperado da Embrapa, em Pelotas (RS)*.

Em 23 de dezembro de 2002 foi inaugurado, em uma sala da Embrapa Clima Temperado – Campus Universitário da Universidade Federal de Pelotas -, o Laboratório do Leite. Construído com recursos do governo estadual – através do Programa Estadual do Leite -, o laboratório passou a ser responsável pelas análises do leite produzido por todas as agroindústrias da Região Sul do Estado.

3.1.8. A formação do preço: escala de produção, extracota e investimentos

O baixo retorno financeiro do produtor por litro entregue à indústria faz com que a escala de produção seja o principal determinante da renda gerada por essa atividade e torna-se, portanto, um fator determinante para explicar a tendência crescente à especialização da pecuária leiteira.

A especialização, que em último grau objetiva a melhora da qualidade, pressupõe uma mudança de mentalidade do produtor rural. As pesquisas das próprias empresas laticinistas, promovidas por seus técnicos, têm demonstrado que não são o tamanho do produtor ou a ausência de um tanque de resfriamento as maiores dificuldades em qualificar a produção, mas sim, as condições de higiene na ordenha, como o simples ato do produtor lavar as mãos.

O fato é, no entanto, que a grande maioria dos pequenos produtores de leite não produz em escala suficiente para realizar o investimento necessário à aquisição do tanque de resfriamento. As novas tecnologias de armazenamento e transporte, representadas pela granelização da coleta do leite, têm-se constituído em agente de enormes mudanças e de potencial exclusão de produtores.

Em princípio, a indústria e as cooperativas podem cancelar o recebimento de leite de qualquer produtor a qualquer instante, alterar prazos de pagamento e também o preço. Essa possibilidade aumenta o risco e desestimula os investimentos na modernização da atividade. O estabelecimento de contratos formais, explicitando regras para ambas as partes, é um elemento importante para a modernização e profissionalização do setor.

Como o número de fornecedores da maioria das empresas vem-se reduzindo e o volume captado é cada vez maior, os contratos, na verdade, passam a se dar em termos de disputa entre as empresas pelos produtores que têm qualidade e volume de produção, pouco interessando às empresas os pequenos volumes devido ao custo de coleta.

Some-se a isso uma grande dificuldade dos produtores, particularmente dos pequenos, descapitalizados: o preço extracota. O preço extracota nasce da sazonalidade da produção leiteira. O período de formação da cota de produção vai de fevereiro a junho e o de extracota, de agosto a janeiro. Essa situação gera para a indústria uma dificuldade operacional pois é obrigada a trabalhar com toda a capacidade no período de setembro a fevereiro e com ociosidade de até 50% no período de março a julho.

Como alternativa, os pequenos produtores, sem capacidade de investimentos, têm saído da atividade ou se reunido em associações. Neste último caso, há a compra de equipamentos e construção de estrutura de forma coletiva, o que acaba permitindo

economias de escala consideráveis. Mas ainda existe uma forte barreira cultural que impede a disseminação mais rápida desse tipo de estratégia.

Um novo projeto de geração de renda para pequenos produtores é a implantação de miniusinas de pasteurização do leite, novamente viabilizadas com o veto à Portaria 56. Com o apoio dos governos municipais, pequenos produtores rurais têm se associado para a implantação de pequenas agroindústrias. Os produtores organizados obtêm a legalização do comércio e do beneficiamento de seus produtos lácteos através do registro junto ao Serviço de Inspeção Municipal, agregando valor ao leite pasteurizado. O produto é inspecionado por técnicos da Secretaria de Agricultura municipal.

3.1.9. Exemplos de Cooperativismo

Cosulati

Com sede administrativa em Pelotas, a Cooperativa Sul Rio-Grandense de Laticínios Ltda - Cosulati - abrange cerca de 28 municípios da Região Sul, recebendo, em média, 270 mil litros de leite por dia, possuindo cerca de 4.600 produtores associados. Esses números são reflexo de um contrato de parceria, firmado em junho de 2001, entre a Cosulati e a Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda - Camal, de Bagé, com o arrendamento da bacia leiteira daquela Cooperativa pelo prazo de 8 anos.

Com o contrato, a Cosulati assumiu a administração da Indústria de Laticínios, a parte do fomento à produção e o gerenciamento da bacia leiteira que compreende 9 municípios: Bagé, Aceguá, Pinheiro Machado, Hulha Negra, Candiota, Santana do Livramento, Herval, Dom Pedrito e Lavras do Sul.

A Cosulati passou a ser responsável pela coleta, industrialização e comercialização dos produtos, tornando-se, com essa parceria, a terceira empresa do Estado em captação e

industrialização de leite. Em 2001 a indústria recebeu 85.620.675 litros de leite cru, o equivalente a 5,37% do total recebido pela indústria leiteira no Rio Grande do Sul.

A parceria fortalece o cooperativismo com vantagens para os associados das duas cooperativas que passam a ter a garantia da colocação de seus produtos no mercado, particularmente no mercado do leite Longa Vida, mantendo-se a tradicional marca da cooperativa Camal, o leite Ibajé.

A parceria permitiu, também, a manutenção dos empregos na indústria, a partir da recepção de um maior volume de leite para industrialização, maximizando a utilização dos equipamentos e diminuindo a ociosidade do parque industrial, em particular dos equipamentos responsáveis pela tecnologia de ultrapasteurização (leite UHT).

Camal

Os fundadores da Colônia Nova (Aceguá) são de origem germânica. Organizaram-se, no início da década de 50, em uma Cooperativa Tritícola, com o objetivo de constituir uma cooperativa agrícola mista. Após, a Cooperativa foi absorvida pela Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda, Camal, em 24 de outubro de 1959.

Com o desenvolvimento da indústria leiteira no Estado, o Governo do Rio Grande do Sul criou o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Laticínios, em 1960. A Camal foi a primeira indústria no Estado a ser beneficiada. Ao longo dos anos, a Camal desenvolveu suas atividades que serviram como base para o crescimento dessa região, que tornou-se uma das mais desenvolvidas bacias leiteiras do Estado.

Capil

Fundada em 11 de setembro de 1998, a Cooperativa Pioneira Ltda, Capil, está localizada aproximadamente a 30 km do município de Aceguá. Foram selecionadas, junto

aos produtores associados à cooperativa Camal, 80 famílias para participarem da cooperativa.

Os associados produzem cerca de 14 mil litros de leite por dia, o que representa 20% da produção da Unidade da Cosulati em Aceguá, sendo o maior pólo leiteiro da região. A média dos rebanhos é de 16 animais em lactação, com uma produção média anual de 240 litros por dia. Os produtores possuem ordenhadeira mecânica, e muitos têm resfriadores com expansão direta, o que permite a melhoria contínua na qualidade do leite.

Coopal

A Cooperativa dos Pequenos Produtores de Leite da Região Sul (COOPAL), localizada na localidade de Posto Branco, primeiro subdistrito de Canguçu, foi fundada em 15 de maio de 1993, por 223 famílias de pequenos produtores dos municípios de Canguçu, São Lourenço do Sul e Arroio do Padre. Em 18 de maio de 2002 foi inaugurada a indústria de laticínios da cooperativa, que passou a beneficiar a produção das 670 famílias associadas, cerca de 16 mil litros de leite por dia.

Cooperoeste – São Miguel do Oeste (SC)

A Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda - Cooperoeste é uma cooperativa de produtores de leite que nasceu do trabalho pioneiro das famílias de assentados da reforma agrária no extremo oeste catarinense. A Cooperoeste é vinculada à Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a qual cede a marca Terra Viva para uma série de produtos, entre eles o leite industrializado pela Cooperoeste.

A Cooperoeste possui 1.100 produtores associados, dos quais cerca de 220 são produtores assentados. A unidade industrial para processamento do leite Longa Vida, em São Miguel do Oeste, beneficia 115 mil litros de leite por dia. Desse total, 65% são produzidos pelos cooperados, e o restante é leite recebido e industrializado para terceiros, como a empresa Cedrense e a cooperativa Auriverde.

O leite Longa Vida industrializado pela Cooperoeste, com a licença de uso da marca Terra Viva do Movimento dos Sem Terra, é envasado na embalagem Tetra Pak (Anexo 3).

3.2. OS AGENTES EM CONFLITO

3.2.1. A VIA CAMPESINA E O MPA

Os saberes aqui constituídos foram obtidos a partir da cartilha “Via Campesina – Linhas Políticas”, editada pela Via Campesina Brasileira com o apoio do Gabinete Extraordinário de Reforma Agrária do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da EMATER, durante o governo Olívio Dutra.

Da referida cartilha foram extraídos dois conjuntos de textos: Características da Via Campesina e Soberania Alimentar e Comércio Internacional. Dentre tantas informações que a cartilha contém, esses textos revelam-se suficientes para responder à necessidade de uma contextualização da Via Campesina para os objetivos deste estudo.

Quanto aos saberes referentes ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), estes foram obtidos a partir da cartilha “MPA – Origem e Organização do Movimento dos Pequenos Agricultores”, editada em junho de 2002, pelo próprio Movimento.

3.2.1.1. Características da Via Campesina

A Via Campesina é uma articulação de diversas organizações camponesas do mundo cujo objetivo principal é a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a “soberania alimentar como um direito, o direito dos povos de definir sua própria Política Agrícola e Alimentar”, com uma produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados para o mercado interno. Preserve o meio ambiente, possibilite o desenvolvimento da economia local, desconcentre a renda e a propriedade fundiária.

A Via Campesina – A Articulação Internacional dos Camponeses - é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer outro tipo. Está formada por organizações nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada.

A Via Campesina originou-se em abril de 1992, quando vários dirigentes camponeses da América Central, da América do Norte e da Europa reuniram-se em Manágua (Nicarágua), no contexto do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuáristas. Em maio de 1993, foi realizada a Primeira Conferência da Via Campesina em Mons, na Bélgica, durante a qual foi constituída como organização mundial e foram definidas as primeiras linhas estratégicas de trabalho, bem como suas estruturas.

A Segunda Conferência Internacional realizou-se em Tlaxcala, México, em abril de 1996, com a participação de 37 países e 69 organizações nacionais e regionais. Durante a conferência foi declarado o dia “17 de abril” como “Dia Internacional da Luta Camponesa”, em homenagem aos companheiros que tombaram no massacre de Eldorado dos Carajás.

Já a terceira conferência foi em novembro de 2000, em Bangalore (Índia), e contou com mais de 100 delegados de organizações camponesas em 40 países.

3.2.1.2. Soberania Alimentar e Comércio Internacional

A Via Campesina define Soberania Alimentar como “um direito”: o direito dos povos de definir sua própria Política Agrícola e Alimentar sem exercer “Dumping” (venda a preços abaixo do custo de produção) sobre outros países.

Para a Via Campesina, a Soberania Alimentar passa necessariamente por:

- Prioridade para uma produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados, para o mercado interno. É fundamental, então, manter a capacidade de produzir alimentos, com base em um sistema de produção camponês diversificado (Biodiversidade, respeito à capacidade produtora das terras, valor cultural, preservação dos recursos naturais) para garantir a independência e a soberania alimentar das populações.
- Preços remunerados para os(as) camponeses(as), que necessitam do poder de proteger o mercado interno contra importações a preços muito baixos.
- Necessidade de regulamentar a produção para o mercado interno impedido a formação de excedentes.
- Necessidade de parar o processo de industrialização dos modos de produzir, desenvolvendo uma agricultura camponesa duradoura.
- Eliminação de todos os subsídios diretos e indiretos às exportações.

A soberania alimentar supõe a disponibilidade de créditos e o acesso à terra para que os(as) camponeses(as) tenham a possibilidade de produzir e vender seus produtos a um preço justo.

A Via Campesina não se opõe ao comércio agrícola, desde que as condições acima enunciadas sejam respeitadas, em particular para aqueles produtos que necessitam de condições climáticas específicas. A Via Campesina defende que as políticas agrícolas não devem ser definidas por uma instância comercial como a OMC (Organização Mundial do Comércio) mas por cada país ou região do mundo. É papel das forças políticas e dos governos decidir sobre as políticas agrícolas e não dos agentes do mercado.

As regras de um comércio justo (que seguem as regras acima expostas) deveriam ser negociadas na ONU e não na OMC. Essas regras devem respeitar os Direitos Humanos e as convenções internacionais e devem ser submetidas a uma jurisdição internacional independente.

É indispensável uma participação ativa dos movimentos camponeses no processo de definição de políticas agrícolas e alimentares dentro da democracia. A transparência da informação, a liberdade de expressão e o direito de se organizar são as condições indispensáveis dessa participação.

3.2.1.3. O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

O nascimento e a organização do MPA aconteceram por pressão dos próprios agricultores, insatisfeitos com os seus representantes e com as organizações sindicais existentes. A seca que castigou as plantações no final de 1995 e início de 1996 no Rio Grande do Sul foi o fato histórico determinante. Enquanto os agricultores angustiavam-se com a perda total das plantações, dirigentes de centrais sindicais e da Federação dos Trabalhadores (FETAG) faziam acordos entre si e conchavos políticos com os governantes da época para negociar soluções que nunca chegavam até a roça dos agricultores.

Houve um momento em que a indignação dos agricultores atingidos pela seca conseguiu sensibilizar alguns sindicalistas. Estes dirigentes tiveram a sensatez de ouvir o clamor da base. Articulou-se uma mobilização histórica pela Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. Começaram a aparecer os acampamentos às margens das rodovias.

Cinco foram os Acampamentos da Seca que se organizaram nos meses de janeiro e de fevereiro de 1996 no Rio Grande do Sul, reunindo mais de 25.000 pequenos agricultores. Estava sendo germinada a semente do MPA.

Em muitos municípios, a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais não concordou com o “Acampamento da Seca” e não participou do acampamento. Isso fez ver aos agricultores alguns limites da estrutura sindical, em particular, quando esta fica presa à burocracia das aposentadorias, das consultas médicas, da contribuição sindical, do limite territorial do município.

A organização do Movimento dos Pequenos Agricultores sinaliza, assim, para a necessidade da mudança, para a necessidade da organização e mobilização da classe dos pequenos agricultores. Isso significa que é preciso mobilizar-se, organizar-se de um modo diferente e lutar em conjunto.

As necessidades econômicas e políticas pelas quais os agricultores gaúchos se juntaram para lutar eram as mesmas dos agricultores de Santa Catarina, do Paraná, de Rondônia, do Espírito Santo, do Mato Grosso, de São Paulo etc. Na verdade, o Modelo Agrícola que favorece a exclusão dos agricultores familiares é o mesmo em todo o Brasil.

Em maio de 2000, em Ronda Alta (RS), realizou-se o 1º Encontro Nacional do MPA. Nele se fizeram presentes representantes dos Estados onde o MPA estava organizado na época: Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Hoje,

2002, ele também já está organizado nos Estados de Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Piauí, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O MPA nasceu, assim, da luta pela mudança na Política Agrícola e do Modelo de Agricultura das classes dominantes. O desenvolvimento dessa luta tem por objetivo a construção de um novo modelo para a agricultura que garanta a viabilização política, econômica e técnica da Agricultura Familiar.

Essa prática de luta, desde logo, colocou para o MPA a necessidade de um novo jeito de organização dos agricultores. Esse novo jeito passa diretamente pelo envolvimento de todos os agricultores nas decisões que dão rumo político ao MPA. Para fazer parte do MPA, as famílias dos pequenos agricultores precisam estar agrupadas, organizadas em grupos de base.

Participando num grupo de base, estarão informadas de tudo o que acontece nas lutas, ajudarão a dar os rumos, construirão um novo jeito de decidir o que diz respeito ao presente e futuro da Agricultura Familiar.

3.2.1.4. O projeto de desenvolvimento da agricultura proposto pelo MPA

O Projeto dos Movimentos Populares, incluso o MPA, que lutam para que a produção na Agricultura esteja voltada para abastecer o mercado interno e garanta a permanência dos agricultores em suas roças, tem “CINCO PILARES”:

a) Mudança de modelo tecnológico

Precisamos substituir o modelo tecnológico das multinacionais por um modelo de agricultura que recupere e conserve as águas, a fertilidade natural do solo, produza alimentos limpos e saudáveis, use mecanização leve, diversifique a produção e controle

pragas e inços de forma natural. Esse modelo tecnológico se adapta à Agricultura Familiar Cooperativada.

Características do novo modelo tecnológico: conservação e recuperação do solo; produção de sementes melhoradas pelos próprios agricultores e pela pesquisa pública; controle biológico de pragas e doenças; infra-estrutura (comunitária e individual) que evita a dependência do complexo agro-industrial; diversificação de culturas, consorciando plantio de grãos, criação de animais, produção vegetal diversificada e reflorestamento; agroindústrias cooperativas espalhadas pelas comunidades rurais; pesquisa agropecuária, em conjunto com os agricultores, de acordo com as necessidades.

b) Mudanças na Propriedade dos Latifúndios

Não é possível um Projeto Popular de Produção Agrícola sem distribuir a propriedade da terra. Distribuir a terra é distribuir poder, é fortalecer um modelo de agricultura familiar cooperativada, é criar novas alternativas de emprego, é aumentar a oferta de alimentos, é a base para desenvolver o país com distribuição de renda.

Nossa sociedade precisa definir um tamanho máximo de propriedade de terra que alguém pode ter. Isso já existe em muitos países desenvolvidos. E todos os latifúndios devem ser imediatamente desapropriados e distribuídos aos jovens rurais, aos sem terra e aos pequenos agricultores com pouca terra.

Nosso projeto popular para a agricultura tem como um dos seus pilares a democratização da propriedade da terra e dos meios de produção na agricultura; ampla e massiva distribuição de terra através de uma Reforma Agrária profunda, rápida e radical.

c) Mudança na Organização da Produção pelos Agricultores

Uma das grandes fraquezas dos pequenos agricultores é a falta ou a pouca organização. O desafio, para sermos capazes de implementar nosso projeto é nos organizarmos, superarmos o individualismo e o isolamento. Não dá mais para ficar cada um no seu canto esperando as coisas acontecerem. Isolados, sozinhos, seremos engolidos e destruídos. Precisamos nos organizar para:

- Lutar, resistir, defender-nos, atacar e derrotar nossos inimigos, implantando nosso projeto popular para a agricultura.

- Produzir, juntando forças e associando-nos para fazer investimentos conjuntos, diminuindo os custos, trocando experiências, obtendo e usando meios de produção que não são viáveis individualmente, controlando e usando tecnologia adequada.

- Industrializar, organizando-nos para implantar agroindústrias sob nosso controle, deixando de ser produtores só de mercadorias simples, mas beneficiando produtos para colocar no mercado, gerando renda e emprego perto de onde moramos.

São basicamente duas formas de organização que precisamos desenvolver:

- Organização Política: Através da massificação e fortalecimento dos Movimentos Populares, para lutar contra o poder dos nossos inimigos e implantar o poder dos trabalhadores.

- Organização Econômica: Através de um número cada vez maior de formas de cooperação, associações, cooperativas populares, empresas comunitárias, etc., construir as bases de um novo tipo de economia, controlando a nossa produção e vendendo direto aos consumidores.

d) O Estado precisa apoiar e proteger os agricultores estimulando o desenvolvimento do meio rural

São as ações que cabem ao Governo para desenvolver a agricultura e a produção de alimentos, distribuir renda, desenvolver o interior do Brasil e construir uma verdadeira democracia econômica, política e social numa Nação Soberana.

Crédito Subsidiado para custeio, investimento, projetos integrados, agroindústrias; com acesso fácil e desburocratizado, só para pequenos e médios produtores que produzem alimentos para subsistência, sem venenos.

Seguro Agrícola para dar segurança de renda e proteção aos agricultores nos problemas de clima. **Assistência Técnica** gratuita, paga pelo governo e com controle social, junto às comunidades. **Pesquisas Agropecuárias** públicas e sob controle público, que garantam a independência tecnológica do Brasil.

Empresas Públicas fortes para resolver os principais problemas da agricultura, em especial pesquisa e armazenamento de alimentos.

Políticas de Preços que garantam o retorno dos custos de produção e a renda do agricultor. **Controle de Importações Agrícolas**, para só importar o que não temos condições de produzir aqui.

Política Industrial para Mecanização Agrícola, com a fabricação de máquinas e implementos adequados à agricultura familiar.

Formação Profissional de agricultores e técnicos, direcionada ao desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica.

Política de Armazenagem com estoques reguladores de alimentos.

Política de Abastecimento da produção urbana, estimulando cooperativas de consumo e formas alternativas de abastecimento popular;

Melhoria das Condições de Vida no Meio Rural com acesso à saúde, educação e aos bens culturais da civilização.

e) Soberania Alimentar para o Povo Brasileiro

Ter comida suficiente e estocada significa Soberania Alimentar. Por culpa dos governantes, pelo modelo errado da economia e agricultura, o Brasil hoje não tem Soberania Alimentar. Produzimos pouco e o nosso povo come mal. Mas somos a nação do mundo que mais tem terra boa para produzir vegetal e animal.

Nosso Projeto Popular para a Agricultura quer um povo comendo bem e produção agropecuária capaz de abastecer toda a nossa população. Isso significa uma política nacional de produção e de segurança alimentar que garanta alimentação: **Suficiente**, para atender todas as necessidades da população; **Estável**, para enfrentar situações de baixa produção, com políticas de estoques; **Autônoma**, com auto-suficiência nacional de alimentos básicos; **Sustentável**, garantindo o uso permanente de recursos naturais; **Justa e Igualitária**, garantindo o acesso de cada cidadão ao mínimo que uma pessoa precisa para se alimentar bem; **Variada**, garantindo uma alimentação equilibrada e nutritiva; **Limpa e saudável**, livre de venenos, hormônios artificiais e antibióticos, produzida ecologicamente.

Mas, para o pequeno agricultor, soberania alimentar começa em casa, produzindo de tudo para seu próprio consumo, garantindo sua subsistência e construindo um modelo agrícola capaz de produzir de tudo para o povo comer alimentos de boa qualidade.

3.2.1.5. Uma justificativa metodológica

A apresentação do conjunto de saberes acima justifica-se pela grande proximidade ideológica existente entre a Via Campesina e um movimento campesino em particular, o Movimento dos Pequenos Agricultores. Desde há algum tempo, uma das principais lideranças do MPA no Estado do Rio Grande do Sul, o Frei Sérgio Görge, representa o MPA junto à Via Campesina Brasileira. Essa relação política é consubstanciada através da

comparação entre os textos de dois documentos: tanto na cartilha “As conseqüências da ALCA para a Agricultura Brasileira”, editada pela Via Campesina em junho de 2002, quanto na cartilha do MPA anteriormente referida, editada em junho de 2002, há a presença do texto “Cinco Pilares”, acima reproduzido.

Ver-se-á, oportunamente, que não se trata de uma coincidência. Há um fato político que se sobrepõe ao econômico, evidenciado nas próprias palavras de introdução da cartilha da Via Campesina: *Muitas das decisões sobre a ALCA passam pelo parlamento, onde o povo é minoria. Para que possamos resistir também nesta frente de batalha, é que a Via Campesina apresenta as candidaturas dos companheiros ADÃO PRETTO para Deputado Federal e FREI SÉRGIO para Deputado Estadual.*

3.2.2. A MULTINACIONAL PARMALAT

Com vistas a caracterizar um dos agentes em estudo – a multinacional Parmalat -, serão arrolados alguns elementos fundamentais para a análise a ser procedida. Os saberes aqui constantes foram coletados a partir da mídia institucional da própria empresa (www.parmalat.com.br) ou de jornais e publicações variadas.

3.2.2.1. A empresa no Mundo e no Brasil

O italiano Calisto Tanzi tinha 21 anos quando o seu pai morreu e ele foi obrigado a cuidar da fábrica de presunto da família, em Collecchio, até que resolveu inovar e investir no leite. Criou a marca Parmalat em 1962: juntou o nome de sua cidade natal – Parma – com a palavra leite em italiano – latte.

A Parmalat Finanziaria SpA é a holding mundial do Grupo Parmalat. A multinacional atua em 31 países, com 149 unidades industriais, sendo que as operações na

América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela, Equador e Paraguai) respondem por 24,7% da receita mundial.

A Parmalat é pioneira e líder mundial no mercado de leite Longa Vida ou leite UHT (Ultra High Temperature), desenvolvido originalmente na Itália, a partir de 1966. A Rosácea, símbolo que caracteriza a Parmalat no mundo inteiro e que está presente na logomarca da empresa, tem origem brasileira. Um laticínio baiano chamado Alimba, adquirido pela Parmalat em 1994, tinha como identidade visual uma espécie de rosácea. O presidente mundial da Parmalat, em visita ao Brasil, viu o símbolo e percebeu a integração e a força que ele formava com o logotipo Parmalat.

A entrada da Parmalat no mercado brasileiro, entre 1972 e 1973, deu-se a partir de uma *joint-venture* com a empresa Mococa S.A. para a produção da linha de iogurtes Yolat. Dificuldades internas levaram ao rompimento da associação e a Parmalat comprou a participação acionária da Mococa. Quatro anos mais tarde, são inauguradas as operações de sua primeira unidade industrial, em Itamonte (MG).

A partir de então, ocorre o início do processo de expansão da Parmalat no Brasil, com a compra de diversas empresas. Dessa forma, expande-se para os Estados da Bahia, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Rondônia e Ceará. A atividade inicial, de produção de iogurtes, é diversificada, passando a atuar no segmento de leite “in natura”, doce de leite, café com leite, sobremesas, sucos de frutas, biscoitos, chocolates, massas e atomatados.

Na fixação da marca junto ao mercado consumidor, foram realizados vultosos investimentos em publicidade e marketing, como as campanhas publicitárias “*Mamíferos*” - campanha que distribuiu, ao longo de quase três anos, 15 milhões de mamíferos de pelúcia - e “*Parmalat, o melhor de A a Z*”, campanha que chegou a ser utilizada em salas de aula

como recurso para alfabetização. Também no marketing esportivo destacam-se os investimentos feitos, em sistema de co-gestão, nos times de futebol Palmeiras (São Paulo, SP) e Juventude (Caxias do Sul, RS).

Destacam-se, como órgãos de divulgação dos interesses da empresa no Brasil, as publicações Viver Parmalat e Produtor Parmalat. A revista Viver Parmalat é voltada aos clientes, fornecedores, funcionários e comunidade em geral (tiragem de 18 mil exemplares). A revista Produtor Parmalat apresenta artigos técnicos de interesse do produtor rural (tiragem de 30 mil exemplares).

Em 1998, a partir de uma associação com as cooperativas Central de Laticínios do Paraná Ltda (CCLPL – Grupo Batavo) e Agromilk (formada por 11 cooperativas do Oeste Catarinense) – parceiras desde dezembro de 1996 – é constituída, sob o controle acionário da Parmalat, uma das maiores agroindústrias de produção de alimentos do país, a Batávia S.A. Da mesma forma, a política da Parmalat foi a de tornar a marca mais conhecida no mercado, patrocinando, em 1999, o time de futebol do Corinthians (São Paulo, SP).

Além da compra da Batávia, a Parmalat, nos últimos 7 anos, também comprou, dentre outras empresas, outros laticínios, como *Produtora de Alimentos, Grupo Betânia, SPAM, Lacesa, Alimba, CCCL-SC* (BARROS, 2001 p.72) e, em dezembro de 2001, a Glória (americana).

Atualmente, desde novembro de 2001, a Parmalat no Brasil é dirigida pelo executivo paulista Ricardo Gonçalves, ex-presidente da Nestlé. O executivo tem desenvolvido um trabalho de reestruturação da empresa que, nos últimos 11 anos fora administrada pelo italiano Gianni Grisendi, empresário com um incansável apetite por aquisições, responsável por multiplicar por 30 o tamanho da Parmalat na década de 90.

A Parmalat foi pioneira no Brasil no lançamento, em 1977, do leite Longa Vida. Desde então, lidera o mercado e é a única marca com distribuição nacional. A produção do leite Longa Vida, carro-chefe da empresa, vinha ocorrendo nas unidades industriais de Carazinho (RS), Jundiaí (SP), Itamonte (MG), Santa Helena (GO), Garanhuns (PE), Morada Nova(CE) e Ouro Preto D'Oeste (RO).

Um exemplo da nova política adotada pela Parmalat foi a negociação da Companhia Brasileira de Laticínios (CBL), responsável pela marca Betânia, localizada em Morada Nova (CE). A CBL fora vendida à Parmalat pelo empresário Luiz Girão em 1995. Em 2002 a empresa foi vendida pela Parmalat, sendo, um dos novos donos, o antigo proprietário.

3.2.2.2. O Controle de Qualidade

A partir da criação, em 1996, do Departamento de Assistência ao Produtor Parmalat – DAPP - e das Regionais de atendimento técnico aos produtores, a empresa tem investido no aumento do controle da qualidade do leite. O DAPP conta com um corpo de técnicos próprio e com o apoio de parceiros como a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-SP), a Universidade Federal de São Carlos (SP), Universidade de Passo Fundo (RS) e a Embrapa.

O objetivo do Departamento e de suas Regionais é o de oferecer ao produtor conhecimentos técnicos para a obtenção de uma melhor relação custo/benefício na produção. A Regional Sul atendia, conforme dados de novembro de 2002 (Revista Produtor Parmalat), a 1400 produtores nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O principal destaque da empresa no quesito qualidade tem sido o Parmaleite.

O Parmaleite - Programa de qualidade da Parmalat, implantado em abril de 2001, junto aos produtores do Rio Grande do Sul, estabelece parâmetros de avaliação do leite e

concede remuneração extra ao produtor de até 15% sobre o valor básico recebido por litro, levando em conta critérios como a Contagem de Células Somáticas (CCS), a Contagem Bacteriana, índices de proteína e gordura, condições de higiene na ordenha e temperatura do leite no momento da entrega.

O Parmaleite tem sido o diferencial de qualidade na produção do novo leite da Parmalat – o *Natura Premium*, produto responsável por uma nova revolução no mercado brasileiro de lácteos, como ocorrera quando do lançamento do leite Longa Vida. O produto é industrializado unicamente na fábrica de Carazinho, no Rio Grande do Sul.

A tecnologia de produção do *Natura Premium* consiste na esterilização do leite por infusão a uma temperatura estável e inferior à do sistema tradicional de ultrapasteurização. Dessa forma, o produto atinge o padrão de assepsia que lhe garante durabilidade longa vida (quatro meses) e, ao mesmo tempo, preserva seu sabor original. A garrafa plástica de 1 litro do *Natura Premium* também é uma exclusividade da Parmalat. É totalmente produzida na própria fábrica, possuindo camadas internas que protegem o leite do contato com o ar e a luz, sendo totalmente reciclável.

3.2.2.3. Ação Social da empresa

A Parmalat Brasil S.A. criou, em 1993, o Instituto M&M Tanzi, cujo nome é uma homenagem a Miriam e Melchior Tanzi, pais do fundador da Parmalat. O instituto mantém sua sede em Jundiaí (SP) atuando no atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. A missão do instituto, criado pelo próprio presidente e fundador da Parmalat, consiste em *atuar no planejamento e viabilização do protagonismo social da Parmalat, desenvolvendo e incentivando projetos nas áreas de educação e saúde,*

que atendam crianças, adolescentes e famílias na busca da autonomia, inclusão social e resgate de valores humanos e cidadania.

3.2.2.4. A Parmalat e o mercado no Rio Grande do Sul

A Parmalat no Estado do Rio Grande do Sul não construiu suas bacias leiteiras. A estratégia de atuação no mercado foi a de aquisição de empresas locais. Nesse sentido, destacam-se as operações de transferência de controle acionário das empresa Lacesa S/A Indústria de Alimentos - adquirida em 04 de março de 1993 - e da Sodilac S/A, adquirida em 04 de janeiro de 1994. A Lacesa S.A. era responsável, quando da transação, por mais de 20% da captação do leite no Estado.

Segundo informações obtidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Preço do Leite – CPI do Preço do Leite – da Assembléia Legislativa do Estado, dez Cooperativas fornecem leite “in natura” para a Parmalat do Brasil S.A. no Estado do Rio Grande do Sul:

Cooperativa	NOME	CIDADE
CAMNPAL*	Coop. Agrícola Mista Nova Palma Ltda	Nova Palma
CAMOL	Coop. Agrícola Mista Ourense Ltda	São José do Ouro
COANOL**	Coop. Agrícola Novo Sarandi Ltda	Sarandi
COMACEL***	Coop. Agrícola Mista Linha Cereja Ltda	Arroio do Tigre
COMARA	Coop. Mista Agropecuária Ronda Alta	Ronda Alta
COOPERVAL	Coop. Produtores de Leite de Erval Seco Ltda	Erval Seco
COPROLEITE	Coop. Produt. De Leite e Deriv. de Marau Ltda	Marau
COPERLABE	Coop. Mista dos Produt. de Lajeado Bonito Ltda	Tiradentes do Sul
COPPAL	Coop. Painfilhense de Produtos Agrícolas Ltda	Paim Filho
COTREL****	Coop. Tritícola Erechim Ltda	Erechim

* Fornece metade da produção para a COORLAC e metade para a PARMALAT.

** Forneceu leite para a Parmalat até março de 2002.

*** Forneceu leite para a Parmalat até dezembro de 2001.

**** Fornece leite para a Elegê e Parmalat.

Com base nos registros do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – através do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, órgão responsável pela vigilância sanitária, no ano de 2001 a Parmalat adquiriu 307.566.848 litros de leite cru como matéria prima, correspondendo a 19,30% do total de leite entregue aos laticínios para industrialização no Estado do Rio Grande do Sul¹.

3.3. AS AÇÕES POLÍTICAS

3.3.1. A CPI DO LEITE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Após um período de intenso debate, as CPIs do preço do Leite, instaladas nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do sul e Rio Grande do Sul, terminaram seus trabalhos e apresentaram à sociedade os Relatórios Conclusivos.

A CPI da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul foi a única que indiciou cinco empresas: TETRA PAK, ELEGÊ ALIMENTOS S/A, PARMALAT DO BRASIL, SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S/A e CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, todas por infração contra a ordem econômica, artigos 20 e 21 da Lei Federal n.8884 de 11/06/99. As comissões dos demais estados limitaram-se a apontar distorções e práticas presumivelmente abusivas, sem, no entanto, fundamentarem seus enquadramentos jurídicos.

¹ A empresa Elegê Alimentos S.A. (do grupo multinacional Avipal) está entre as cinco maiores indústrias de laticínios do país, com capacidade instalada para receber 3 milhões de litros de leite diariamente, tendo como parceiros cerca de 32.188 produtores (2001). Conforme dados averiguados pela CPI do Leite, a Elegê, no ano de 2001, adquiriu 782.140.661 litros de leite cru como matéria-prima, o equivalente a 49,07% de todo o leite cru fornecido pelo produtor para a indústria no território do Rio Grande do Sul.

A CPI, para desenvolver seus trabalhos, utilizou-se de três tipos de Provas: Testemunhal, Pericial e Documental. Como Prova Testemunhal, a CPI ouviu mais de 40 líderes do setor dos diferentes agentes da cadeia leiteira, tendo realizado oito Audiências Públicas em diferentes municípios do Estado – duas em Porto Alegre, Teutônia, Pelotas, Frederico Westphalen, Passo Fundo, Três de Maio e Não-Me-Toque. Como Prova Pericial, pesquisou publicações técnicas sobre o assunto. Finalmente, como Prova Documental, foram expedidas mais de 1.223 Requisições de Informações para a realização de uma análise global da Cadeia Produtora do leite no Estado.

Apenas a título de contextualização, são reproduzidos, a seguir, exemplos de cada uma das provas acima mencionadas.

Prova Testemunhal: o depoimento do presidente da Cosulati

No dia 26 de novembro de 2001, o presidente da Cosulati, Arno Alfredo Kopereck, prestou o seu depoimento à CPI do Leite juntamente com representantes de outras três Cooperativas do Estado. Ele denunciou que a empresa Elegê promoveu dumping (venda com preço inferior aos custos) no município de Pelotas, durante todo o mês de outubro. Kopereck disse que o leite de saquinho caiu de R\$ 0,70 para R\$ 0,50 e o Longa Vida de R\$ 0,78 para R\$ 0,70.

Em seu depoimento, o presidente da Cosulati disse, ainda, que a média paga pela Cooperativa aos produtores nos dez primeiros meses do ano de 2001 ficou em R\$ 0,31 o litro, enquanto as outras indústrias pagam entre R\$ 0,19 e R\$ 0,22. No sistema cooperativo, complementou, o resultado é do produtor, ao contrário das empresas de capital, como a Elegê e a Parmalat, onde os resultados ficam com os diretores.

A Audiência Pública da CPI do leite em Pelotas

A terceira audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito do Leite foi realizada dia 15 de março de 2002, em Pelotas, no auditório da Associação dos Médicos Veterinários da Zona Sul e contou com a participação de cerca de cem pessoas.

A principal queixa dos produtores de Pelotas e região foi o abuso do poder econômico praticado pelas multinacionais, que pagam preços irrisórios pelo litro de leite ao produtor, bem inferiores ao custo de produção. Além disso, segundo manifestação de produtores locais, uma indústria da região estaria oferecendo aos produtores uma remuneração extra de 6% no preço do litro, mas pagando por fora, caso eles deixassem de entregar o seu produto à Cooperativa Sul Rio-Grandense de Laticínios (Cosulati).

Prova Pericial

O principal motivo constante na justificativa de instauração da CPI é a exclusão ou o desaparecimento de produtores de leite, verificados pelo quadro a seguir, que retrata a realidade nacional e constitui fato determinado para averiguação em nível estadual. Os dados citados demonstram uma expressiva concentração no segmento industrial, uma vez que as dez maiores empresas detêm uma elevada participação na captação nacional de leite, especialmente aquela sob inspeção.

	Recepção Anual Leite (mil litros)		Número de Produtores	
	1996	2000	1996	2000
Nestlé	1.431.895	1.393.000	39.200	14.142
Parmalat	795.136	919.483	35.846	15.550
Itambé	710.094	773.000	19.927	8.400
Paulista	668.097	512.687	25.404	8.925
CCGL/Elegê	559.663	760.239	44.000	32.188
Grupo Vigor	301.757	229.629	8.368	3.693
Batavia/ Agromilk	268.330	272.775	11.820	7.505
Fleischmann Royal	176.000	139.914	6.000	2.335
Danone	172.692	130.210	2.106	1.420
Morrinhos	87.098	146.200	4.333	7.292

Total 10 Maiores	5.170.752	5.277.137	197.004	101.450
Total Brasil	18.515.000	20.090.000	n.d.	n.d.
Total Brasil Inspeccionado	11.366.000	11.500.000	n.d.	n.d.

Fonte: IBGE, Leite Brasil, Decon/CNA, CNPGL/Embrapa e Pensa/USP

Principais pontos apurados pela CPI

- Duas grandes indústrias controlam 71% das vendas de leite no Estado, pagando um preço abaixo do custo ao produtor.
- Redes de hipermercados detêm 50% do mercado varejista gaúcho e exigem percentagem gratuita de leite do fornecedor, o chamado rapel.
- Pequenas agroindústrias pagam, em média, R\$ 0,30 pelo litro, enquanto as grandes empresas pagam R\$ 0,22, abaixo do custo.
- Tetra Pak fabrica 98% das embalagens Longa Vida no País, estabelecendo o preço que lhe convém pela caixinha (cerca de R\$ 0,25).

Algumas Propostas da CPI

Garantia de um preço mínimo para o produto; fundo para estimular o consumo do leite; linhas de crédito a propriedades rurais e micro-indústrias; incentivo à exportação de lácteos e derivados; regulamentação da Rede de Qualidade do Leite; Medidas protecionistas contra a importação do leite a preços reduzidos.

3.3.2. OS ACONTECIMENTOS DE MARÇO DE 2002

Com o objetivo de contextualizar saberes fundamentais para o procedimento de análise, é descrito, a seguir, um relato dos acontecimentos ocorridos em torno da ocupação de fábricas de lácteos no mês de março de 2002.

Mais de 2.500 manifestantes ocuparam, na madrugada do dia 19 de março de 2002, unidades industriais da Elegê em Santa Rosa, São Lourenço do Sul e Teutônia e da Parmalat em Carazinho. A mobilização não se restringiu ao Estado do Rio Grande do Sul. Também foram invadidas as fábricas da empresa Tirol, em Chapecó (SC), e da Parmalat, em Ouro Preto do Oeste (RO).

Na fábrica da Parmalat em Carazinho, cerca de 800 produtores dos municípios de Erechim, Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Sarandi, que chegaram em 20 ônibus, ocuparam o prédio às 5 horas e impediram a troca de turno dos funcionários.

A mobilização dos manifestantes, participantes de diversos movimentos sociais campesinos articulados pela Via Campesina, era pelo aumento no preço do leite, fim das importações e revogação da Portaria 56 do Ministério da Agricultura, que estabelecia normas para recolhimento, resfriamento e pasteurização do leite.

Por volta de 14 horas do dia 20 de março, os agricultores desocuparam as fábricas da empresa Elegê em Teutônia, Santa Rosa e São Lourenço do Sul, ocupadas desde às 5h do dia 19, após acordo com a direção da empresa. Permaneceu ocupada a planta industrial da Parmalat em Carazinho.

Lideranças dos Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) estiveram, ainda, reunidas no dia 21 de março com a direção da Cooperativa Sul Rio-Grandense de Laticínios (Cosulati) para reivindicar reajuste no preço do litro de leite pago ao pequeno produtor. A entrada e saída de funcionários da fábrica ficou impedida entre as 5h e as 11 horas.

Por volta das 11 horas da manhã do dia 19 de março, a Parmalat obteve a liminar judicial de reintegração de posse. No entanto, a reintegração foi suspensa até as 16h30min do dia 21 de março pelo juiz da 1ª Vara da Comarca de Carazinho, Alexandre Kreutz. A decisão do magistrado foi tomada depois que representantes da empresa e dos

manifestantes firmaram um acordo que previa a retomada das negociações em uma reunião a ser realizada na Secretaria Estadual da Agricultura, às 10 horas do dia 21 de março.

Temeroso pela situação, o prefeito de Carazinho, Iron Albuquerque, decretou, ao meio-dia de 20 de março, situação de emergência no município. Segundo o prefeito, a medida foi tomada em face da falta de segurança pública que o município passou a sofrer desde a ocupação da empresa. Diz o despacho do prefeito: *Tendo em vista a absoluta falta de condições dos órgãos estaduais em manter a ordem pública e o descumprimento de ordens judiciais, fatos que põem em risco pessoas e propriedades, é declarado ponto facultativo no dia de hoje em todas as repartições públicas municipais, com exceção dos serviços considerados essenciais.*

O secretário da Agricultura e Abastecimento, José Hermeto Hoffmann, coordenou, no dia 21 de março, a reunião exitosa entre produtores e a indústria de leite que resultou na solução para o impasse envolvendo o setor. A reunião teve a participação de representantes do MPA, do MST, do Sindicato da Indústria de Laticínios (Sindilat), da Elegê Alimentos e da Associação Gaúcha Laticinista. Não houve o comparecimento de nenhum representante da empresa Parmalat.

Como já havia sido acertado, a empresa Elegê ratificou a decisão de conceder um reajuste de 8% (equivalente a R\$ 0,02) no preço básico do leite pago pela indústria ao produtor, válido apenas para o mês de março. Com isso, o produtor passou a receber, em média, R\$ 0,25 por litro de leite.

Através de contato telefônico, o secretário da agricultura conversou com o presidente nacional da Parmalat, Ricardo Gonçalves. Foi acertado o relaxamento da ação de reintegração de posse da fábrica de Carazinho com a contrapartida de retirada dos

manifestantes, permitindo a retomada da produção. A Parmalat apresentou a proposta de reajustar em 11% o valor do litro de leite pago pela indústria, válido apenas para o mês de março. Com o reajuste, o produtor passou a receber R\$ 0,255 por litro de leite entregue à indústria.

O acontecimento acima relatado, retomado de recortes de jornais dos dias subseqüentes aos fatos, retrata um momento histórico da realidade econômica da produção leiteira no Estado. Mas não só. A análise dos discursos a ser desenvolvida permitirá depreender realidades político-ideológicas ainda mais significativas que as próprias motivações econômicas.

4. OS *CORPORA* E O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

4.1. A Cartilha da Via Campesina

A cartilha *O problema do leite e a luta dos(as) pequenos(as) agricultores(as)* foi editada em dezembro de 2001 pelo coletivo de movimentos sociais integrantes da Via Campesina Brasil. Os movimentos sociais que constituem a Via Campesina são: O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), a Pastoral de Juventude Rural (PJR) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Considerando a necessidade de contextualizar elementos-chave para a análise discursiva, optou-se por reproduzir, aqui, o texto de apresentação da cartilha, e um esquema didático de apresentação de seu conteúdo (o texto integral consta no Anexo 2).

Transcrição do texto de apresentação da cartilha da Via Campesina:

“O problema da produção de leite é um dos problemas estruturais da agropecuária brasileira. O mais grave é o processo de exclusão dos pequenos agricultores que até hoje sustentam a produção de leite do país sem apoio do governo.

Esta cartilha produzida pelos Movimentos Sociais do Campo, e pelas Pastorais da Terra e da Juventude Rural articuladas na Via Campesina tem como objetivo debater o problema do leite em seu contexto maior das transformações que atingem os pequenos produtores e o controle da produção de alimentos no Brasil por poucas empresas multinacionais. E aponta para a organização e a luta contra esses monopólios e o governo FHC mancomunado com eles.

Esta cartilha pode ser usada em reuniões de base, cursos de formação, programas de rádio, debates com a sociedade, enfim, os interesses na problemática da produção de leite.

Mas o mais importante de tudo é que ela sirva para elevar o nível de conhecimento da base dos nossos movimentos que produz leite para fortalecer a resistência contra a exclusão, a organização da produção e a luta por melhores condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras que produzem leite.”

Para fins de análise, o texto da cartilha, que possui 18 páginas, foi dividido em 2 momentos: texto informativo e diretrizes do movimento.

Como *Texto Informativo*, existem três partes bem distintas:

- a) A importância da produção de leite (para a família do pequeno agricultor e assentado; para os municípios do interior; para o país e a sociedade em geral).
- b) Principais problemas da produção de leite (a exclusão do pequeno; controle do mercado por empresas; baixo preço ao produtor; novas exigências por parte das empresas; alto custo da embalagem – caixinha cartonada; baixo consumo de leite por parte da população brasileira; política leiteira do Governo Federal; importações).
- c) As causas desta situação: controle das grandes empresas; política leiteira; interesse dos grandes produtores.

Como *Diretrizes do Movimento*, há 10 destaques: Quem ganha e quem perde com a produção de leite; Nossos principais objetivos; Nossos principais inimigos; Organizar a luta; Organizar a produção; Participação das mulheres; Nossa visão da qualidade; Nossas reivindicações; Nossa luta – como vamos enfrentar a briga; Quando.

4.2. O Apedido da Parmalat

O apedido da multinacional Parmalat foi publicado na edição de 20 de março de 2002 do jornal Zero Hora. Conforme esclarecimentos obtidos junto ao Departamento de Relações Públicas da Parmalat em São Paulo, o texto do apedido foi elaborado e encaminhado à publicação pela diretoria nacional da empresa.

O apedido apresenta três momentos graficamente bem demarcados: o título, o corpo do texto e a assinatura. O título *Invasão de fábricas prejudica economia do Rio Grande do Sul* é apresentado em destaque (letra maior e em negrito). Já o corpo do texto é dividido em três parágrafos, compreendendo, visivelmente, uma introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Finalmente, a assinatura compreende a rosácea e a logomarca da empresa. A íntegra do texto do apedido pode ser consultada no Anexo 1.

4.3. As Seqüências Discursivas de Referência

Como visto anteriormente, o trabalho do analista não é o de segmentação exaustiva dos elementos linguísticos contidos nos textos objetos de análise, mas a identificação de saberes que os constituem e remetem para diferentes posições ideológicas. Optou-se pelo emprego do termo *formulações de referência* para designar os enunciados que compõem os recortes feitos no nível do intradiscurso, os quais, agrupados em blocos a partir dos objetivos de análise, constituirão os *corpora* discursivos.

Com o objetivo de organização das seqüências discursivas de referência (enunciados em sua relação com o interdiscurso) no interior do *corpus* discursivo da Via Campesina, foram tomadas 32 formulações de referência (VC1 a VC32) no corpus empírico, ou seja, no texto da cartilha. O trabalho de análise, a partir da determinação de blocos e das seqüências discursivas de referência, é apresentado no Capítulo 5.

VC1 – *“Esta cartilha produzida pelos Movimentos Sociais do Campo, e pelas Pastorais da Terra e da Juventude Rural articuladas na Via Campesina tem como objetivo debater o problema do leite em seu contexto maior ...”* (p.3)

VC2 – *“Esta cartilha pode ser usada em reuniões de base, cursos de formação, programas de rádio, debates com a sociedade, enfim, os interesses na problemática da produção de leite.”* (p.3)

VC3 – *“... é que ela [a cartilha] sirva para elevar o nível de conhecimento da base dos nossos movimentos que produz leite para fortalecer a resistência contra a exclusão, a organização da produção e a luta por melhores condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras que produzem leite”* (p.3)

VC4 – *“É por isso que os Movimentos Sociais do Campo estão assumindo a luta do leite para não deixar as multinacionais e os grandes produtores tomarem conta desta produção, excluindo os(as) pequeno(as) produtores(as), empobrecendo mais os pequenos municípios, aumentando a pobreza na cidade e no interior”.* (p.7)

VC5 – *“Em muitos lugares os(as) agricultores(as) foram surpreendidos simplesmente com algumas determinações: - a partir de tal mês, quem produzir menos de 30 litros, não mais poderá entregar leite para nossa empresa”.* (p.8)

VC6 – *“O projeto das grandes empresas e do atual Governo Federal é produzir leite suficiente para a população brasileira com Trezentos Mil Produtores”* (p.8)

VC7 – *“Um dos principais instrumentos de exclusão e de garantia de fabulosos lucros para indústrias, distribuidores e supermercadistas é o preço pago ao produtor de leite. Na maioria dos casos, não cobre os custos de produção”* (p.9)

VC8 – “O povo brasileiro consome muito pouco leite. (...) O mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde é 300 litros por pessoa/ano. Não alcançamos nem a metade” (p.10).

VC9 – “...o que falta é um sério programa de governo estimulando, de um lado, a produção e de outro o consumo de leite, subsidiando este produto e criando programas de consumo de leite para a população excluída da cidade ...” (p.10).

VC10 – “O governo federal tem uma opção clara: em favor dos grandes e pela exclusão dos pequenos” (p.10).

VC11 – “A produção de leite no Brasil está sendo controlada, cada vez mais, por grandes empresas multinacionais (...) A única preocupação dessas grandes empresas é ganhar muito dinheiro, é buscar o lucro para elas. Elas não têm preocupação com o lado social, nem com o desenvolvimento do país, nem com a situação dos pequenos municípios, muito menos com os pequenos produtores” (p.11)

VC12 – “A política leiteira do governo federal, de abrir escancaradamente o mercado de leite para as multinacionais, para as importações, sem defesa do mercado nacional, sem programas populares de consumo de leite e de crédito e proteção só aos grandes, é a principal causa da crise do leite e da exclusão dos pequenos produtores” (p.12).

VC13 – “O governo alega que precisa desta lei [Portaria 56] para garantir a qualidade do leite. Nós já provamos que não altera nada a qualidade se o leite estiver resfriado a 7 graus ou a 4 graus. Só que 7 graus o pequeno consegue com um resfriador de taro, que é viável para ele (basta o governo viabilizar crédito em condições) e a 4 graus só é possível para um grande produtor” (p.13).

VC14 – *“E os problemas de qualidade que de fato existem podem ser facilmente resolvidos com assistência técnica, formação técnica aos agricultores e melhor preço do produto.(...) O estímulo traz o capricho.”* (p.13-14).

VC15 – *“Os grandes fazendeiros liderados pela Confederação Nacional da Agricultura (...) querem ficar sozinhos na produção de leite para poder barganhar melhor preço para o leite.”* (p.14).

VC16 – *“O governo, as grandes indústrias e os grandes fazendeiros estão se juntando para mudar o jeito de se produzir leite no Brasil concentrando renda, poder e riqueza em poucas mãos e excluindo os pequenos agricultores”* (p.14)

VC17 – *“O maior perdedor é o povo brasileiro que poderia consumir bastante leite a baixo custo e consome pouco, com custo alto e o maior responsável por esta produção, o pequeno agricultor, ganha muito pouco. Nosso grande desafio é virar este jogo”* (p.14).

VC18 – *“Temos dois grandes objetivos que queremos alcançar a médio prazo: 1) Viabilizar o(a) pequeno(a) produtor(a) de leite e barrar o processo de exclusão; 2) Barrar e impedir a monopolização do mercado de leite na mão de poucas multinacionais”* (p.15).

VC19 – *“Para alcançar isto precisamos perseguir alguns objetivos imediatos, de curso prazo: 1) Barrar a publicação da Portaria 56; 2) Organizar e controlar a produção de leite na base através da organização dos nossos Movimentos Sociais; 3) Sensibilizar a sociedade sobre a real problemática do leite; (...)”* (p.15).

VC20 – *“Nesta luta nossos principais inimigos são: a) as multinacionais do leite; o Governo Federal; c) os Grandes Fazendeiros.”* (p.16)

VC21 – *“Nosso grande desafio é debater, estudar e organizar as famílias produtoras de leite na base dos nossos movimentos para encarar a luta pela viabilização dessa forma de produção e garantir que não sejamos excluídos”* (p.16)

VC22 – *“Um grande desafio para nós é organizar a produção e poder negociar esta produção coletivamente. Quando formos negociar com as indústrias eles sempre vão perguntar ‘em nome de quantos litros de leite vocês estão falando?’ (...) Com a produção organizada podemos fazer venda coletiva e ter maior poder de barganha ... ”* (p.16).

VC23 – *“E se pensarmos num projeto em que o controle da industrialização do leite esteja na mão dos produtores – o que é possível a médio e longo prazo – o passo inicial e fundamental é a organização da produção na base”* (p.16)

VC24 – *“Em grande parte do país quem lida mais com a produção do leite são as mulheres trabalhadoras rurais. Por isso sua participação no estudo, no debate, na organização é fundamental. Elas é que sabem o que passam e o que custa para produzir leite na agricultura familiar. Devem participar das decisões e da luta”* (p.16)

VC25 – *“a estrebaria (sala de ordenha) tem que estar limpa, as mãos e o úbere da vaca bem lavada, se a ordenha for manual. Tudo isto e mais a ordenhadeira bem limpinha se a ordenha for mecânica”* (p.17).

VC26 – *“o calor faz crescer rapidamente o número de bactérias no leite (...) Para interromper este crescimento é preciso resfriar o leite. Por isto não somos contra o resfriamento. O que queremos é que seja feito nas pequenas propriedades através de resfriadores de taros ou resfriadores a granel mas coletivos ...”* (p.17).

VC27 – *“Nossa proposta é produzir leite orgânico, sem antibióticos, agrotóxicos e aditivos químicos”.* (p.17)

VC28 – *“É bom que se diga que a qualidade do leite produzido pelos pequenos produtores já é elevada em várias regiões do país”* (p.17).

VC29 – *“Os grandes fazendeiros, os laticínios e o governo não querem qualidade. Querem usar o argumento da qualidade para criar normas que levem à exclusão e que vai dar mais lucro para eles”* (p.17)

VC30 – *“Debater e estudar esta cartilha na nossa base que produz leite envolvendo toda a família, pois em geral, são as mulheres as mais envolvidas nesta produção”* (p.18)

VC31 – *“Debater as melhores formas de organizar a produção e de como enfrentar os laticínios. Debater qual o preço que deve ser exigido em cada região. (...) Debater quais as melhores formas de mobilização para alcançar nossos objetivos e preparar diversas fórmulas de pressão”* (p.18)

VC32 – *“Devemos estar preparados para voltarmos às ruas em março de 2002 para dar um passo a frente na conquista de nossos objetivos. Só vamos avançar com organização, luta, preparo e clareza de objetivos”* (p.18).

De igual modo, com o objetivo de organização das seqüências discursivas de referência no interior do *corpus* discursivo da Parmalat, foram tomadas 16 formulações de referência (PL1 a PL16) no *corpus* empírico, ou seja, no texto do apedido. O trabalho de análise, a partir da determinação de blocos e das seqüências discursivas de referência é apresentado no Capítulo 5.

PL1 – (título) *“Invasão de fábricas prejudica economia do Rio Grande do Sul”*

PL2 – *“...foram invadidas de forma arbitrária quatro indústrias do Setor de Lácteos no Estado, uma delas da Parmalat.”*

PL3 – *“Com atitudes incompatíveis com o estado de direito em que vive o País”*

PL4 – *“houve arrombamento de portas, retiradas indevidas de produtos do estoque, destruição de patrimônios e pizações em paredes, entre outros atos impróprios a um movimento social”*

PL5 – *“... em nenhum momento a empresa foi procurada pelos invasores ou recebeu deles informações sobre o por quê da manifestação”*

PL6 – *“Desta forma, a Parmalat registra o seu repúdio a atitudes que prejudicam um Setor em particular e a economia do Estado como um todo”*

PL7 – *“...e colocam em dúvida a segurança para realizar novos investimentos que geram empregos e movimentam o mercado”*

PL8 – *“As onze maiores empresas do Setor no Brasil não movimentam mais do que ¼ da produção nacional de leite”*

PL9 – *“... e seu propósito é contribuir para que o Brasil, com a extensão territorial e a vocação de grande produtor agrícola,”*

PL10 – *“ocupe uma posição de destaque no cenário mundial, como produtor e exportador de leite de qualidade”*

PL11 – *“A empresa tem a convicção de que este é um objetivo comum a todos os que participam da cadeia”*

PL12 – *“A persistirem ações dessa natureza,*

PL13 – *“o Rio Grande do Sul corre o risco de passar da atual condição de auto-suficiente e fornecedor nacional de leite para a de importador.”*

PL14 – *“Ao esclarecer estes fatos à opinião pública”*

PL15 – *“busca-se compartilhar a questão que afeta diretamente produtores rurais e empresas”*

PL16 – *“mas poderão ter impacto negativo para a sociedade do Rio Grande do Sul”*

4.4. O Referencial Teórico da Indeterminação

Como os objetivos do presente estudo giram em torno de COMO os agentes que atuam na cadeia produtora do leite respondem à questão da cidadania, foi eleita a *indeterminação discursiva* como o suporte teórico para o trabalho de análise que se seguirá.

Conforme visto anteriormente, o trabalho discursivo operado pelo sujeito, a partir dos elementos lingüísticos, instaura determinados saberes: enfatizando o que efetivamente foi dito e rejeitando aquilo que não foi dito. Deriva daí o efeito de transparência. O trabalho discursivo de construção da indeterminação parte deste mesmo efeito de transparência em busca daquilo que poderia ter sido dito mas não foi, do rejeitado, do não-dito.

Mas, o que vem a ser determinar? Determinar significa propor uma explicação precisa para algo. Assim, poder-se-ia dizer que, por falta de precisão, não há determinação linguística em “*um camponês protestou naquele dia*”, na medida que o emprego do indefinido não remete a um elemento preciso da situação além da omissão da data do acontecimento e o do objetivo do protesto. Assim, em termos linguísticos, pode-se dizer que a determinação se dá por um processo de *saturação* do lugar vazio.

A operação de determinação linguística incide, via de regra, sobre o substantivo. É o elemento pertencente a esta classe gramatical que, na companhia de um elemento determinante, passa a compreender um determinado sentido, uma precisão de significado. Assim, pode-se ter, como determinantes, o emprego de artigos, numerais, adjetivos e pronomes.

Refletir sobre a determinação é verificar como se realiza a operação de determinação. Há, por exemplo, elementos gramaticais que fazem corresponder uma *extensão* e os que assinalam uma *compreensão*. Assim, por exemplo, *Todos os camponeses*

compreende a totalidade dos camponeses, enquanto que, *alguns camponeses* delimita a extensão.

Os estudos gramaticais realizados ao longo da história mostraram que há elementos gramaticais que relacionam noções de modificação e de qualidade ao objeto ou ser designado pelo substantivo. É o caso dos adjetivos. Há, de outra forma, elementos gramaticais que estabelecem uma determinação e limitação ao objeto (ou ser) designado pelo substantivo. Assim, em *um pequeno produtor*, ocorrem ambos os processos.

O que a revisão efetuada pelos lingüistas ao longo da história possibilitou foi perceber a divergência existente sobre a inclusão ou não do adjetivo no grupo dos determinantes. A razão dessa divergência reside no fato de que, enquanto os outros elementos de determinação, como o artigo, o numeral, o pronome, são de natureza gramatical (nível sintático), o adjetivo é de natureza lexical (nível semântico).

Trazendo as idéias de determinação linguística – saturação do nome por um elemento gramatical que exerce funções sintáticas e semânticas -, INDURSKY remete-nos às primeiras idéias sobre determinação discursiva, assinalando que a determinação discursiva de um nome *consiste em saturar-lhe o significado para qualificá-lo a integrar seqüências discursivas afetadas por determinadas FD. (...) consiste em um efeito de sentido onde intervêm conjuntamente fatores sintáticos, semânticos e ideológicos.* (1997, p.177).

Assim, o processo de determinação discursiva não é fruto da vontade e da liberdade do sujeito. O sujeito é compelido a saturar o substantivo, fazendo seleções de cunho ideológico, a partir do que pode ser dito em uma determinada formação discursiva. Nesse processo, a determinação constitui-se na forma visível do processo de interpelação do sujeito.

INDURSKY assinala que o processo de determinação discursiva é bastante complexo, sendo necessário decompô-lo em três níveis para análise: *nível intradiscursivo, quando o dito é plenamente determinado, estabelecendo o limite do dizer; nível interseqüencial, quando as diferentes determinações intradiscursivas dispersas no corpus evidenciam a construção de um processo discursivo; e nível interdiscursivo, quando o intradiscorso é relacionado com o interdiscorso, e o dito passa a fazer contraponto com o não-dito* (1997, p.180).

Ao nível intradiscursivo está relacionado o processo de saturação que assegura coerência ideológica ao que é dito. Assim, por exemplo, a expressão *exclusão do produtor*, em uma FD Proletária não pode conviver com *seleção do produtor por falta de escala de produção*, dizer característico de uma FD Capitalista. São os limites do dizer.

No nível interseqüencial, são relacionadas diferentes determinações intradiscursivas presentes ao longo do *corpus*, dispersas no processo discursivo. A partir do procedimento de construção de *famílias parafrásticas*, as diferentes determinações discursivas, antes dispersas, são reunidas, possibilitando visualizar, no contraste entre famílias parafrásticas de Formações Discursivas antagônicas, os processos de constituição do sujeito e do sentido.

Finalmente, o nível interdiscursivo trata das relações que a seqüência discursiva estabelece com seu exterior constitutivo, o interdiscorso, ideologicamente identificado com uma Formação Discursiva. Se uma FD define o que pode ser dito, há aquilo que permanece recalcado. É nesse nível que a determinação interdiscursiva, no esforço de saturação, acaba por transformar-se em *vestígio dos discursos silenciados pelo sujeito do discurso*.

Assim, pode-se dizer que a determinação discursiva consiste no trabalho discursivo de “amarra” do discurso realizado pelo sujeito-autor, ou seja, dos processos lingüísticos utilizados na construção do texto com o objetivo de configurar-lhe uma pretendida

homogeneidade. Em contrapartida, o trabalho de indeterminação discursiva pode ser aquele procedimento realizado pelo sujeito-leitor no intuito de desconstrução, desestabilização, ruptura.

Vários elementos são arrolados pelas gramáticas como co-responsáveis pela construção discursiva da indeterminação destacando-se: as construções sintáticas utilizando orações relativas; o emprego do “se” como índice de indeterminação do sujeito; o emprego da voz passiva; o emprego do Infinitivo; do Discurso Direto; a Pessoa Discursiva (O nós-político e a não-pessoa; o pronome pessoal “Eles”); o artigo indefinido “um”; o possessivo “seus”; o jogo com os campos lexicais etc.

Nos estudos de Silvana Serrani sobre a indeterminação na linguagem, há a delimitação do conceito de *indeterminação* em relação aos de *determinação*, *indefinição* e *impessoalização*. Destaca SERRANI que *a indefinição é imprecisa mas determinada (...) a generalização que expressam [os indefinidos] é sempre limitada a um conjunto de elementos, do qual referem a totalidade (todos), o esvaziamento (nenhum) ou a parcialidade (alguns). (...) a impessoalização é uma propriedade de certos verbos que, por sua natureza, não são usados com sujeitos que possuem referencial – como é o caso dos verbos que expressam fenômenos atmosféricos* (1993, p.84).

Outro autor que será retomado como referência para o trabalho de análise é Rodolfo Ilari. A partir da revisão dos estudos sobre a natureza dos pronomes (Benveniste, 1969), ILARI detalha os casos de indeterminação marcados pronominalmente, em particular a necessidade de *subcategorizar a não-pessoa* (1996, p.90). Assim, a partir do aporte teórico sobre a indeterminação apresentado por Freda Indursky, Silvana Serrani e Rodolfo Ilari, da revisão de conteúdos gramaticais e do suporte teórico da AD, parte-se para o trabalho de análise discursiva, em busca do *modo de dizer indeterminado* nos discursos.

5. A ANÁLISE DOS DISCURSOS

A partir da definição da metodologia utilizada para a análise, como a determinação das formulações de referência a partir dos *corpora* empíricos e do referencial teórico sobre a indeterminação, será feita a análise dos discursos propriamente dita. Parte-se da premissa da existência de um conflito entre posições-sujeito bem definidas. A análise buscará identificar o tratamento destas posições-sujeito em torno do *modo de dizer indeterminado*.

5.1. A ANÁLISE DA CARTILHA DA VIA CAMPESINA

O discurso da Via Campesina enquadra-se dentro de uma Formação Ideológica Proletária. Dentro desta visão, há pelo menos duas Formações Discursivas ocorrendo em conjunto: a Formação Discursiva de Coletivo de movimentos sociais camponeses (FDvc1), identificada com a questão da luta de classes, e a Formação Discursiva de Agente da cadeia produtora do leite (FDvc2), identificada com as questões da produção e da exclusão.

Pela leitura do texto de apresentação da cartilha (p. 83-84), compreende-se que a Via Campesina Brasil é um instrumento de articulação da prática de ação política de diferentes movimentos sociais do campo com vistas à conscientização de seus agentes da importância da participação e da organização da produção para fortalecer a resistência contra a exclusão do mercado. É a partir dessa compreensão que se constrói o trabalho de análise discursiva.

Tomando os objetivos de análise propostos, as formulações de referência foram agrupadas em oito blocos (Blocos 1 a 8), encabeçadas pelas seqüências discursivas de referência. Estes oito blocos constituem, assim, o *corpus discursivo* da Via Campesina a partir do qual se verificará a atuação das formações discursivas

Bloco 1: Práticas de conscientização dos Movimentos

Tomando a formulação VC3 como seqüência discursiva de referência e relacionando-a com as formulações VC1, VC2 e VC31, percebe-se que há referência aos objetivos da cartilha e a quem ela é dirigida.

VC3 – “... *é que ela [a cartilha] sirva para elevantar o nível de conhecimento da base dos nossos movimentos que produz leite para fortalecer a resistência contra a exclusão, a organização da produção e a luta por melhores condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras que produzem leite”*

... como objetivo debater o problema do leite ... (VC1);

Debater as melhores formas de organizar a produção ... (VC31)

Observa-se nessa seqüência discursiva, bem como nas formulações a ela relacionadas, o emprego recorrente do *infinitivo* ao longo do texto da cartilha.

O emprego do infinitivo é estudado por SERRANI. Segundo a autora, os infinitivos são exemplos *do modo de dizer indeterminado, que ocorre, fundamentalmente, em enunciações que denominaremos avaliatórias e/ou programáticas. Trata-se de construções que participam da constituição de objetos de discurso através de apreciações, estimativas, declarações de planos, intenções, atitudes a serem tomadas.* (1993, p.82).

De fato, o emprego recorrente do infinitivo apresenta as “intenções” do sujeito-autor, mas não seu comprometimento com o que é dito: as declarações de “intenções” são arroladas mas há uma indeterminação lingüística, que poderia ser facilmente corrigida se houvesse interesse:

O debate das melhores formas de organizarmos a produção, em VC31

...sirva para elevarmos o nível de conhecimento..., em VC3.

O emprego do infinitivo se revela como modo de dizer indeterminado da formação discursiva FDvc2, respondendo, apenas, aos objetivos da formação discursiva dominante, FDvc1. De fato, o sujeito-autor não se coloca como agente da cadeia produtora e isso é linguisticamente marcado quando, em VC3, a luta é por *melhores condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras que produzem leite*, ou seja, “deles”.

O interlocutor esperado é apresentado pelo sujeito-autor como “a base de nossos movimentos que produz leite” (ver formulações VC3 e VC30), sendo facultada a divulgação da cartilha a todos os envolvidos com a produção do leite (VC2).

Bloco 2: A exclusão vista pelos Movimentos

Observando VC4 como seqüência discursiva de referência, que está em consonância com VC5, VC6, VC7 e VC10, percebe-se a referência ao sujeito-autor do texto e como este vê a exclusão dos pequenos produtores.

VC4 – “*É por isso que os Movimentos Sociais do Campo estão assumindo a luta do leite para não deixar as multinacionais e os grandes produtores tomarem conta desta produção, excluindo os(as) pequeno(as) produtores(as), empobrecendo mais os pequenos municípios, aumentando a pobreza na cidade e no interior*”.

A partir desta seqüência discursiva, bem como das formulações a ela relacionadas, vê-se como o sujeito-autor constrói os sentidos relacionados aos agentes que crê, são os responsáveis pela exclusão dos pequenos produtores:

*.. as multinacionais e os grandes produtores tomarem conta desta produção .(VC4);
...quem produzir menos de 30 litros, não mais poderá entregar leite para a nossa empresa ... (VC5);*

O projeto das grandes empresas e do atual Governo Federal ... (VC6);

O governo federal tem uma opção clara: em favor dos grandes e pela exclusão dos pequenos (VC10).

O sujeito-autor, identificado como *os Movimentos Sociais do Campo*, relaciona aqueles agentes que responsabiliza pelo processo de exclusão dos pequenos produtores de leite: o Governo Federal, as multinacionais e os grandes produtores. O sujeito-autor se coloca como *assumindo a luta do leite*. No emprego do item lexical *luta*, está bem determinado o conflito, característico da FDvc1.

Novamente a FDvc2, formação discursiva de agente produtor, de ação e conscientização como produtor, é dominada por uma determinação discursiva de relação de poder, marcada lingüisticamente por expressões como *não deixar, tomar conta (VC4)*.

O processo de exclusão dos pequenos produtores é tomado pelo sujeito-autor como fenômeno decorrente da ação desses agentes antagônicos, realidade para a qual a alternativa é a luta. Assim, VC4 ilustra claramente o que pode e deve ser dito a partir da ideologia que domina a formação discursiva FDvc1.

Bloco 3: A ambigüidade de posições dos Movimentos

Tomando a formulação VC21 como seqüência discursiva de referência, como também as formulações VC8, VC13, VC17, VC18, VC19 e VC32 a ela relacionadas, verifica-se o emprego da forma pronominal “nós” (ou de elementos que referem à primeira pessoa do plural) em diferentes situações, remetendo a diferentes referentes discursivos.

VC21 – *“Nosso grande desafio é debater, estudar e organizar as famílias produtoras de leite na base dos nossos movimentos para encarar a luta pela viabilização dessa forma de produção e garantir que não sejamos excluídos”*

...Nosso grande desafio ... (VC21) – a fala dos Movimentos Sociais do Campo;

... que não sejamos excluídos (VC21) – o sujeito-autor é pequeno produtor;

Não alcançamos nem a metade (VC8) – nós, a coletividade dos brasileiros.

Nós já provamos que não altera nada a qualidade ... (VC13) – nós, os produtores;

Devemos estar preparados para voltarmos às ruas em março de 2002 ... (VC32) – nós, os Movimentos.

NEVES destaca que *também a primeira pessoa do plural é usada na indeterminação do sujeito. A indeterminação, porém, não é total, já que, na forma NÓS, pelo menos uma referência é determinada, porque sempre está incluído o falante (o EU) (2000, p.465). De fato, se lingüisticamente a indeterminação não é total, discursivamente ela se apresenta muito significativa, dada a imprecisão dos referentes retomados.*

INDURSKY realizou extenso estudo sobre a questão do *nós político e a não-pessoa discursiva. Através da forma “nós” o locutor pode associar-se a referentes variados, sem especificá-los lingüisticamente, daí decorrendo a ambigüidade de seu dizer. Dado que nós designa conjuntos lexicalmente não-nomeados, nós o entendemos como uma não-pessoa discursiva” (1997, p.66).*

Assim, na seqüência discursiva de referência em estudo, bem como ao longo do texto, podemos identificar a ambigüidade na posição-sujeito do locutor, marcada lingüisticamente pelo emprego do “nós” (ou de elementos que referem a primeira pessoa do plural, como “nos”, “nosso”, e a desinência verbal de primeira pessoa plural).

Em particular, o contraste entre as duas ocorrências da pessoa discursiva em VC21 (Nosso [relativo à atuação dos movimentos] x excluídos [os produtores]) e entre VC13 e VC32 (provamos [saber técnico] x voltarmos [atuação política]) explicita essa ambigüidade ou essa imprecisão ou, ainda, indeterminação discursiva.

Essa seqüência discursiva de referência bem revela o processo de esquecimento vivenciado pelo sujeito-autor do texto. Na ilusão de ser dono e fonte de seu dizer, confundem-se as formações discursivas FDvc1 e FDvc2, levando à imprecisão.

Bloco 4: Propostas/soluções apresentadas para o problema da exclusão

Tomando a formulação VC22 como seqüência discursiva de referência e seus correlatos VC9, VC26 e VC27, há a definição do sujeito-autor quanto às propostas e soluções defendidas para o problema da exclusão do pequeno produtor:

VC22 – *“Um grande desafio para nós é organizar a produção e poder negociar esta produção coletivamente. Quando formos negociar com as indústrias eles sempre vão perguntar ‘em nome de quantos litros de leite vocês estão falando?’ (...) Com a produção organizada podemos fazer venda coletiva e ter maior poder de barganha ... ”*

... querem ficar sozinhos na produção de leite para poder barganhar ... (VC15)

... um sério programa de governo estimulando, de um lado, a produção e de outro o consumo de leite, subsidiando este produto ... (VC9)

... não somos contra o resfriamento. O que queremos é que seja feito nas pequenas propriedades através de resfriadores de taros (VC26)

Nossa proposta é produzir leite orgânico, sem antibióticos, agrotóxicos e aditivos químicos. (VC27)

Não há, na cartilha, referência às principais lutas atuais dos movimentos sociais do campo, como sistema de produção camponês diversificado, soberania alimentar e mudança de modelo tecnológico, adaptado à agricultura familiar cooperativada. A única proposta que mais se aproxima das propostas dos “cinco pilares” do MPA e da soberania alimentar da Via Campesina é a referência ao leite orgânico (VC27).

Sintomático desse modo de dizer não polissêmico é o emprego do discurso direto. É o discurso que reproduz a voz e a ideologia do dominador. No discurso direto, são as palavras do outro que ocupam o tempo ou espaço, claramente marcadas na frase através da citação. O locutor apresenta-se como um simples “porta-voz”.

A demarcação da fala do Outro reforça tanto para o sujeito-autor do texto quanto para o sujeito-leitor a ilusão de “objetividade”, clareza. A utilização do discurso direto aproxima o sujeito-autor do sujeito-leitor e, ao mesmo tempo, colabora no processo de inserção de argumentos de autoridade.

Além de não haver um processo polissêmico no discurso, seja pelos saberes apresentados bem como pela forma de fazê-lo, revela-se mais sintomático da apropriação do modo de dizer da formação discursiva dominante o emprego da expressão “poder de barganha”. A prática, combatida na práxis dos grandes fazendeiros (VC15), é, no entanto, almejada pelo sujeito-autor (VC22).

Esta seqüência discursiva de referência permite concluir que a formação discursiva dominante é FDvc1, na medida em que o modo de dizer é característico de uma postura ideológica de conflito. No momento em que o discurso poderia salientar as conquistas dos produtores, saberes relativos a FDvc2, a voz de FDvc2 só aparece na referência a *um grande desafio* da organização da produção, o qual, na prática, é apenas aquele que atua na produção que é capaz de mensurar.

Bloco 5: As práticas dos “inimigos”

Tomando a formulação VC16 como seqüência discursiva de referência e as formulações VC11, VC12, VC20 e VC29, verifica-se a exposição, pelo sujeito-autor, das práticas dos agentes que identifica como “inimigos”:

VC16 – “*O governo, as grandes indústrias e os grandes fazendeiros estão se juntando para mudar o jeito de se produzir leite no Brasil concentrando renda, poder e riqueza em poucas mãos e excluindo os pequenos agricultores*”

... a única preocupação dessas grandes empresas é ganhar muito dinheiro. (VC11);

A política leiteira do governo federal (...) é a principal causa da crise ... (VC12);

Os grandes fazendeiros, os laticínios e o governo não querem qualidade. Querem usar o argumento da qualidade para criar normas que levem à exclusão e que vai dar mais lucro para eles (VC29)

A partir desta seqüência discursiva e das formulações a ela relacionadas, percebe-se como o sujeito-autor constrói e difunde a imagem dos oponentes. Há uma forte carga ideológica que perpassa todo o discurso, mas que aqui é explicitada. Nas palavras do sujeito-autor, os oponentes *estão se juntando para mudar o jeito de se produzir leite* (VC16), nada diferente, no entanto, do apregoado pelo próprio sujeito-autor em VC22 (*organizar a produção e poder negociar esta produção coletivamente*).

Em construções como “mudar o jeito”, “única preocupação”, “principal causa”, percebe-se o trabalho discursivo do sujeito-autor, dominado por FDvc1, no sentido de responsabilizar os oponentes pelas mazelas do mercado do leite, como que se a atuação desses fosse apenas negativa. Entretanto, este modo de dizer se revela impreciso: qual seria *o jeito de se produzir leite? Mudar o jeito* compreenderia acabar com a comercialização do leite no mercado informal? Não há determinação no modo de dizer, a não ser ao categorizar os oponentes, aí sim, de forma precisa, como *inimigos*.

Este modo de dizer impreciso se apresenta ainda mais evidenciado quando o sujeito-autor diz que *os grandes fazendeiros, os laticínios e o governo não querem qualidade* (VC29). Por mais que as normas iniciais da Portaria 56 do Ministério da Agricultura

fossem impeditivas para os pequenos produtores, em momento algum se pode concordar que o argumento da qualidade do leite fosse política institucional do governo para a exclusão de produtores. Tanto isso não se revelou verdadeiro que em Audiência Pública, na qual participaram as lideranças dos pequenos produtores, foram revistas as normas da Portaria.

Bloco 6: A realidade da produção pelos pequenos produtores

Tomando a formulação VC14 como seqüência discursiva de referência e relacionando-a com VC28, percebe-se como o sujeito-autor, quando a formação discursiva dominante é a FDvc2, identifica a situação atual da produção do leite pelos pequenos produtores:

VC14 – “*E os problemas de qualidade que de fato existem podem ser facilmente resolvidos com assistência técnica, formação técnica aos agricultores e melhor preço do produto.(...) O estímulo traz o capricho.”*

É bom que se diga que a qualidade do leite produzido pelos pequenos produtores já é elevada em várias regiões do país. (VC28)

O emprego da locução adverbial “de fato”, que poderia ser substituída por “efetivamente”, aparece como a constatação, pelo sujeito-autor, de uma realidade que não pode ser omitida: o problema da qualidade do leite produzido pelos pequenos produtores. Neste momento, começa-se a ouvir novamente a voz da FDvc2.

O emprego da expressão “é bom que se diga”, neste contexto, aparece como uma necessidade de auto-afirmação. A expressão, que poderia ser suprimida da frase, pode ser considerada um *modalizador*: elemento lingüístico diretamente ligado ao evento de produção do enunciado e que funciona como indicador das práticas do locutor com relação

ao seu discurso. Interessa, assim, o modo como aquilo que se diz é dito, não tanto o que é dito, ou seja, interessa identificar que é o próprio produtor que busca se valorizar.

Da mesma forma, causa estranhamento o emprego, de forma desvinculada, da oração “o estímulo traz o capricho”. No entanto, admitindo a oração como uma *máxima*, teríamos que o recurso ao emprego de máximas, provérbios e ditos populares pode ser considerado um exemplo de argumentação por autoridade, reforçando, portanto, o modo de dizer.

Sintomático, também, da presença de FDvc2 como voz dominante nesta seqüência discursiva, é o emprego do advérbio “já” que, se lingüisticamente pouco significa pois pode ser suprimido da frase, discursivamente ilustra esse momento de ruptura no discurso hegemônico de conflito balizado por FDvc1, dando voz e vez às dificuldades vividas pelo pequeno produtor, à FDvc2.

Verifica-se, no entanto, que também aqui há indeterminação no modo de dizer do sujeito-autor. Enquanto todo o processo discursivo de caracterização da atuação dos oponentes e da realidade do mercado de produção do leite se dá a partir de saberes técnicos, a melhoria da qualidade do leite produzido pelo pequeno produtor parece, para o sujeito-autor, passar por um critério subjetivo: o *capricho*.

Bloco 7: O trabalho das mulheres, as pequenas agricultoras

Tomando a formulação VC24 como seqüência discursiva de referência e relacionando-a com VC25 e VC30, percebe-se como o sujeito-autor tem a necessidade de engajar a mulher trabalhadora rural na ação dos Movimentos:

VC24 – “*Em grande parte do país quem lida mais com a produção do leite são as mulheres trabalhadoras rurais. Por isso sua participação no estudo, no debate, na*

organização é fundamental. Elas é que sabem o que passam e o que custa para produzir leite na agricultura familiar. Devem participar das decisões e da luta”

...envolvendo toda a família, pois em geral, são as mulheres as mais envolvidas nesta produção (VC30)

...e mais a ordenhadeira bem limpinha se a ordenha for mecânica (VC25)

A questão de gênero – “as trabalhadoras rurais” - só é marcada lingüisticamente no texto de introdução da cartilha e, ligeiramente, nas páginas 7 e 8. Ao longo do texto há como que um apagamento das marcas de gênero que são retomadas apenas quando o sujeito-autor convoca as mulheres para a participação no movimento. Apenas a partir da página 15, quando a cartilha traz novamente a questão da “mulher trabalhadora rural” é que é retomada a questão da produção do leite *na agricultura familiar*.

Para o sujeito-autor, são as mulheres que vivenciam as dificuldades (o que custa) e o sofrimento (o que passam) para a produção do leite na família. No entanto, os verbos empregados para descrever as ações da mulher – “lidar” e “envolver-se” não possuem a mesma precisão, a mesma determinação que o verbo “trabalhar” e de que a posição de “responsável por”. A precisão no discurso seria obtida a partir de construções como:

Em grande parte do país são as mulheres que trabalham na produção do leite ...

São as mulheres as responsáveis pela produção do leite.

Destaca-se, também de maneira equivocada, o emprego da linguagem em um dado momento do texto em que há uma exposição, de forma didática, de quatro fatores relacionados à qualidade do leite. A linguagem utilizada se revela clara, abordando aspectos técnicos. A exceção ocorre quando, referindo-se à higiene da ordenha, o sujeito-autor emprega a expressão “*bem limpinha*” (VC25), típica de uma linguagem infantil. Seria dirigida ao público feminino, responsável, na maior parte das vezes, pela tarefa da ordenha?

Segundo NÓBREGA, o uso de diminutivos remete à relação mãe/filho. São relações marcadas por um certo sentimento de proteção. Ocorre, no entanto, nesta tentativa de proteção, um apagamento do outro. Para a autora, *o protecionismo é também manifestação de poder quando, nesta relação, proteger também pode significar dominar* (2001, p.76).

Referindo-se à relação sala de aula, a autora identifica o emprego do diminutivo como estratégia da professora para superar conflitos: *Supera-se o conflito, não através da sua resolução, mas através da colocação do aluno no lugar da passividade, daquele que é protegido, que não age enquanto sujeito, mas que cede seu lugar em troca da proteção, para que outros resolvam seus problemas.* (NÓBREGA, 2001, p.78).

As exposições da autora podem, sem dúvida, contribuir para justificar o emprego de “*bem limpinha*”. O modo de dizer de FDvc1, no qual as trabalhadoras rurais *lidam* e se *envolvem* com a questão da produção do leite, carrega um forte sentimento de proteção, um apagamento consciente e premeditado da forte relação existente entre a qualidade do leite e a higiene na ordenha.

Bloco 8: Um projeto de futuro (ou a realidade aqui ao lado)

Tomando a formulação VC23 como seqüência discursiva de referência e relacionando-a com a realidade do processo de industrialização já praticado pelos produtores, percebe-se como o sujeito-autor apresenta a possibilidade de controlar esse processo:

VC23 – “*E se pensarmos num projeto em que o controle da industrialização do leite esteja na mão dos produtores – o que é possível a médio e longo prazo – o passo inicial e fundamental é a organização da produção na base*”

Essa seqüência discursiva é relacionada com a historicidade da produção leiteira pelos pequenos produtores. A realidade tem demonstrado que, através de cooperativas, os pequenos produtores já têm assumido o controle da produção do leite e, em alguns casos, inclusive o controle de sua industrialização, como o exemplo da Cooperoeste (p.60).

O emprego lingüístico de uma construção condicional – empregando “se” - marca o propósito do sujeito-autor de manter, apenas no nível das idéias, algo que na prática já existe. Discursivamente este emprego se revela como ocultação, como indeterminação.

Novamente, a FD dominante é FDvc1, para quem apresentar iniciativas vitoriosas de cooperativismo e industrialização do leite por pequenos produtores não é o objetivo.

5.2. A ANÁLISE DO APEDIDO DA PARMALAT

O discurso da Parmalat enquadra-se dentro de uma Formação Ideológica Capitalista. Dentro dessa visão, há pelo menos duas Formações Discursivas ocorrendo em conjunto: a Formação Discursiva de Mercado (FDpl1), identificada com a própria natureza da empresa (capital multinacional), e a Formação Discursiva de Agente da cadeia produtora do leite (FDpl2), identificada com as questões da produção do leite.

A partir dos objetivos de análise, as formulações de referência foram agrupadas em quatro blocos (Blocos 9 a 12), encabeçadas pelas seqüências discursivas de referência. Esses quatro blocos constituem, assim, o *corpus discursivo* da Parmalat a partir do qual se verificará a atuação das formações discursivas

Bloco 9: Da invasão e dos prejuízos à economia

Tomando a formulação PL2 como seqüência discursiva de referência e os correlatos PL1, PL5, PL6, PL16, verifica-se a referência ao fato da invasão e aos prejuízos para a economia do Rio Grande do Sul:

PL2 – “...*foram invadidas de forma arbitrária quatro indústrias do Setor de Lácteos no Estado, uma delas da Parmalat.*”

Invasão de fábricas prejudica economia do Rio Grande do Sul (PL1);

... em nenhum momento a empresa foi procurada pelos invasores ... (PL5)

... a Parmalat registra o seu repúdio a atitudes que prejudicam um Setor em particular e a economia do Estado como um todo. (PL6)

.. mas poderão ter impacto negativo para a sociedade do Rio Grande do Sul (PL16)

O emprego da voz passiva em *foram invadidas* (PL2) acentua o caráter de indeteminção ao não dar destaque ao sujeito da ação, agente da voz passiva. No caso em questão, há inclusive a omissão proposital do agente da passiva. Invasidas por quem?

Já em PL5 ocorre também o emprego do voz passiva, sendo que, neste caso, há a presença do agente da passiva. Vê-se, através de um jogo parafrástico, a desfocalização propositalmente construída pelo sujeito-autor do texto com o emprego da voz passiva:

A empresa não foi procurada pelos invasores - o foco é a empresa

Os invasores não procuraram a empresa – o foco é os invasores

O termo “invasão”, presente no título (PL1), primeira palavra do texto, ressurge como pré-construído, como pertencente ao domínio da memória. De fato, é um termo que há muito vem sendo empregado, a partir de uma formação discursiva dominante na sociedade, em particular na mídia, para designar a ação dos trabalhadores sem-terra.

Para INDURSKY, a designação “invasão” *traz consigo o efeito de sentido de violência contra a propriedade privada, ou seja, discursiviza a violação da lei e faz soar o discurso jurídico sobre o direito de propriedade* (1999,179). É este sentido de “violência”, de “agressão ao direito” que o sujeito-autor busca sedimentar.

No título do apedido, há uma forte indeterminação proposital marcada por ausências: a ausência do artigo diante de “invasão” e a ausência de adjetivos para qualificar “fábricas” e “economia”. A indeterminação reforça o propósito de generalização desejado pelo sujeito-autor. O problema da cadeia produtora do leite é de todos, é dos produtores, das indústrias e também do governo do Estado. O prejuízo com a invasão é, portanto, de todos.

A indeterminação presente no pronome indefinido “*nenhum*” (PL5) é marca de uma jogada proposital: a de fazer-se vítima. É claro que a empresa era consciente da realidade de opressão que patrocinava, através do baixo preço pago ao produtor pelo litro de leite. A indeterminação transparece a intenção consciente de apagamento: como se não tivessem existido todas as reivindicações anteriores.

Bloco 10: Os invasores e a caracterização de sua ação

Tomando a formulação PL4 como seqüência discursiva de referência e as formulações PL3, PL12 e PL13 a ela relacionadas, percebe-se como o sujeito-autor do texto identifica os invasores e como caracteriza suas ações:

PL4 – “houve *arrombamento de portas, retiradas indevidas de produtos do estoque, destruição de patrimônios e pixações em paredes, entre outros atos impróprios a um movimento social*”

Com atitudes incompatíveis com o estado de direito em que vive o País ... (PL3)

A persistirem ações dessa natureza ... (PL12)

... o Rio Grande do Sul corre o risco de passar da atual condição de auto-suficiente e fornecedor nacional de leite para a de importador (PL13)

Em PL4 o sujeito-autor nos apresenta, através de uma oração impessoal (emprego do verbo haver com sentido de existir), os estragos da ação praticada pelos invasores. As ações relatadas pelo sujeito-autor buscam caracterizar a ocorrência de invasão (arrombamento), furto (retirada indevida) e vandalismo (pixações), ou seja, há a caracterização das ações como práticas de vândalos e ladrões, incompatíveis com *práticas* de um movimento social.

Pela primeira vez, e única em todo o texto, os invasores são descritos: *um movimento social*. A caracterização dos antagonistas é realizada pelo sujeito-autor, no entanto, de forma propositadamente indeterminada, impessoal e desfocada. O emprego de “um” reforça o propósito de não promover o inimigo. Através de um jogo parafrástico, substituindo “um” por “qualquer”, percebe-se que continua a marca de impessoalidade, de indeterminação.

NEVES assim registra o emprego do artigo indefinido em sintagma indeterminado: *O sintagma nominal indeterminado não-específico, por sua vez, ocorre quando falante e ouvinte não fazem identificação de referente (...) O emprego prototipicamente indeterminado não-específico do artigo indefinido é aquele em que se pode entender a possibilidade de alternância entre UM e QUALQUER.* (2000, p.516).

A evocação ao *estado de direito em que vive o país* (PL13) é o apelo, pelo sujeito-autor, ao discurso jurídico, institucional, que estabiliza, legitima. Desenvolve-se, então, um jogo de oposição entre o que é legalmente determinado e o que não se enquadra no estabelecido legalmente.

Os invasores começam a deixar de ser ladrões, vândalos. Há o reconhecimento, embora as atitudes incompatíveis e impróprias, de que o invasor é conhecido, mesmo sem ter sido, intencionalmente, explicitado. Instaura-se, assim, um processo polissêmico.

Esse processo polissêmico atinge seu ápice quando o sujeito-autor constrói sintaticamente a arguição daquele que, a seu ver, é o mais prejudicado com a ação de invasão: o Estado do Rio Grande do Sul. O Estado é o sujeito da oração apresentada em PL13, é ele que passa a ser vítima, não mais a Parmalat, da ação de um movimento social. Esse discurso tem como intenção levar a questão para o âmbito da política pública do governo estadual, administrado, à época, pelo Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, há no discurso da Parmalat uma argumentação fraca, que beira a ingenuidade. A condição de auto-suficiência do Estado não se dá em função da política de produção de uma empresa ou das dificuldades dessa, mas sim, de um conjunto de fatores em que se situa, particularmente, o trabalho do produtor. É a reinstalação da luta de classes.

Bloco 11: O “compartilhar” da multinacional

Tomando a formulação PL15 como seqüência discursiva de referência e as formulações correlatas PL14 e PL7, verifica-se como o sujeito-autor apresenta suas “intenções” e expectativas:

PL15 – *“busca-se compartilhar a questão que afeta diretamente produtores rurais e empresas”*

Ao esclarecer estes fatos à opinião pública ... (PL14)

... e colocam em dúvida a segurança para realizar novos investimentos que geram empregos e movimentam o mercado. (PL7)

Na seqüência discursiva de referência PL15, há o emprego de uma construção sintática que bem ilustra a indeterminação presente ao longo de todo o texto do apedido. O emprego de “se” como índice de indeterminação do sujeito (*busca-se*) reforça a idéia de que não é a empresa que busca esclarecer ou deseja compartilhar as mazelas do Setor.

Em PL14 o sujeito-autor apresenta seu interlocutor: a opinião pública. Assume, também, seu objetivo: o de esclarecimento. Neste momento, instaura-se novo processo polissêmico no discurso, pois o que já foi repúdio é, agora, intenção de compartilhar.

No entanto, o “*esclarecimento dos fatos à opinião pública*”, via apedido, não é um esclarecimento à sociedade, de um sujeito injustiçado ou que sofreu prejuízo. O apedido tem um forte caráter ideológico pois foi publicado em um momento politicamente importante, às vésperas de divulgação do Relatório Final da CPI do preço do leite. Assim, é o apedido a manifestação antecipada da empresa, seu posicionamento, na iminência do indiciamento pela CPI, o que veio a se confirmar.

Se por um lado há um convite ao diálogo, por outro lado a empresa sinaliza com a incerteza: *a segurança para realizar novos investimentos* (PL7). Estabelece-se um jogo de posições muito interessante: o discurso começa a migrar de uma relação de vítima, a partir da ação de terceiros (os invasores), para uma relação de vítima do próprio modelo político, o qual gera, por omissão do aparelho repressor do Estado, insegurança, intranqüilidade.

Colocar em dúvida a segurança é um juízo de valor, é subjetivo. A ação de investimento em um parque industrial é, foi e sempre será da empresa. É ela quem assume os riscos decorrentes das políticas públicas, da realidade do mercado e, igualmente, das relações que estabelece com seus fornecedores, os produtores de leite.

Dessa forma, a questão “colocar em dúvida a segurança” carrega um jogo de indeterminação proposital na medida que a segurança/insegurança não é fruto de ações

isoladas, mas decorre de uma conjunção de fatores. Assim, a dúvida com a segurança para realizar novos investimentos ou o prejuízo à economia do Estado são realidades anteriores a quaisquer atitudes tomadas pelos invasores e o repúdio que a empresa busca registrar pode ser facilmente dirigido à própria política pública para o setor.

Bloco 12: A realidade da produção na visão da multinacional

Tomando a formulação PL8 como seqüência discursiva de referência e os correlatas PL9, PL10, PL11, percebe-se como o sujeito-autor manifesta sua posição sobre a realidade da produção nacional e do mercado de exportação de lácteos:

PL8 – *“As onze maiores empresas do Setor no Brasil não movimentam mais do que 1/4 da produção nacional de leite”*

... e seu propósito é contribuir para que o Brasil, com a extensão territorial e a vocação de grande produtor agrícola... (PL9)

...ocupe uma posição de destaque no cenário mundial, como produtor e exportador de leite de qualidade. (PL10)

A empresa tem a convicção de que este é um objetivo comum a todos os que participam da cadeia (PL11)

Ainda que ciente de sua posição de destaque no Setor de Lácteos do Brasil, a empresa utiliza-se no discurso do emprego de números (PL8) para minimizar sua presença no mercado. Essa construção, em um processo parafrástico, ressoa com a questão de “segurança para investir”: na visão da empresa, como asseguram os números, a insegurança para investimentos não nasce do oligopólio das multinacionais.

VOESE assinala que *o discurso matemático ostenta uma imagem de credibilidade, de verdade e de inquestionabilidade. O número aparenta ser neutro e a estatística parece*

prover tudo. Percebe-se, porém, que não há nenhuma segurança quanto aos números esgrimidos, porque há fontes diferentes com interesses que se opõem e que buscam influir na formação das imagens dos grupos envolvidos no conflito (1998, p.122).

Uma curiosidade suscitada pela construção “As onze maiores empresas do Setor” é o fato de termos encontrado, na revisão bibliográfica, construção semelhante: *Em 1973, havia em São Paulo, dentre as 11 (onze) maiores empresas de laticínios, apenas duas multinacionais, que eram a Nestlé (suiça) e a Glória (americana). Em 1978, das 11 maiores empresas do setor, 5 (cinco) eram multinacionais: Nestlé (suiça), Glória (americana), Danone (Francesa), Anderson Clayton (americana) e Parmalat (italiana) (KRUG, 1979, p.117).*

Há, no emprego de números, um jogo intencional de ocultação na construção do texto. A realidade do mercado é a de que as 10 maiores empresas do setor receberam mais de 40% do leite entregue para industrialização sob inspeção (p.79). A indeterminação que o discurso gera fundamenta-se na premissa, não explícita no texto pela empresa, de que os dados referem-se à produção de todos os tipos de leite, aí incluído o leite comercializado no mercado informal, sem inspeção. Assim, é relativo, para não dizer um instrumento de indeterminação discursiva proposital, atribuir um índice estatístico de uma realidade nacional, sob todos os aspectos suspeito, em defesa de uma posição de “fragilidade” frente à realidade de mercado.

Soma-se a isso a questão do emprego da negação e da fração, que reforçam o propósito de minimizar a realidade de dominação do mercado pelas grandes empresas. Estabelecendo um jogo parafrástico, teríamos: “As onze maiores empresas do setor no Brasil movimentam quase 25% da produção de leite”. Ou seja, num universo de várias empresas, cooperativas, mini-usinas, venda direta pelo produtor, de cada 4 litros de leite

comercializados, um foi processado pelas “gigantes”. Dessa forma, sem o emprego dos recursos da negação e da fração, fica mais evidente a concentração de mercado.

O emprego do anafórico “seu” (PL9) retoma o referente *as onze maiores empresas* (PL8), identificando, portanto, que *o propósito* a seguir apresentado não é do sujeito Parmalat ou, ao menos, não há explicitação de sua inclusão nesse sujeito. Essa imprecisão vem reforçar a proposital indeterminação da empresa Parmalat como co-responsável pela concentração de mercado.

O propósito das grandes empresas é bem determinado: que o país tenha destaque internacional. Todo seu esforço é voltado, portanto, para uma realidade de exportação do leite industrializado por elas. Cabe a reflexão sobre o que seria *uma posição de destaque*, considerando que, historicamente, o país tem sido grande mercado importador.

A empresa busca determinar a exportação como um objetivo comum *a todos os que participam da cadeia* (PL11). O emprego do pronome indefinido “todos”, que generaliza os agentes, remete às questões: Será que este é o objetivo do pequeno produtor de leite que está praticamente pagando para entregar a sua produção à indústria? Será que lhe trará contentamento saber que o leite de suas vacas será consumido em Angola, enquanto o pouco que recebe em troca não é suficiente para garantir o alimento para sua família?

O corpus discursivo formado pelo conjunto das seqüências discursivas de referência analisadas permite verificar que a formação discursiva dominante no discurso da Parmalat é FDpl1, ou seja, a voz dominante é a da multinacional, interessada no mercado, particularmente o de exportação. Não há referência ao longo do discurso em questões atinentes à produção do leite, relação da empresa com produtores, qualidade do leite recebido para comercialização, etc., ou seja, não há espaço para a voz de FDpl2.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES

O presente capítulo objetiva realizar uma discussão dos resultados das análises efetuadas no capítulo anterior a partir dos saberes apresentados na revisão de literatura. De outro modo, será feita uma expansão dessa discussão, com vistas a encontrar subsídios para avaliar em que medida os discursos relacionados aos movimentos sociais do campo instituem (ou não) a cidadania no meio rural.

Na primeira parte deste estudo, foram revistos alguns saberes relativos à questão da cidadania e dos movimentos sociais. A cidadania foi caracterizada como qualificação da condição de existência dos homens, sendo, sua ausência, descrita como uma falta de qualidade, ou seja, uma pobreza política.

A busca pela cidadania remete à questão do desejo: é um processo de identificação do indivíduo com as atividades que realiza. Identificação que pressupõe efetiva participação no processo de sua construção: participação vista como autopromoção. Contra a pobreza política vigente, a educação é compreendida como condição para desabrochar a cidadania.

A consciência da falta de qualidade no processo existencial, ou da não cidadania, parece estar atrelada ao conflito social. É através do conflito que os excluídos impõem seu reconhecimento como indivíduos e interlocutores legítimos no tecido social. O conflito não é, no entanto, pela própria natureza como algo imposto, efetivo processo de conscientização, faltando-lhe a natureza da identidade, da autopromoção do indivíduo.

O indivíduo sozinho, consciente de sua pobreza política, da ausência de cidadania, em um processo movido pelo desejo, alia-se, busca associar-se, relacionar-se com outros indivíduos na intenção de juntos construírem a almejada qualidade existencial. Serão as

associações, sindicatos, movimentos religiosos, partidos políticos ou movimentos sociais, que, a princípio, fornecerão a base para o processo de conscientização.

A partir da revisão histórica dos movimentos sociais camponeses no Brasil, vemos que esses lutam pela direção de seu modelo de investimento, de conhecimento ou cultural, colocando em causa o problema da cidadania. Vemos que é a consciência dos elementos sociais que instiga à participação do camponês, particularmente quando sua relação com a terra, razão de seu viver, fica estranha.

O verdadeiro conflito no campo instaura-se então: a perda de identidade do agricultor. Surge o produtor moderno, aquele sujeito que se acostumou à monocultura, às lutas políticas para conquista de mercados para o seu produto, abafando, no entanto, sua identidade, seu vínculo primitivo com a terra.

Assim, nascidas da necessidade do produtor de se vincular, de se associar para sobreviver a uma realidade de mercado, as formas associativistas ou cooperativistas vêm tomando força na realidade do meio rural. Associações de produtores, cooperativas de produtores, movimentos camponeses e outros surgem na tentativa de configurar novos modelos de produção, tornando-se elemento de ligação entre o produtor e o mercado.

O cooperativismo é definido por VEIGA e FONSECA como *um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e que aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação.(...) É reconhecido como sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender às necessidades e interesses específicos dos trabalhadores. É o sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio coletivo* (1999, p.21).

A forma cooperativa de trabalho abre, de fato, novos horizontes ao trabalhador, tanto sob o ponto de vista econômico, solidário, político como o educacional. O trabalho cooperativo é uma forma de os trabalhadores se organizarem para enfrentar a questão da sobrevivência. Nas cooperativas o trabalhador ganha consciência de seu próprio valor. O cooperativismo revela-se, assim, uma forma de economia solidária, um sistema que propicia o desenvolvimento do trabalhador através da permanente formação.

Como detalhado no Capítulo 3, sob o título *Exemplos de Cooperativismo*, são várias as experiências de cooperativismo existentes e que poderiam contextualizar a problemática do leite em estudo. Optou-se por apresentar neste estudo, ainda que brevemente, cinco cooperativas: Cosulati, Camal e Capil, Coopal e Cooperoeste.

A associação entre as cooperativas Cosulati e Camal tornou a Cosulati a terceira empresa do Estado do Rio Grande do Sul em captação e industrialização do leite, respondendo por 5,37% do leite recebido pela indústria no Estado. Essa associação é um exemplo das iniciativas de cooperação entre agentes da cadeia para responder à necessidade de uma maior escala de produção da indústria para a conquista e manutenção de mercados.

Da mesma forma, a criação da Capil, através da seleção de produtores associados à Camal, com o intuito de investir no aprimoramento da qualidade de produção, revela a preocupação com a escala de produção e a garantia da qualidade do leite no campo.

Ao nível do pequeno produtor, destaca-se o crescimento da Coopal que, embora atuando em uma bacia leiteira dominada pelas empresas Elegê e Cosulati, vem constituindo-se resposta dos pequenos produtores ao processo de exclusão motivado pela baixa remuneração paga ao produtor. Faz-se necessária, também, referência à Cooperoeste, exemplo de cooperativismo que teve início com os pequenos agricultores assentados pela

reforma agrária e é, hoje, responsável pela industrialização do leite produzido por vários produtores e comercializado por outras empresas no sul do Brasil.

Se o enunciado *Viu!? É o nosso MPA!* proferido pela camponesa, como abordado no início deste estudo, produziu curiosidade no pesquisador, outro elemento veio se somar, colaborando substancialmente para os objetivos da pesquisa: o conhecimento da existência da caixinha do leite Longa Vida da Cooperoeste. A embalagem é prova cabal da capacidade de industrialização dos pequenos produtores, particularmente de assentados pela reforma agrária, nos moldes das grandes empresas laticinistas.

O enunciado proferido pela camponesa e a embalagem do leite Longa Vida industrializado pela Cooperoeste são exemplos de um processo de mudanças nas relações sociais e econômicas dos pequenos produtores de leite. São realidades que vão de encontro à realidade de perda de identidade e ao processo de exclusão de mercado. No entanto, foram realidades apreendidas pelo pesquisador no curso do estudo que não se consubstanciam na ideologia manifestada na linguagem dos discursos estudados.

Os discursos objetos de análise devem ser compreendidos como situações de emprego da linguagem dentro de um determinado processo histórico-social: os conflitos nascidos da realidade de produção e comercialização do leite. Neste processo histórico-social em particular, instaura-se o confronto entre os agentes: de um lado atuam os movimentos sociais do campo e de outro a multinacional Parmalat. É o lugar social desses agentes que constituirá as significações e as relações de força de seus dizeres.

Tanto os integrantes dos movimentos sociais do campo quanto os dirigentes da multinacional Parmalat se revelam indivíduos interpelados pela ideologia, condição necessária para que o indivíduo se torne sujeito do seu discurso. Compreendida a ideologia como a relação necessária entre a linguagem e a exterioridade, vê-se a linguagem como lugar de conflito, de confronto ideológico.

Os sujeitos – os participantes dos movimentos sociais camponeses e os dirigentes da Parmalat – recrutados pela ideologia, submetem-se, livremente, às condições de produção

do discurso características de suas formações ideológicas. A partir desta formação ideológica é que o sujeito tem a ilusão de ser dono (Esquecimento n.2) e fonte (Esquecimento n.1) de seu dizer, dentro de uma dada formação discursiva, que determina o que pode e o que deve ser dito.

Assim, os sentidos das palavras não são predeterminados por propriedades da língua, mas dependem das relações constituídas no interior das formações discursivas. São determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Tanto *invasão* quanto *luta* têm seus sentidos instituídos a partir das posições ideológicas particulares dos movimentos sociais camponeses e da Parmalat. Há uma determinação histórica, tomada como prática de sedimentação dos processos de significação, que institucionaliza os sentidos dominantes, tornando-os legítimos, oficiais, literais. É o que faz com que alguns sentidos sejam lidos e outros não.

O texto é diretamente afetado pelas condições de produção. As relações textuais, contextuais e interdiscursivas têm origem nas circunstâncias de enunciação e no contexto sócio-histórico-ideológico. A Parmalat, enquanto sujeito-autor do texto, não trabalharia o acontecimento da invasão em seu apedido, se não fosse significativo, da mesma forma não minimizaria a realidade de concentração da indústria se não houvesse uma razão ideológica.

Já o discurso é tomado como efeito de sentido entre interlocutores, como uma prática que apresenta determinações de natureza histórico, social, lingüística e ideológica. Tanto aquele que produz o discurso quanto o interlocutor são sujeitos interpelados ideologicamente e identificados a determinadas formações discursivas. É nesse sentido que o texto da cartilha da Via Campesina apresenta, dentro de uma mesma formação ideológica, pelo menos duas formações discursivas (FDvc1 e FDvc2) atuando, pois convivem posições-sujeito do sujeito-autor diferentes, ainda que não conflitantes.

Em seu trabalho discursivo, o sujeito-autor, embora assujeitado pela ideologia, opta por produzir sentidos de forma parafrástica ou polissêmica: a partir do sentido que busca determinar, repetir, manter como legítimo no espaço já instituído (paráfrase), ou para o qual busca dar uma multiplicidade, instaurar um novo sentido, diferente (polissemia). Esse jogo entre os processos parafrástico e polissêmico, entre a produtividade e a criatividade, torna-se visível a partir do estudo das marcas e das propriedades lingüísticas.

Na análise dos discursos, optou-se por estudar os processos de determinação e indeterminação marcados lingüisticamente nos textos da Via Campesina e da Parmalat, compreendendo *determinar* como propor uma explicação precisa para algo, e tomando a determinação discursiva como a saturação do significado de algo para qualificá-lo como integrante à determinada formação discursiva, buscou-se verificar como se dá o modo de dizer indeterminado desses agentes.

Verificou-se, a partir do corpus discursivo da Via Campesina, que há a presença de duas formações discursivas dentro da Formação Ideológica Proletária: a Formação Discursiva de Coletivo de movimentos sociais campestinos (FDvc1) e a Formação Discursiva de Agente da cadeia produtora do leite (FDvc2). No entanto, o jogo de forças entre essas duas formações discursivas não é parêlo: a FCvc1 é dominante.

A ideologia dominante é a da FDvc1, determinada pelo conflito, pela luta, por tomar conta da produção, por não deixar os “inimigos” excluírem o pequeno produtor de leite. Essa posição ideológica é bastante marcada no emprego recorrente do infinitivo ao longo do texto, que indetermina o locutor como alguém comprometido com a produção. Já o emprego do “nós”, de forma ambígua, ora como movimento social, ora como produtor de leite, indetermina o discurso, tirando dele a precisão necessária.

O discurso da Via Campesina na cartilha também não se revela preciso ao não referir às principais lutas dos movimentos sociais do campo, em particular à soberania alimentar. Não é interesse da FDvc1. No entanto, a voz e a ideologia dos oponentes são reproduzidas, reforçando o conflito e buscando dar mais autoridade àquilo que é dito. Há um trabalho discursivo construído de forma imprecisa pelo sujeito-autor, dominado por FDvc1, no sentido de responsabilizar os oponentes pela realidade do mercado.

O sujeito-autor dá voz à FDvc2 quando refere, de forma rápida, às dificuldades dos produtores em alcançarem os critérios de qualidade do leite. Há uma ruptura do discurso hegemônico de conflito, dando voz ao pequeno produtor, ainda que de forma imprecisa. Também com relação ao trabalho das mulheres trabalhadoras rurais, o discurso se revela vago e impreciso.

O discurso trabalha a questão da historicidade a partir da voz de FDvc1. Assim, não é objetivo do sujeito-autor apresentar as iniciativas já existentes de industrialização do leite por pequenos produtores. Essa realidade é colocada como uma possibilidade de médio e longo prazos, pois se revela processo polissêmico, de ruptura no discurso hegemônico de conflito.

A análise do apêido da Parmalat pôde revelar que a ideologia dominante é a da Fdpl1, ou seja, da Formação Discursiva de Mercado, não tendo havido, ao longo do discurso, referências às questões atinentes à produção do leite, relação da empresa com os produtores, programa de qualidade do leite etc, dizeres relativos a uma Formação Discursiva de Agente da cadeia produtora (FDpl2).

A indeterminação lingüística no discurso da Parmalat é recorrente em todo o texto. A indeterminação existente no título reforça o propósito de generalização desejado pelo

sujeito-autor: os problemas existentes na cadeia produtora do leite são de todos os agentes. O prejuízo com a invasão é, portanto, de todos.

Os empregos da voz passiva e do verbo haver sem sujeito reforçam o caráter de indeterminação. O sujeito-autor busca caracterizar as ações dos invasores como práticas de vândalos e ladrões, incompatíveis com práticas de um movimento social. O discurso desenvolve o jogo de oposições entre o que é legalmente determinado e o que não se enquadra no estabelecido. A Parmalat não se apresenta como determinada a efetivamente compartilhar os problemas do setor. O emprego do “se” como índice de indeterminação do sujeito vem reforçar essa posição.

Instaura-se, no entanto, um processo polissêmico no discurso do apedido: de uma posição de vítima das ações de um movimento social, a empresa coloca-se como vítima do próprio modelo político instaurado no Estado, administrado pelo Partido dos Trabalhadores. A segurança para investir depende, na voz de FDp11, de condições políticas que não estariam sendo garantidas.

O sujeito-autor emprega números para dar credibilidade ao seu dizer. No entanto, a historicidade permite verificar que os números apresentados trazem uma imprecisão proposital. Essa imprecisão busca não evidenciar a posição da empresa, como uma das responsáveis pela concentração de mercado. De outra forma, o mercado exportador é apresentado pelo sujeito-autor como objetivo comum a todos os que participam da cadeia, quando, na verdade, este é o objetivo apenas das multinacionais.

A revisão de literatura efetuada sobre a problemática do leite mostrou que, de fato, a produção do leite se revela como alternativa eficaz de subsistência para os pequenos agricultores pois demanda pouca terra e garante um rendimento mensal ao produtor. No entanto, a realidade de mercado tem forçado o pequeno produtor a buscar, além do cooperativismo, uma especialização: a escala de produção.

Frente à tendência mundial de exclusão do pequeno produtor do mercado e da concentração da produção em um menor número de produtores, não basta produzir, é necessário produzir com regularidade e obedecendo a critérios de qualidade e higiene. Essa necessidade de especialização decorre das mudanças nas políticas públicas para o setor e na própria demanda dos mercados, interno e externo, por um produto de qualidade.

Os critérios de qualidade do leite não são uma novidade. Desde a abertura da consulta pública à Portaria 56, em 1999, até a audiência pública que vetou a implantação imediata do disposto nesta Portaria, em abril de 2002, dando origem a Instrução Normativa 51, os critérios de qualidade eram do conhecimento de todos os agentes da cadeia.

Esses critérios são adotados na maioria dos países produtores e reconhecidos como eficazes, como o caso da Contagem de Células Somáticas (CCS). Para a implantação dos controles o governo criou a Rede leite, buscando assegurar a qualidade nas análises laboratoriais. Um dos laboratórios de qualidade do leite foi instalado em Pelotas.

A realidade de um mercado competitivo também reconfigura os sujeitos. Um exemplo disso é o ocorrido com o Sr. Ernesto Ênio Budke Krug. Quando acadêmico, em sua monografia de conclusão do Curso de Cooperativismo na Unisinos, KRUG assinalava que *a sobrevivência das pequenas e médias empresas, no setor de laticínios, tornou-se quase que impossível, após a entrada das empresas multinacionais no Brasil, pois elas adotam um planejamento estratégico a longo prazo que elimina qualquer empresa de pequeno e médio porte que, em geral, mesmo quando ainda tenta esboçar alguma reação, só consegue abreviar sua agonia e posterior absorção* (1979, p.118).

O mesmo Sr. Ernesto depôs, em 15/04/2002, na CPI do Leite da Assembléia Legislativa, na condição de Diretor de Planejamento e Política Leiteira da Empresa Elegê Alimentos S/A. Ironicamente, grande parte da revisão de literatura sobre a questão do leite empreendida pela relatoria da CPI é de autoria do próprio Sr. Ernesto, hoje, funcionário da multinacional indiciada pela CPI.

Também a criação do Mercosul, com a definição de padrões de qualidade para os produtos, e a estabilização econômica com o plano Real, que patrocinou uma mudança nos hábitos de compra do consumidor, favorecendo a comercialização do leite de caixinha (UHT), alteraram significativamente as relações de produção e comercialização do leite. O leite Longa Vida (UHT) tornou-se o balizador de preços do mercado de lácteos, ampliando a área geográfica de comercialização do produto e facultando às grandes redes de supermercados, um poder de negociação muito grande com as indústrias.

Frente a essa nova realidade de comercialização, na qual os formadores de preço passam a ser os grandes varejistas e o consumidor final, também as indústrias e os grandes produtores se organizaram. Associações como a ABLV, em parceria com a Tetra Pak, e a Láctea Brasil revelam a preocupação desses agentes em atuarem em um mercado formal de produção, sob inspeção sanitária e tributação, concorrendo com o mercado informal.

É nesse cenário de competição por mercados e associações em torno do modo de produção que podemos vislumbrar a atuação da Via Campesina. A Via Campesina defende a soberania alimentar como um direito. A Soberania Alimentar compreende: produção de alimentos saudáveis e de boa qualidade; atendimento do mercado interno; sistema de produção camponês diversificado; a proteção dos produtores contra importações subsidiadas; e o impedimento da formação de excedentes de produção.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), um dos movimentos articulados na Via Campesina, nasceu da indignação dos agricultores com a atuação política de seus representantes sindicais, a partir dos Acampamentos da Seca, ocorridos em 1996. O MPA nasceu, portanto, da luta pela mudança na política agrícola e do modelo de agricultura.

As famílias de agricultores, para participarem do MPA, precisam estar agrupadas, organizadas em grupos de base que constituem o fórum das discussões acerca do projeto de desenvolvimento da agricultura proposto pelo MPA, o qual apresenta “Cinco Pilares”: mudança do modelo tecnológico; mudança na propriedade dos latifúndios; mudança na organização da produção pelos agricultores; atuação do Estado; Soberania Alimentar.

Como abordado no Capítulo 3 (p.70), o Frei Sérgio Antônio Görgen é uma das lideranças do MPA no Estado do Rio Grande do Sul². Nessa condição, foi depoente na CPI

² Interessante contribuição para o estudo desta liderança encontra-se na obra de Christa Berger que retoma informações sobre o conflito ocorrido no dia 8 de agosto de 1990 na Praça da Matriz, em Porto Alegre,

do Leite da Assembléia Legislativa, no dia 31/10/2001. Em outubro de 2002 foi eleito Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores, obtendo expressiva votação. Destacam-se as votações obtidas nos municípios de três importantes bacias leiteiras da região sul do Estado - Hulha Negra (709 votos), Canguçu (658 votos) e Pelotas (457 votos).

É na cartilha das linhas políticas da Via Campesina, principal documento da Via Campesina Brasil, editada com o apoio do Governo do Estado, durante o governo Olívio Dutra, que está registrado o objetivo principal da Via Campesina: a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar.

Compreendendo soberania alimentar, para o pequeno produtor, como a produção de tudo o que é necessário para seu próprio consumo, garantindo sua subsistência, é que se apresenta a idéia da *Comunidade de Resistência e Superação (CRS)*, uma alternativa, em construção, para o problema da ausência de cidadania no meio rural.

Os ideais da Comunidade de Resistência e Superação (CRS) floresceram durante os diálogos de seu autor, Horácio Martins de Carvalho, com técnicos e dirigentes do MST e do MPA no decorrer de estudos realizados para a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) sobre a cooperação agrícola e a economia dos assentamentos de reforma agrária.

Segundo CARVALHO, *a dependência desses produtores rurais das políticas públicas compensatórias, das mediações sociais de representação clientelistas como a grande parte dos sindicatos de trabalhadores rurais, dos políticos profissionais e das organizações não governamentais, aliada à ausência de um projeto histórico para a*

quando, em um combate entre colonos sem-terra e a Brigada Militar, morreu o soldado Valdeci de Abreu Lopes. (BERGER, 1998, 183).

reinserção social dessa fração de classe no contexto da sociedade brasileira, impossibilita-os política e ideologicamente de resistirem à exploração econômica, à dominação política e à subalternidade ideológica exercida pelas classes dominantes (2002, p.14).

A pequena agricultura familiar em todos os países capitalistas do mundo encontra-se em processo social de transformação em que a seletividade e a exclusão social são determinadas pelos interesses do grande capital oligopolista internacional. Como resposta, apresenta-se a Comunidade (sociedade em rede) de Resistência (identidade destinada à resistência ativa) e Superação (construção de uma nova identidade).

Na opinião de CARVALHO, *a Via Campesina poderá, no meu entender, ser considerada, amplo senso, como uma Comunidade de Resistência e Superação pela identidade social de resistência que está construindo entre seus membros (2002, p.20).*

A partir dos pressupostos teóricos e de seus objetivos, as CRS identificam três grandes mudanças necessárias: nas Práticas de Consumo, nas Práticas de Produção e na Concepção de Mundo dos pequenos agricultores familiares.

As famílias que constituem os pequenos agricultores familiares acabam por adotar uma matriz de consumo tipicamente urbano. Entre os itens que compõem a dieta alimentar dessa população passam a constar mercadorias cujo consumo, na maioria das vezes, é induzido pelos meios de comunicação de massa, como a televisão. O pequeno produtor, ao invés de produzir os alimentos para o seu consumo, passa a adquiri-los nos supermercados urbanos, nas cantinas dos distritos rurais ou nos mercados das cooperativas ou associações.

Segundo CARVALHO, *na maioria dos casos as famílias que adquirem alimentos nos mercados varejistas sentem-se melhor (status perante os demais) ao exibirem entre seus familiares, vizinhos e mesmo os estranhos que lhes visitam as mercadorias que são veiculadas pela propaganda na televisão. Têm, de certo modo, 'vergonha' de comerem ou*

utilizarem as 'coisas da roça' (2002, p.28). Assim, como mudança na Prática de Consumo, o autor propõe a substituição gradativa e parcial dos itens que compõem a dieta alimentar adquiridos no mercado por itens a serem produzidos na unidade de produção familiar.

Com relação às mudanças na Prática de Produção, frente às realidades da dependência perante os grandes grupos econômicos transnacionais e dos modelos de uma agricultura industrializada e da monocultura, há a necessidade de implantação de uma nova matriz de produção. Esta nova matriz deverá atender a alguns critérios como: *substituição das importações de insumos para a produção; diversificação das atividades de cultivos, criações e extrativistas; redefinição das relações de convivência com o ambiente; geração de produtos do trabalho e de processos de trabalho saudáveis, sejam em relação à natureza, seja em relação ao consumidor* (CARVALHO, 2002, p.32).

Essa matriz de produção deverá constituir, em médio prazo, sistemas agropecuários com uma autonomia crescente perante os grandes grupos econômicos internacionais. Estes sistemas agropecuários deverão estar, no entanto, como o exemplo de produção do Leite Longa Vida pela Cooperoeste, efetivamente inseridos no mercado capitalista.

O desencadear das mudanças na Concepção de Mundo, segundo CARVALHO, dar-se-á a partir do momento (de vários momentos no cotidiano da vida das pessoas) em que as pessoas assumirem o resistir ativamente, ou seja, mudando as matrizes de consumo e de produção, e ao buscarem, cada um do seu modo, novas formas de relacionar-se (...) com as demais pessoas e famílias oprimidas (a CRS), com as demais classes sociais populares do campo e da cidade (alianças) e, sobretudo, consigo próprio ao redescobrir novas esperanças e, sempre que possível, construir suas utopias (2002, p.36).

Esta é a perspectiva de uma *outra globalização*. A resistência ativa na terra, com qualidade de vida e com compromisso de transformação das estruturas sociais. Um novo

sentido histórico à comunidade camponesa contemporânea, articulada como sociedade em rede em todo o mundo.

Assim, conforme CARVALHO, *a Via Campesina é expressão desse processo de construção de identidade de resistência. Ela vai aos poucos se constituindo numa comunidade internacional baseada numa sociedade em rede tendo como referência social a defesa da pequena agricultura familiar e da luta contra a opressão capitalista. É uma aliança ampla* (2002, p.44).

A partir da revisão de literatura efetuada, das análises realizadas e das idéias do autor acima expostas, encaminhando a conclusão do estudo, fica a questão: Até que ponto o modo de dizer indeterminado da Via Campesina é expressão do processo de construção da cidadania no meio rural?

CONCLUSÃO

O presente estudo partiu do problema de pesquisa: Em que medida os discursos relacionados aos movimentos sociais do campo instituem (ou não) a cidadania no meio rural. A delimitação do campo de pesquisa – o mercado do leite - foi efetuada a partir dos discursos objetos de análise: a cartilha da Via Campesina e o apedido da Parmalat.

Ainda que os discursos objetos de análise não versem sobre a questão da cidadania, o trabalho de análise dos discursos, a partir do reconhecimento de processos de indeterminação lingüístico-discursivos, pôde configurar um modo de dizer indeterminado de seus agentes, permitindo a reflexão sobre a ausência de cidadania no meio rural.

A partir dos objetivos de pesquisa e das análises e discussões efetuadas, pode-se concluir que:

1º) Investigar sobre que relações sociais estão hoje assentados os pressupostos da cidadania no meio rural (em particular a dos pequenos produtores de leite).

Há um processo de perda da identidade do produtor rural, processo em curso desde o início da década de 80 e que veio a se agravar com a forte penetração das multinacionais, instituindo, ao longo do tempo, o chamado “produtor integrado” ou “produtor moderno”, ligado à monocultura e não mais à agricultura de subsistência familiar. Este produtor moderno deixa de se vincular à terra e passa a estabelecer relações com o mercado, em busca de preço para o seu produto.

Houve um processo de alteração na representação política dos produtores a partir do surgimento dos “novos movimentos sociais”. Estes movimentos, com identidade na base dos produtores, como o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), respondem com mais agilidade às necessidades dos produtores e, articulando-se internacionalmente,

como o caso da Via Campesina, respondem com mais força ao conflito de interesses entre produtores e capital transnacional.

Há um processo crescente de organização dos produtores em cooperativas para a comercialização do seu produto. Este processo se revela salutar na medida em que garante mercado para o seu produto, com remuneração acima da média do mercado e se constitui um espaço de discussão e conscientização do produtor para a sua realidade de produção em um mercado com critérios de escala de produção e de qualidade bem exigentes.

2º) Examinar como se constitui a prática social do discurso da Via Campesina na realidade econômica do meio rural (em particular a da cadeia produtiva do leite).

O discurso da Via Campesina busca esclarecer o pequeno produtor de leite para a necessidade de organizar a produção com vistas a ter maior escala de produção para a comercialização do produto, podendo, assim, competir com as multinacionais do setor.

O discurso é uma convocação do pequeno produtor de leite para se engajar no processo de luta contra a exclusão do pequeno produtor do mercado, patrocinada, na visão da Via Campesina, pelo governo federal, as multinacionais e os grandes produtores.

Não são encontradas no discurso as propostas de como empreender essa organização da produção, as formas de melhorar a qualidade do leite, bem como os princípios da soberania alimentar defendidos pelo MPA e pela Via Campesina.

Todo o discurso é permeado por uma indeterminação lingüística marcada pelo emprego recorrente do infinitivo e da imprecisão do emprego de “nós” (e das marcas de primeira pessoa do plural), referindo ora a posição dos integrantes dos movimentos sociais, ora a dos pequenos produtores. Nesse jogo de formações discursivas, o discurso se revela estranho ao fazer do pequeno produtor.

3º) *Avaliar como o discurso da multinacional Parmalat responde à ação de reivindicação da Via Campesina em função da realidade do mercado do leite.*

O acontecimento da ocupação da indústria, tomado como invasão, é utilizado para assinalar a posição de vítima da empresa não só frente ao acontecimento como na própria realidade do mercado, face à falta de segurança para empreender no Estado.

O discurso busca acentuar a intenção da empresa em produzir para o mercado externo, creditando este desejo a todos os que participam da cadeia produtora.

Em todo o discurso da Parmalat há a indeterminação de sua postura como agente da cadeia produtora do leite. A empresa não se coloca como co-responsável pela realidade do mercado. O apedido se revela mais como o posicionamento amistoso da empresa face à iminência de indiciamento na CPI do Leite.

A partir das análises e discussões efetuadas e, compreendendo ausência como inexistência, carência, falta, podemos dizer que, a partir do modo de dizer indeterminado dos agentes estudados – Via Campesina e Parmalat –, há a ausência de cidadania no meio rural. Essa ausência se materializa no discurso enquanto carência, falta de uma precisão lingüística. Há uma precisão para os objetivos de conflito por mercado, de confronto ideológico, no entanto, há uma carência para a identificação desses agentes como efetivos agentes engajados na ponta da cadeia: na produção, junto aos pequenos produtores.

Há, no entanto, um *processo de (re)construção do campesinato*. A aplicação efetiva das idéias da Comunidade de Resistência e Superação pode levar a uma efetiva qualificação na condição de existência do pequeno produtor. Mais do que mudanças de governo, eleição de lideranças dos movimentos, políticas públicas para o setor etc, a instauração do *campesinato, compreendido como efetiva autopromoção do camponês no campo*, dar-se-á com uma efetiva mudança cultural, acima de quaisquer discursos políticos ou econômicos.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. (Trad. Maria Laura Viveiros de Castro). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2 ed., 1985.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL.
COMISSÃO**

PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DO PREÇO DO LEITE. Relatório Final. Porto Alegre, RS. 10 de junho de 2002. Relator: Deputado Giovani Cherini

BITENCOURT, Darcy et al. *Sistemas de pecuária de leite: uma visão na região de Clima Temperado*. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2000.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo et al. *Sistema agroindustrial do leite no Brasil*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2001.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

CARVALHO, Horácio Martins de. *Comunidade de Resistência e de Superação*. Edição do autor. Curitiba, fevereiro de 2002.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CORADINI, Odacir Luiz. Os movimentos sociais no campo no sul do Brasil. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Revoluções camponesas na América Latina*. Campinas: Ícone Editora/ Editora da Unicamp, 1985.

CORREIO DO POVO. *Agricultores tomam quatro indústrias de leite*. Porto Alegre, 20 de março de 2002.

_____. *Carazinho decreta emergência*. Porto Alegre, 21 de março de 2002.

_____. *Elegê sobe o preço pago a produtor*. Porto Alegre, 21 de março de 2002.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DIÁRIO DA MANHÃ. *Acordo entre produtores e indústria é firmado*. Pelotas, 21 de março de 2002.

- DIÁRIO POPULAR. *Acordo põe fim ao impasse entre os produtores e as fábricas Laticínias*. Pelotas, 22 de março de 2002, Caderno Zona Sul.
- DIÁRIO POPULAR. *MST e MPA reivindicam à Cosulati reajuste nos preços do produto*. Pelotas, 22 de março de 2002, Caderno Zona Sul, p.5.
- DORNELES, Elizabeth Fontoura. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra/ Luzzato, 1999. Pp.149-172.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- _____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. *Diagnóstico da cadeia agroalimentar do leite no Estado do Rio Grande do Sul*. Estudo elaborado pelos economistas Valmor Marchetti e Fátima B. Jerônimo. Coberto por contrato de consultoria técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (Brasília). março 2002.
- IANNI, Octavio. Revoluções camponesas na América Latina. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Revoluções camponesas na América Latina*. Campinas: Ícone Editora/Editora da Unicamp, 1985.
- ILARI, Rodolfo et al. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de & BASÍLIO, Margarida (orgs.). *Gramática do Português Falado – Volume IV: Estudos Descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1996.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Os*

Múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Ed Sagra/Luzzato,1999.

pp.173-186

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas Implicações no processo da leitura In: ERNST-PEREIRA, Aracy e FUNCK, Susana Bornéo (orgs). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat,2001

INVASÃO DAS FÁBRICAS PREJUDICA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL. Apedido publicado pela Parmalat no Jornal Zero Hora, 20/03/2002, p.22.

KRUG, Ernesto Ênio Budke. *O complexo agroindustrial do leite no Rio Grande do Sul*. Monografia de Conclusão do curso de Pós-Graduação em Cooperativismo. São Leopoldo: UNISINOS, 1979.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. *Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite*. Brasília, 1999.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). *Origem e organização do Movimento dos Pequenos Agricultores*. Cartilha de divulgação do Movimento. Junho de 2002.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos rurais no Estado do Rio Grande Do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander. *Política, Protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NÓBREGA, Mônica. Professor: lugar de poder. In CORACINI, M. J. e ERNST-PEREIRA, A. (orgs.). *Discurso e sociedade: práticas em análise do discurso*. Pelotas, ALAB/ EDUCAT, 2001.

O RECADO DA COSULATI. Órgão de circulação dirigida da Cooperativa Sul Rio-Grandense de Laticínios Ltda. Tiragem: 6.500 exemplares. Jornalista responsável: Sandra Paixão. Edições consultadas: jan/2001 a nov/2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas, SP: Cortez, 1990.

_____. Texto e Discurso. *Organon*, Porto Alegre: UFRGS, v.9, n.23, p.109-116, 1995.

- _____. *Discurso e leitura*. 3 ed. Campinas, São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. (Coleção passando a limpo).
- _____. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 3 ed., 2001.
- PÊCHEUX, Michel (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. & FUCHS, C. (1975). A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Tradução de Eni P. Orlandi et al.). 3 ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997a. (Título original: *Les vérités de la Palice*, 1975).
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997b.
- RIBEIRO, Marlene. Luta de classes: um conceito em estado prático para leitura dos Movimentos sociais. In: FERRARO, Alceu Ravello e RIBEIRO, Marlene. (orgs.). Pelotas: EDUCAT, 1999.
- RODRIGUES, Marlene. *Cartilhas da dominação: a ideologia das primeiras letras nos Campos do Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR, 1991.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. *Terra e política: A luta social do MST pela reforma agrária no sul do país*. Rio Grande, RS: Ed. FURG, 2000.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na Pós-modernidade*. 6 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sócio-cultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SERRANI, Silvana M. Ressonâncias fundadoras e imaginário de língua. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2 ed. 2001.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de Discurso e Psicanálise*. Elementos para uma abordagem no discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

VEIGA, Sandra M. & FONSECA, Isaque. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: FASE, dez. 1999.

VIA CAMPESINA. *Linhas políticas*. Cartilha editada pela Via Campesina Brasileira com o apoio do Gabinete Extraordinário de Reforma Agrária do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da EMATER/RS. Sem data.

_____. *O problema do leite e a luta dos(as) pequeno(as) agricultores(as)*. Cartilha editada pelos Movimentos MPA, MST, MAB, ANMTR, PJR, CPT. Dezembro 2001.

_____. *As conseqüências da Alca para a agricultura brasileira*. Cartilha editada pelos Movimentos MAB, MST, MPA, ANMTR, CPT, PJR, FEAB. julho de 2002.

VILELA, D., BRESSAN, M., CUNHA, A. S. *Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento*. Brasília: MCT/CNPq, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001.

VOESE, Ingo. *O movimento dos sem-terras na imprensa: um exercício de análise do discurso*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

ZERO HORA. *Pequenos produtores invadem indústrias*. Porto Alegre, 20 de março de 2002. Campo & Lavoura, p.25

Pesquisa em sites na Internet

www.parmalat.com.br – Multinacional Parmalat no Brasil

www.leitebrasil.org.br – Associação de Produtores Leite Brasil

www.lacteabrasil.org.br – Associação para o Progresso do Agronegócio Lácteo Nacional
www.bebaleite.com.br – Site sobre a importância do leite – patrocinado pela Tetra Pak
www.tetrapak.com.br – Tetrapak – embalagens cartonadas para envase leite UHT
www.ablv.org.br – Associação Brasileira de Leite Longa Vida
www.milkpoint.com.br – Site sobre a cadeia produtiva do leite: produtos e serviços

ANEXOS

ANEXO 1 – O APEDIDO DA PARMALAT

ANEXO 2 – A CARTILHA DA VIA CAMPESINA

ANEXO 3 – A CAIXINHA DO LEITE LONGA VIDA DA COOPEROESTE